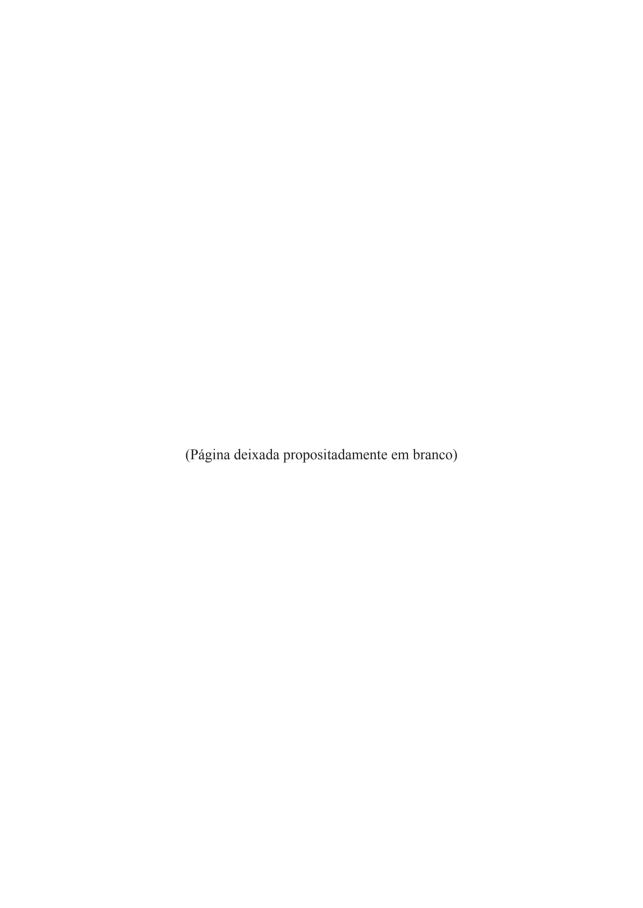
# CONIMBRIGA

VOLUME LIX · 2020







#### CONIMBRIGA

Revista de Arqueologia | Publicação anual Revista com arbitragem científica | Journal with peer review Indexada na Web of Science (Emerging Sources Citation Index)

#### DIRETORA

HELENA MARIA GOMES CATARINO

# SECRETARIADO EDITORIAL

CARLA ROSA | JOSÉ LUÍS MADEIRA

## CONSELHO DE REDAÇÃO

ARMANDO REDENTOR
DOMINGOS DE JESUS DA CRUZ
JOSÉ D'ENCARNAÇÃO
MARIA CONCEIÇÃO LOPES
PEDRO C. CARVALHO
RAQUEL VILAÇA
RICARDO COSTEIRA DA SILVA
VASCO GIL MANTAS

#### CONSELHO CIENTÍFICO

ALAIN TRANOY (Université de Poitiers)

ANA MARGARIDA ARRUDA (Universidade de Lisboa)
GERMÁN DELIBES DE CASTRO (Universidad de Valladolid)

JAVIER SÁNCHEZ-PALENCIA (Centro de Ciências Humanas y Sociales, CSIC - Madrid)

JORGE DE ALARCÃO (Universidade de Coimbra)

LUÍS RAPOSO (Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa)

MANUEL MARTÍN-BUENO (Universidad de Zaragoza)

MARTÍN ALMAGRO-GORBEA (Universidade Complutense de Madrid)

MÁRIO BARROCA (Universidade do Porto)

PRIMITIVA BUENO RAMÍREZ (Universidade de Alcalá de Henares)

TANIA ANDRADE LIMA (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

TRINIDAD NOGALES BASARRATE (Museo Nacional de Arte Romano)

# DESIGN E EDIÇÃO DE IMAGEM JOSÉ LUÍS MADEIRA

#### SECRETARIADO ADMINISTRATIVO

EUNICE DIONÍSIO

#### **PROPRIEDADE**

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA | INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

### **EDICÃO**

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

IMPRESSÃO: Graficamares, Lda.

ISSN: 0084-9189 | ISSN Digital: 1647-8657 DOI: http://doi.org/10.14195/1647-8657\_59

DEPÓSITO LEGAL: 93223/95 | ANO 2020

Todos os contributos (artigos e recensões) devem ser submetidos através da plataforma Open Journal Systems (OJS)

<a href="http://impactum-journals.uc.pt/login">http://impactum-journals.uc.pt/login</a>

Toda a correspondência deve ser dirigida a:

CONIMBRIGA | INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA | PALÁCIO DE SUB-RIPAS Rua de Sub-Ripas 3000 – 395 COIMBRA | PORTUGAL conimbriga.revista@uc.pt

# UNIVERSIDADE DE COIMBRA | FACULDADE DE LETRAS DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, ESTUDOS EUROPEUS, ARQUEOLOGIA E ARTES

# INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

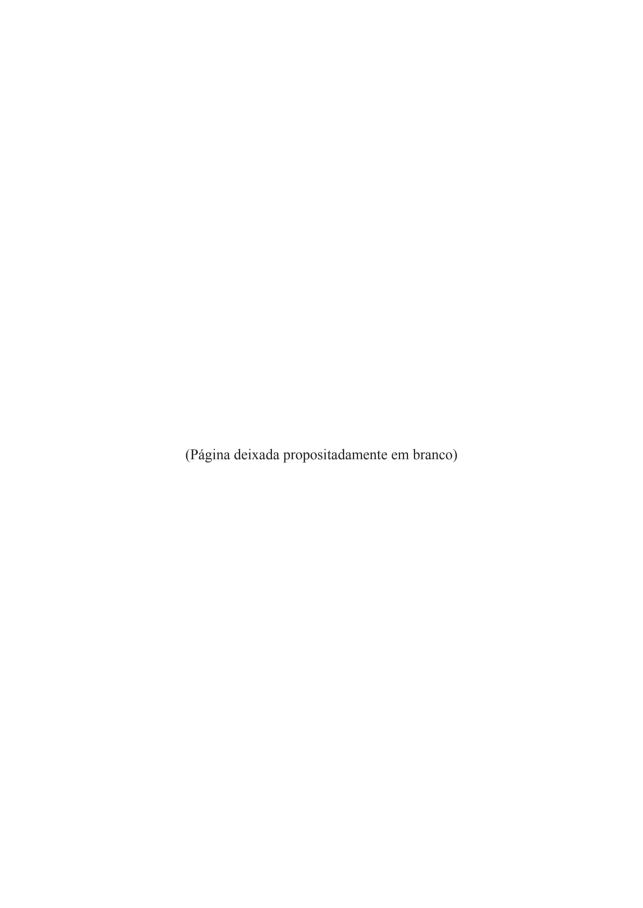
# CONIMBRIGA

**VOLUME LIX** 



IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA COIMBRA UNIVERSITY PRESS

COIMBRA 2020



#### Francisco B. Gomes

UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa; Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Fundação para a Ciência e Tecnologia franciscojbgomes@gmail.com https://orcid.org/0000-0003-0664-6374

UM CONJUNTO DE INSTRUMENTAL TÊXTIL DA NECRÓPOLE DA I IDADE DO FERRO DA HERDADE DO PÊGO (OURIQUE, PORTUGAL)

AN ASSEMBLAGE OF TEXTILE INSTRUMENTS FROM THE EARLY IRON AGE NECROPOLIS OF HERDADE DO PÊGO (OURIQUE, PORTUGAL)

"Conimbriga" LIX (2020) p. 5-44

https://doi.org/10.14195/1647-8657\_59\_1

Texto recebido em / Text submitted on: 03/06/2019 Texto aprovado em / Text approved on: 16/12/2019

RESUMO:

Entre os materiais da necrópole da I Idade do Ferro da Herdade do Pêgo (Ourique) atualmente depositados no Museu Nacional de Arqueologia conta-se um conjunto de peças relacionadas com a produção têxtil, nomeadamente cossoiros e *pondera* ou pesos de tear. O estudo morfológico e decorativo destas peças revela a sua plena integração no panorama do instrumental têxtil regional durante o período em questão, ao passo que o seu estudo técnico demonstra a sua perfeita adequação a funções relacionadas com a fiação e a tecelagem. O significado da deposição destas peças num ambiente funerário é, de momento, difícil de precisar, podendo decorrer tanto de uma crescente valorização social e económica das atividades têxteis, rastreável noutros contextos deste período, como de um simbolismo mágico-religioso específico ligado a essas atividades e aos materiais que lhes estão associados.

Conimbriga, 59 (2020) 5-44

Palavras-Chave: Herdade do Pêgo; I Idade do Ferro; Produção Têxtil; Práticas Funerárias.

ABSTRACT: Among the material from the Early Iron Age necropolis of Herdade do Pêgo (Ourique) currently deposited in the National Museum of Archaeology there is a group of pieces related to textile production, namely spindle-whorls and *pondera* or loom-weights. The morphological and decorative study of these pieces shows that they are typical examples of the regional textile tools from this period, while their technical study reveals that they are perfectly suited for functions relating to spinning and weaving. For the time being, it is difficult to assess the meaning of the deposition of these pieces in a funerary environment, as it could be a result of the growing social and economic value of textile activities, which can in fact be seen in other contemporary contexts, or the product of a specific magic/religious symbolism connected with said activities and the associated materials.

Keywords: Herdade do Pêgo; Early Iron Age; Textile Production; Funerary Practices.

# UM CONJUNTO DE INSTRUMENTAL TÊXTIL DA NECRÓPOLE DA I IDADE DO FERRO DA HERDADE DO PÊGO (OURIQUE, PORTUGAL)

# 1. O contexto: a necrópole da I Idade do Ferro da Herdade do Pêgo

A necrópole da I Idade do Ferro da Herdade do Pêgo, situada junto à localidade da Portela do Lobo (Sant'Ana da Serra, Ourique) (Fig. 1), foi identificada em 1970 por Mª. M. Alves Dias, C. de Mello Beirão e L. Coelho na sequência da descoberta casual de três inscrições em Escrita do Sudoeste naquela região (Dias, Beirão & Coelho, 1971; v. tb. Coelho, 1971; Beirão, 1986: 46).

Na sequência de trabalhos preliminares de reconhecimento, que se saldaram na identificação da citada necrópole e da sua congénere do Monte da Mealha Nova, estes investigadores procederam a trabalhos de limpeza e documentação da necrópole da Herdade do Pêgo, no decurso dos quais puderam identificar um conjunto de 35 monumentos tumulares justapostos (número que, segundo estimam, poderia ter ascendido originalmente a 38), formando um extenso empedrado tumular que cobriria, segundo os mesmos, uma área em torno aos 830 m² (DIAS, BEIRÃO & COELHO, 1971: 185) (FIG. 2).

Ao que tudo indica, e seguindo uma metodologia que posteriormente haveria de ser empregue com muita frequência em outros sítios geográfica e culturalmente próximos por C. de Mello Beirão (1986; cf. tb. Correia, 1993; Gomes, 2016: 426-428), o grosso dos trabalhos realizados por esta equipa terá consistido na decapagem da fina capa sedimentar (7-9 cm) que cobria a mole formada pelas numerosas estruturas funerárias adossadas, deixando a descoberto as coberturas pétreas dos referidos monumentos tumulares (Dias, Beirão & Coelho, 1971: 185).

Segundo a leitura avançada pelos responsáveis desta intervenção, todos esses monumentos tumulares apresentariam características

formais e construtivas idênticas, correspondendo os contextos sepulcrais a pequenas fossas escavadas no terreno em torno das quais se desenvolviam molduras (uma, duas ou três molduras concêntricas) formadas por lajes de xisto afeiçoadas, posteriormente preenchidas por outras lajes de xisto de pequenas dimensões servindo de cobertura à fossa sepulcral (*idem*: 177; 185).

Atendendo a esta descrição, mas também às plantas publicadas das poucas sepulturas escavadas (Fig. 2; v. tb. *infra*), os túmulos da Herdade do Pêgo parecem enquadrar-se *grosso modo* nas Fases II e III definidas por V. H. Correia para as arquiteturas funerárias da região de Ourique (Correia, 1993: 360), caracterizadas pela morfologia quadrangular das estruturas tumulares (com e sem câmara sepulcral central, respetivamente) e datadas por aquele investigador entre os finais do século VIII e os finais do VI ou mesmo os inícios do V a.n.e. (*ibidem*). Revisões posteriores da documentação disponível permitiram, contudo, repensar este enquadramento cronológico, sugerindo datações alternativas fundamentalmente centradas entre o século VI e o V a.n.e. (Arruda, 2001: 282-283; Gomes, 2016: 441-446).

No contexto dos anteriormente citados trabalhos de limpeza e decapagem produziu-se a identificação na área oriental da necrópole de um conjunto cerâmico, ao que tudo indica muito expressivo, que segundo os autores corresponderia ao espólio de uma sepultura fortemente afetada pela erosão e, sobretudo, pelos trabalhos agrícolas no terreno, e que individualizaram como Túmulo II (DIAS, BEIRÃO & COELHO, 1971: 185-186).

Deste conjunto, formado por "...inúmeros fragmentos de cerâmica..." (idem), só se ilustraram algumas peças de produção manual que se apresentavam ainda em bom estado de conservação (Fig. 3, nn. 1-5), incluindo um pote/urna de perfil em "S" munido de um cordão plástico decorado com digitações (idem: 206) (Fig. 3, n. 1), um recipiente caliciforme (idem: 205) (Fig. 3, n. 2), formalmente inspirado nos vasos "à chardon", frequentes nos ambientes "orientalizantes" do litoral (Torres Ortiz, 2008), duas taças carenadas (Dias, Beirão & Coelho, 1971: 204) (Fig. 3, nn. 3-4) e uma peça peculiar (Fig. 3, n. 5), interpretada pelos responsáveis do seu estudo como suporte (idem: 186; 204) mas que, à luz de certos achados recentes da região de Beja (cf. Santos et al., 2017: Fig. 15-16), poderá eventualmente interpretar-se como uma taça-queimador.

Além desta estrutura mal preservada, a equipa responsável por

esta intervenção individualizou — e, ao que tudo indica, escavou — outros cinco conjuntos funerários. De acordo com a informação publicada, os túmulos I, V e VI terão oferecido como único espólio conjuntos mais ou menos expressivos de contas de colar em vidro (Dias, Beirão & Coelho, 1971: 186): o túmulo I continha uma única conta cilíndrica com decoração espiralada a branco; no túmulo V exumaram-se duas contas toróides com decoração oculada mono-estratificada, duas contas esféricas monocromas de pequeníssimas dimensões, uma conta cilíndrica monocroma e outra igualmente cilíndrica mas com decoração de linhas onduladas; finalmente, o túmulo VI continha duas contas esféricas achatadas decoradas com duas linhas onduladas paralelas (*idem*: 218-219).

Os túmulos III e IV, pelo contrário, terão oferecido conjuntos artefactuais mais diversificados. No que diz respeito ao túmulo III, a sua escavação resultou na recolha de um fragmento ("vareta") de ferro, de morfologia e funcionalidade desconhecida, fragmentos de um fecho de cinturão de bronze, aparentemente pertencente ao tipo dito "tartéssico" mas cuja tipologia específica não se pôde precisar, um fragmento correspondente à guarda e partes adjacentes de uma faca afalcatada, aparentemente bi-metálica, de bronze e ferro, e um pendente triangular de arenito (*idem*: 186-187).

Quanto ao túmulo IV, aparentemente um dos mais bem conservados do conjunto, continha no seu interior um conjunto artefactual expressivo (*idem*: 188-189; 211; 219) (Fig. 3, nn. 6-8), incluindo uma tigela em calote de esfera (Fig. 3, n. 6) – tipologia relativamente corrente mas que se destaca neste conjunto por corresponder aparentemente à única produção a torno documentada nesta necrópole –, uma lança (Fig. 3, n. 7), possivelmente da variante IIIA de F. Quesada Sanz (1997: Fig. 209), da qual se preserva o alvado e a parte proximal da folha, uma faca afalcatada de ferro com decoração em bronze (Fig. 3, n. 8) que apresenta um dorso de curvatura suave, sendo portanto assimilável ao Grupo 2 da necrópole de Alcácer do Sal (Gomes, 2016: 274) ou ao Tipo 2 da necrópole de Medellín (Lorrio, 2008), um pequeno elemento de adorno bitroncocónico de ouro, talvez um aplique de arrecada (cf. Correia, 1993: 355), e ainda uma conta de vidro cilíndrica decorada com linhas onduladas.

Embora não seja este o contexto idóneo para desenvolver um estudo comparativo aprofundado destes materiais, de resto já realizado noutro lugar (GOMES, 2016: 435-441), caberia ainda assim salientar

que o enquadramento tipológico e os paralelos que se podem rastrear para estes elementos de cultura material – ou, pelo menos, para os mais expressivos dentre eles – parecem confirmar plenamente o enquadramento das sepulturas da Herdade do Pêgo numa cronologia centrada nos séculos VI e V a.n.e..

Finalmente, caberia ainda mencionar a presença nesta necrópole de um conjunto de inscrições em Escrita do Sudoeste. Aparte de um dos exemplares já mencionados, cujo achado casual deu origem à descoberta da necrópole (DIAS, BEIRÃO & COELHO, 1971: 175; COELHO, 1971: 167), foram ainda identificadas duas outras inscrições, uma das quais fora reutilizada na construção do túmulo IV, ao passo que a segunda assinalaria o túmulo III, tendo a base da mesma sido documentada ainda *in situ* (DIAS, BEIRÃO & COELHO, 1971: 187, 189 e 216; COELHO, 1971: 168-180; CORREIA, 1996: nn. 41-42).

Boa parte dos elementos acima referenciados encontra-se atualmente integrada no acervo do Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, conjuntamente com alguns elementos ainda inéditos, recolhidos com toda a probabilidade no contexto das intervenções acima descritas. Entre estes, destaca-se um conjunto expressivo de elementos cerâmicos relacionados com atividades de produção têxtil.

Infelizmente, a informação relativa ao contexto de recolha deste conjunto – que inclui seis cossoiros e seis *pondera* (ou pesos de tear, v. *infra*) – não se encontra preservada nos registos do Museu. Ainda assim, e em face da informação publicada (DIAS, BEIRÃO & COELHO, 1971) e acima comentada, caberia pensar que estes materiais se encontravam dispersos pela superfície da necrópole ou, alternativamente, que integravam a "...*grande quantidade de cerâmica*..." (*idem*: 185) concentrada à superfície na área oriental da necrópole e atribuída, como ficou dito, ao túmulo II.

No entanto, e visto que estes elementos relacionados com a produção têxtil não são mencionados na tipificação dos materiais putativamente pertencentes a este túmulo realizada pelos autores antes citados (*idem*: 185-186), a primeira hipótese parece *a priori* a mais provável.

Em todo o caso, e com os dados atualmente disponíveis, parece legítimo identificar estes objetos como parte das oferendas votivas depositadas nesta necrópole pela comunidade que ali sepultou os seus mortos durante uma etapa muito concreta da I Idade do Ferro. Este conjunto permite assim ampliar os dados disponíveis sobre o instrumental têxtil deste período no Sul de Portugal, ainda muito limitado

(cf. *infra*), e em particular sobre a prática da deposição deste tipo de material em contextos funerários (cf. Gomes, 2018).

Contudo, e no sentido de extrair a maior informação possível destes elementos, importa, antes de proceder à sua contextualização histórica, realizar uma descrição tão detalhada quanto possível das suas características físicas e tecnológicas, tentando igualmente explorar as suas valências funcionais, tarefas que se procurará levar a cabo nas páginas seguintes.

# 2. O instrumental têxtil da Herdade do Pêgo: caracterização técnica, morfológica e funcional

### 2.1. Os cossoiros

O conjunto de instrumental têxtil da Herdade do Pêgo atualmente em depósito no Museu Nacional de Arqueologia inclui um total de seis cossoiros, todos eles completos e em bom estado de conservação (Fig. 4 e 5).

Apesar do seu reduzido número, e ainda que se enquadrem perfeitamente no quadro tipológico dos cossoiros da Idade do Ferro regional, de que se conhecem hoje alguns conjuntos muito expressivos (Berrocal-Rangel, Maffiotte Martínez & Ruiz Triviño, 1994; Berrocal-Rangel, 2003; Pereira, 2013; Gomes, 2018), as peças da Herdade do Pêgo apresentam características relativamente heterogéneas que implicam o estabelecimento de uma diferenciação técnica e produtiva.

Do ponto de vista produtivo, as peças em apreço parecem ter-se realizado na sua totalidade à mão, sem recurso a qualquer tipo de molde, característica que não destoa no panorama do Sudoeste Peninsular. Com efeito, a maioria das peças documentadas na necrópole de Alcácer do Sal (91,2% do total – Gomes, 2018: 45), em Cancho Roano (Badajoz) (54,75% – Berrocal-Rangel, 2003: 231) ou no Altar de Castrejón de Capote (Badajoz) (57,26% – Berrocal-Rangel, Maffiotte Martínez & Ruiz Triviño, 1994: 214) foram produzidas sem recurso a molde, enquanto que na Cabeça de Vaiamonte (Monforte), onde a produção a molde é maioritária, a taxa de peças produzidas à mão é, ainda assim, substancial (35,5% – Pereira, 2013: 682).

A este respeito, merece destaque a peça n. 6 (Fig. 4), em cuja superfície se apreciam de forma muito nítida marcas que caberia relacionar com a técnica mediante a qual terá sido produzida, e que terá envolvido um movimento de rotação denunciado por uma série de estrias oblíquas claramente visíveis.

Apesar de integralmente produzidos à mão, os cossoiros que compõem este conjunto apresentam, como ficou dito, características algo heterogéneas ao nível da sua estrutura física que permitem dividi-los em pelo menos dois grupos de fabrico:

Grupo 1 (nn. 1, 2, 5 e 6): pastas não-calcárias, de tonalidade castanha, beige acastanhada a castanha alaranjada, com graus variáveis de depuração, incluindo exemplares com poucos elementos não-plásticos, de pequenas e médias dimensões (p. ex., n. 2), e outros com maior concentração de inclusões, igualmente de pequenas e médias dimensões (p. ex., n. 1). Os elementos não-plásticos mais característicos incluem o quartzo, as areias quartzíticas, as micas, estando também documentada a presença pontual de matéria vegetal, de nódulos ferrosos, de inclusões cristalinas negras e possivelmente de nódulos de talco. Estas peças foram submetidas a uma cozedura oxidante.

Grupo 2 (nn. 3 e 4): pastas não-calcárias, de tonalidade beige alaranjada a cor-de-laranja, pouco depuradas, com elementos não-plásticos abundantes, de pequenas, médias e ocasionalmente grandes dimensões, incluindo quartzo e areias quartzíticas, micas e elementos cristalinos negros. Estas peças foram submetidas a uma cozedura oxidante.

Por outro lado, e no que diz respeito ao tratamento das superficies, caberia salientar a presença neste conjunto de dois exemplares decorados (Fig. 4). A peça n. 1 apresenta na sua face superior um motivo relativamente simples, composto por quatro linhas realizadas mediante pontilhado radiando perpendicularmente do orificio central que configuram um motivo cruciforme.

Este esquema decorativo, grosso modo assimilável ao modelo R4 do Altar de Castrejón de Capote, realizado por incisão (Berro-Cal-Rangel, Maffiotte Martínez & Ruiz Triviño, 1994: Fig. 79), encontra também bons paralelos noutros conjuntos regionais, nomeadamente numa peça das Mesas do Castelinho (Almodôvar), com uma decoração pontilhada muito similar à da peça que aqui nos ocupa (Estrela, 2010: Est. 35), ou numa outra de Cancho Roano, cuja decoração foi realizada por incisão (Berrocal-Rangel, 2003: Fig. 9, n. 4).

A face superior da peça n. 2, em contrapartida, apresenta uma

decoração algo mais elaborada, composta por dez linhas igualmente realizadas por pontilhado irradiando, neste caso obliquamente, a partir do orifício central. Estas linhas conectam o referido orifício com uma linha perimetral realizada também ela por pontilhado que acompanha, de forma algo irregular, o rebordo formado pela inflexão que separa a porção superior do cossoiro da sua porção inferior.

Embora não contemplada na sistematização realizada para os esquemas decorativos dos cossoiros do Castrejón de Capote, a decoração em apreço aproxima-se significativamente dos motivos R5 (linhas radiais oblíquas, sem linha perimetral) e RmK1 (linhas radiais e linha concêntrica a meia distância entre o orifício e o rebordo) estabelecidos para aquele conjunto (Berrocal-Rangel, Maffiotte Martínez & Ruiz Triviño, 1994: Fig. 79). O conjunto de Cancho Roano, em contrapartida, oferece exemplares com decorações muito similares à da peça em apreço (Berrocal-Rangel, 2003: Fig. 9), facto que comprova uma vez mais a plena integração dos cossoiros da Herdade do Pêgo no panorama regional.

A relativa heterogeneidade produtiva antes assinalada é também extensível à morfologia dos cossoiros aqui estudados (Fig. 4). Neste reduzido conjunto estão com efeito representadas variantes de três das formas previstas na tipologia estabelecida por Z. Castro Curel (1980) e posteriormente ampliada por M. L. de Sus (1985) e por T. R. Pereira (2013).

Do ponto de vista quantitativo, predominam as peças bitroncocónicas simétricas (Tipo D), representadas pelos exemplares n. 2, 3 e 4 (50% do total). Estas três peças integram-se na sua totalidade no Subtipo Dc, que engloba as peças com faces convexas, variando contudo no que diz respeito à configuração do orifício central, simples no caso das peças nn. 3 e 4 (variante Dc1) e com alargamento em ambas as extremidades no caso da peça n. 2 (variante Dc3).

As peças bitroncocónicas assimétricas do Tipo E são quase tão representativas como as suas congéneres do Tipo D, estando representadas pelos exemplares nn. 1 e 5 (33,3% do total). O primeiro destes exemplares apresenta faces convexas e perfuração simples, pertencendo portanto à variante Ec1, enquanto que a segunda peça apresenta faces praticamente retas e uma perfuração igualmente simples, cabendo assim na variante Ea1.

Finalmente, o último exemplar deste conjunto apresenta uma morfologia quase perfeitamente cilíndrica e um orificio central de confi-

guração simples, integrando-se sem dificuldades no Tipo B, Subtipo B1 da supracitada ordenação tipológica, que perfaz assim 16,7% da totalidade do conjunto.

A comparação deste quadro com o de outros conjuntos de referência da Idade do Ferro do Sudoeste Peninsular permite afirmar que os cossoiros da Herdade do Pêgo se enquadram plenamente no panorama tipológico regional, onde os exemplares bitroncocónicos são francamente predominantes. As peças com essa morfologia somam, com efeito, 76,4% do conjunto da necrópole de Alcácer do Sal (Gomes, 2018), 73,3% do das Mesas do Castelinho (ESTRELA, 2010: 65), 69% do de Porto Sabugueiro (Salvaterra de Magos) (Pereira, 2016-2017: 66), 68,8% do da Cabeça de Vaiamonte (PEREIRA, 2013: Fig. 2), 63,25% do de Cancho Roano (BERROCAL-RANGEL, 2003), 62,4% do de Castrejón de Capote (BERROCAL-RANGEL, MAFFIOTTE MARTÍNEZ & Ruiz Triviño, 1994), 45,5% do da Quinta da Queimada (Lagos) (CALADO & GOMES, 2006: 177-178) e 44% do de La Mata (Badajoz) (RODRÍGUEZ DÍAZ, 2004: FIG. 103). Este panorama é, de resto, extensível a outros conjuntos da Idade do Ferro peninsular (cf. Gomes, 2018: 51, com bibliografia).

Noutros conjuntos tendencialmente mais tardios, como o de Segóvia (Elvas) (BARGÃO, 2017: 350), a representatividade deste grupo parece diminuir substancialmente, ainda que essa tendência não possa considerar-se generalizada, como bem demonstra a predominância dos cossoiros bitroncocónicos no conjunto de El Romazal (HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ & MARTÍN BRAVO, 2017: FIG. 165).

Por outro lado, a presença de uma peça de tipologia cilíndrica não é também surpreendente. Se é certo que os cossoiros com esta morfologia são geralmente minoritários nos conjuntos do período em apreço, as peças cilíndricas estão ainda assim representadas em conjuntos como o da necrópole de Alcácer do Sal (12,7% – Gomes, 2018), o de Porto Sabugueiro (12% – Pereira, 2016-2017: 66), o de Cancho Roano (10,78% – Berrocal-Rangel, 2003), o da Cabeça de Vaiamonte (7% – Pereira, 2013) ou o das Mesas do Castelinho (6,7% – Estrela, 2010: 65), sendo mesmo esta a tipologia mais frequente no pequeno conjunto do Cabeço Redondo (Moura) (Soares, 2013: 89).

Aparte da sua morfologia geral, no estudo de um conjunto como o que aqui nos ocupa é também imprescindível analisar as questões relacionadas com as suas dimensões e as possíveis implicações técnicas e funcionais decorrentes das mesmas. Assim, e seguindo os critérios

metodológicos estabelecidos nos estudos de referência já citados (esp. Berrocal-Rangel, Maffiotte Martínez & Ruiz Triviño, 1994; Berrocal-Rangel, 2003), procedeu-se à análise estatística deste conjunto considerando três variantes fundamentais: a sua altura, o seu diâmetro e o seu peso (Fig. 5).

Naturalmente, a pequena dimensão da amostra reduz a validade das inferências estatísticas que adiante se apresentam, mas ainda assim parece importante apresentar estes dados de forma a permitir a comparação deste conjunto com outros, já estudados ou merecedores de análise detalhada num futuro próximo.

Assim, e começando pela primeira das variantes citadas, os cossoiros da Herdade do Pêgo apresentam alturas relativamente homogéneas, entre os 1,5 e os 2,2cm, sendo a média de 1,93cm. Os valores da altura destas peças distribuem-se de forma homogénea ao longo deste intervalo, não se apreciando a existência de módulos de altura diferenciados dentro do conjunto. Pode ainda assim assinalar-se que os valores antes comentados coincidem com os intervalos de altura mais bem representados noutros conjuntos de referência regionais (GOMES, 2018: Fig. 8B).

Os diâmetros máximos dos cossoiros em apreço distribuem-se igualmente por um intervalo relativamente reduzido, entre os 2,2 e os 3,7cm, para uma média de 2,98cm. Mais uma vez, os valores relativos ao diâmetro máximo destas peças apresentam uma distribuição espaçada ao longo do intervalo citado, não sendo possível identificar qualquer módulo específico determinado. No entanto, também no caso deste parâmetro os valores documentados enquadram-se nos intervalos mais bem representados noutros conjuntos (Berrocal-Rangel, Maffiotte Martínez & Ruiz Triviño, 1994: Fig. 73; Berrocal-Rangel, 2003: Fig. 5; Gomes, 2018: Fig. 8D), revelando uma vez mais a sua plena integração no panorama do instrumental têxtil regional.

Finalmente, o conjunto apresenta um maior grau de heterogeneidade ao nível do peso das peças que o compõem, que oscila entre os 6 e os 29g, sendo a média global de 19g. Nota-se também um maior grau de concentração dos valores relativos a este parâmetro: três dos cossoiros estudados (50% do total) integram-se no intervalo entre os 20 e os 30g, tendo dois deles exatamente o mesmo peso (23g – nn. 1 e 5).

Esta preponderância de peças comparativamente pesadas pode considerar-se uma particularidade do conjunto da Herdade do Pêgo. Com efeito, noutros conjuntos regionais este intervalo de pesos encon-

tra-se menos bem representado, somando 33,9% do total no Olival do Senhor dos Mártires (Gomes, 2018: Fig. 8F), 31,69% na Cabeça de Vaiamonte (Pereira, 2013) e apenas 17,63% em Cancho Roano (Berrocal-Rangel, 2003: 226). Os valores da necrópole alentejana podem contudo comparar-se com os do Altar de Castrejón de Capote, onde os cossoiros com pesos entre os 20 e os 30g perfazem um total de 47,86% do total (Berrocal-Rangel, Maffiotte Martínez & Ruiz Triviño, 1994: 209), e com os de Porto Sabugueiro, onde as peças com pesos entre os 20 e os 40g representam um total de 42% dos exemplares completos (Pereira, 2015-2016: 66).

As restantes peças apresentam valores mais dispersos (6, 14 e 19g), todos abaixo dos 20g, enquadrando-se de uma forma geral no panorama documentado noutros sítios do Sudoeste Peninsular (Berrocal-Rangel, Maffiotte Martínez & Ruiz Triviño, 1994: 209; Berrocal-Rangel, 2003: 226; Pereira, 2003; Gomes, 2018: Fig. 8F). Globalmente, esta distribuição de valores não permite identificar uma particular estandardização dos pesos destas peças nem propor um qualquer valor ponderal para as mesmas.

A partir destas três variáveis é possível abordar os fatores determinantes na configuração destas peças recorrendo a métodos elementares de análise estatística. Os marcadores mais reveladores a este nível são o valor da covariança e, sobretudo, o coeficiente de correlação entre as variáveis antes comentadas, dois indicadores estatísticos que permitem avaliar a interdependência entre elas e, dessa forma, o grau de intencionalidade subjacente às medidas concretas documentadas no conjunto em estudo. Dado o carácter geralmente prático destes artefactos, pode inferir-se que quanto mais controladas e interdependentes sejam as variáveis maior será a sua relevância para a obtenção de peças adequadas ao desempenho da sua função produtiva.

No caso do conjunto da Herdade do Pêgo, o valor da covariança entre a altura e o diâmetro das peças é muito baixo, com um fator de apenas 0,05, apresentando igualmente um coeficiente de correlação comparativamente baixo (0,46). Em contrapartida, o valor da covariança entre a altura e o peso é algo mais expressivo, ascendendo a um fator de 3, indicando o coeficiente de correlação entre estas variáves (0,86) uma considerável interdependência entre ambas.

É, no entanto, na comparação entre o peso e o diâmetro que se encontram os valores de interdependência mais assinaláveis. O valor da covariança entre estas duas variáveis ascende a 14,37, e o coeficiente

de correlação entre ambas é de 0,91, revelando uma forte correlação positiva.

Esta situação é, de resto, comparável à que se documentou noutros conjuntos, como o de Alcácer do Sal (Gomes, 2018: 54), sendo perfeitamente expectável face ao papel desempenhado por estas peças no processo de fiação, assegurando a rotação contínua e uniforme do fuso, função para a qual a massa e a circunferência dos cossoiros seriam significativamente mais determinantes que a sua altura (RAHMSTORF, 2015: 5).

A observação das retas de regressão obtidas a partir destas três variáveis (Fig. 6) permite ilustrar e reforçar esta imagem. Com efeito, em todos os gráficos nos quais a altura foi introduzida como variável causal verifica-se uma distribuição comparativamente dispersa dos valores. Pelo contrário, nos gráficos em que o diâmetro e, sobretudo, o peso foram considerados como variáveis causais verifica-se uma ordenação dos dados em torno a uma reta bem definida, confirmando assim que o peso e, em menor medida, o diâmetro terão sido as variáveis determinantes no momento da produção destes objetos.

Esta situação é muito similar à que se documentou no conjunto de Cancho Roano (Berrocal-Rangel, 2003: Fig. 10-12) e encontra-se igualmente próxima da do conjunto do Olival do Senhor dos Mártires, embora neste último se verifique uma menor preponderância da variável diâmetro (Gomes, 2018: 54).

Parece assim plenamente demonstrado que as peças da Herdade do Pêgo apresentam uma boa adequação à sua função como elementos de fuso, enquadrando-se de resto plenamente nos padrões produtivos e decorativos documentados para este tipo de peça na Idade do Ferro do Sudoeste Peninsular.

# 2.2. Os pondera

Tal como indicado anteriormente, o conjunto da Herdade do Pêgo aqui em estudo inclui igualmente seis peças que podem identificar-se como *pondera* (Fig. 7 e 8). Esta designação engloba um grupo diverso e heterogéneo de peças habitualmente interpretadas como pesos de tear, embora vários autores tenham expresso reservas em relação a esta identificação funcional (Castro Curel, 1985: 232; Berrocal-Rangel 2003: 256; Mazăre, 2014: 22; Rahmstorf, 2015: 7-9), sobretudo nos

casos em que estas peças aparecem isoladas, não formando portanto um jogo de pesos como o que normalmente se utilizaria num tear, ou fora de contexto, como no caso que aqui nos ocupa.

É certo que alguns autores (GLEBA, 2008: 127; BASSO RIAL, 2018: 205) consideram que estas reservas se encontram hoje ultrapassadas, mas o particular contexto dos materiais que aqui nos ocupam parece recomendar a prudência, pelo que se optou pela identificação mais neutra destas peças como *pondera*, designação de resto habitual na literatura especializada peninsular (CASTRO CUREL, 1984; 1985; 1986; BERROCAL-RANGEL, 2003).

Dito isto, e apesar do carácter descontextualizado destes materiais, do facto de não formarem propriamente jogos que possam associar-se com uma estrutura de tear funcional (registando-se apenas a existência de duas ou três peças similares entre si, enquanto as restantes apresentam morfologias diversas, v. *infra*), e das dúvidas expressas pelos autores citados, parece ainda assim legítimo incluir estas peças neste estudo sobre instrumental têxtil, por duas ordens de razões.

Por um lado, a atribuição destas peças a este âmbito funcional (mesmo que com reservas) parece sustentável à luz da informação coligida noutros contextos da Idade do Ferro peninsular (ALFARO GINER, 1984: 99-101; CASTRO CUREL, 1985; 1986; BERROCAL-RANGEL, 2003) onde peças de morfologia análoga foram efetivamente recuperadas em contextos e/ou formando conjuntos que parecem remeter para a existência de teares verticais de pesos (*warp-weighted looms*, v. BARBER 1991: 91-113) nos quais estas peças se utilizariam para obter a necessária tensão dos fios de urdidura (*ibidem*; v. tb. MÂRTENSSON, NOSCH & STRAND, 2009).

Para outros âmbitos culturais e cronológicos, os dados arqueológicos (v., p. ex., Gleba, 2008; Mazăre, 2014) e sobretudo a Arqueologia Experimental (Mårtensson, Nosch & Strand, 2009) parecem referendar a associação de peças similares às que aqui nos ocupam à produção têxtil, e especificamente ao uso do tear vertical de pesos. Em face destes paralelos, a interpretação das peças da Herdade do Pêgo como funcionalmente englobáveis na categoria de instrumental têxtil parece provável, ainda que não se possa obviar a sua possível atribuição a outras funcionalidades ou mesmo a sua reutilização (v. *infra*).

Por outro lado, e como adiante haverá ensejo de comentar, a análise morfométrica destas peças e o próprio estudo da sua adequação funcional a um possível uso como elementos de tear, apoiado nos dados

da Arqueologia Experimental (Mårtensson, Nosch & Strand, 2009), permitem também aduzir alguns argumentos em favor da identificação destas peças como pesos de tear que, não sendo necessariamente probatórios, são ainda assim muito sugestivos e sustentam a inclusão destas peças no presente estudo.

Como já foi mencionado, o conjunto de *pondera* da necrópole da Herdade do Pêgo é francamente heterogéneo, tanto do ponto de vista produtivo como do ponto de vista formal. No que toca à sua estrutura física, as peças em análise podem dividir-se em dois grupos de fabrico distintos:

Grupo 1 (nn. 7 a 10): pastas não-calcárias, de tonalidade castanha acinzentada a cor-de-laranja acastanhada, compactas mas pouco depuradas, com elementos não-plásticos frequentes, de médias e ocasionalmente grandes dimensões, incluindo quartzo / areias quartzíticas, feldspato, micas brancas e elementos cristalinos negros. Estas peças foram submetidas a uma cozedura irregular, ainda que predominantemente oxidante.

Grupo 2 (nn. 11 e 12): pastas não-calcárias, de tonalidade castanha acinzentada a cor-de-laranja acastanhada, pouco depuradas e comparativamente grosseiras, com elementos não-plásticos muito frequentes, de médias a muito grandes dimensões, incluindo quartzo, feldspato, xisto, micas brancas e minerais cinzentos escuros não identificados. Estas peças foram submetidas a uma cozedura oxidante.

Como se pode apreciar, estes dois grupos de fabrico apresentam uma forte correlação com a morfologia dos próprios *pondera*, correspondendo todas as peças do Grupo de Fabrico 1 a exemplares paralelepipédicos e as do Grupo de Fabrico 2 a exemplares tronco-piramidais (cf. *infra*).

Os dois grupos apresentam ainda diferenças do ponto de vista do tratamento das superfícies (Fig. 7). Com efeito, as peças do Grupo de Fabrico 1 apresentam na sua generalidade superfícies regulares, contando mesmo três delas (nn. 7-9) com superfícies visivelmente alisadas. Em contrapartida, as peças do Grupo de Fabrico 2 apresentam tratamentos superfíciais diversos entre si, tendo a superfície da peça n. 11 sido cuidadosamente regularizada enquanto que a peça n. 12 não recebeu qualquer tratamento diferenciado.

A diversidade produtiva das peças da Herdade do Pêgo é igualmente extensível à sua morfologia. Com efeito, no conjunto em análise estão representadas diversas das variantes formais listadas nos principais quadros tipológicos para este tipo de peças estabelecidos tanto para a Idade do Ferro peninsular (Castro Curel, 1985; Berrocal-Rangel, 2003: Fig. 19.2) como para outros contextos geográficos e culturais (Gleba, 2008: Fig. 93; Mårtensson, Nosch & Strand, 2009: Fig. 2; Mazăre, 2014: 14-19; Strand & Nosch, 2015: Fig. 5.1.4).

Ainda assim, não pode deixar de se assinalar que todas as peças em análise se integram na grande família dos *pondera* prismáticos definida por Z. Castro Curel (1985: 232), família essa que se encontra particularmente bem documentada nos contextos pré-romanos peninsulares (e não só, v. Gleba, 2008: 131). No conjunto em apreço não se verifica assim a presença de outros grupos formais mais diretamente relacionados com o fundo tecno-tipológico pré-histórico (Castro Curel, 1985: 232; García Rubert & Gracia Alonso, 1998; Costeira, 2010-2011).

A um nível mais específico, as peças da Herdade do Pêgo podem dividir-se em dois grandes grupos morfológicos: por um lado, os *pondera* paralelepipédicos (quatro exemplares, 66,7% do conjunto) e, por outro, os de forma tronco-piramidal (dois exemplares, 33,3% do total).

Dentro do grupo dos *pondera* paralelepipédicos verifica-se a presença de três peças propriamente paralelepipédicas (nn. 7-9), com um grau de achatamento considerável (com um *ratio* espessura/largura entre os 0,6 e os 0,65), que apresentam uma forte similitude entre si e poderão ter formado parte de um único jogo de pesos. A quarta peça deste grupo (n. 10), apesar de pertencer ao mesmo grupo morfológico, apresenta características algo distintas e uma espessura ligeiramente mais pronunciada (*ratio* espessura/largura de 0,71).

Os paralelos geográfica e culturalmente mais próximos para as peças paralelepipédicas da Herdade do Pêgo podem encontrar-se em Cancho Roano (BERROCAL-RANGEL, 2003: Fig. 19.2) e, em menor medida, em Casas del Turuñuelo (MARÍN AGUILAR *et al.*, 2019: Fig. 7), podendo ainda somar-se a estes os exemplares exumados em Segóvia (Elvas), infelizmente sem contexto (BARGÃO, 2017: Est. 87), bem como numerosas outras ocorrências em paragens mais distantes, nomeadamente no mundo Ibérico (CASTRO CUREL, 1985).

Ao contrário deste grupo, relativamente homogéneo, as duas peças de forma tronco-piramidal são francamente distintas entre si e devem enquadrar-se em variantes diferenciadas dentro desta ampla família tipológica. Assim, a peça n. 11, de fabrico aparentemente mais cuidado, corresponde a um tronco de pirâmide bem modelado, com desenvolvi-

mento em altura, arestas bem marcadas e faces laterais côncavas que lhe conferem um aspecto *sui generis*. A peça n. 12, em contrapartida, apresenta um aspeto mais tosco e mais robusto, sem desenvolvimento em altura, com arestas arredondadas (embora esta característica possa resultar de desgastes resultantes do uso ou de fatores pós-deposicionais) e faces retas.

Os pondera tronco-piramidais estão bem documentados na Idade do Ferro do Sul de Portugal, registando-se a sua presença na necrópole da Atafona, em Almodôvar, onde se recolheu um exemplar muito similar à peça n. 12 (SILVA & GOMES, 1992: FIG. 61A), na do Olival do Senhor dos Mártires (materiais inéditos em depósito no Museu Nacional de Arqueologia), no Cabeço Redondo e na Azougada (Moura) (SOARES, 2013: 90). A estes paralelos portugueses caberia acrescentar alguns exemplares representativos do território extremeño, nomeadamente, uma vez mais, de Cancho Roano (BERROCAL-RANGEL, 2003: FIG. 19.2), de La Mata (RODRÍGUEZ DÍAZ, 2004: 263) e de Casas del Turuñuelo (MARÍN AGUILAR et al., 2019: Fig. 7), para não mencionar os numerosos paralelos documentados em sítios da área Ibérica (CASTRO CUREL, 1985; 1986).

À semelhança do anteriormente comentado com respeito ao conjunto de cossoiros da Herdade do Pêgo, o estudo morfológico destes *pondera* implica também abordar com algum detalhe as suas medidas e volumetria. A este nível, contudo, o estado fragmentário de preservação de algumas das peças estudadas não permite restituir de forma exata as suas dimensões originais; esses exemplares foram, portanto, excluídos da análise que seguidamente se esboça, que toma assim como base uma exígua amostra de quatro exemplares com todas as limitações daí decorrentes.

Por outro lado, e apesar de estar experimentalmente demonstrado que as variáveis com maiores implicações funcionais no caso dos pesos de tear são o peso e a espessura (Mårtensson, Nosch & Strand, 2009), optou-se por incluir também na análise estatística adiante apresentada a altura e a largura das peças (Fig. 8).

Começando por estas duas variáveis, caberia assinalar uma vez mais a relativa heterogeneidade do conjunto em estudo, no qual se documentam peças com 10,7cm de altura (ambos os exemplares paralelepipédicos) e outros com valores significativamente superiores, da ordem dos 13,5 e 14 cm (os exemplares tronco-piramidais). Ao nível da largura verifica-se a mesma diferenciação, apresentando as peças

paralelepipédicas medidas entre os 6,8 e os 7,1cm ao passo que os mais volumosos *pondera* piramidais têm larguras máximas de 8,9 e 10cm. Como seria de esperar, a espessura destes exemplares segue o mesmo padrão bipartido, apresentando os pesos paralelepipédicos espessuras máximas de 4,3 e 4,4cm ao passo que nos tronco-piramidais este parâmetro oscila entre os 8,9 e os 9,8cm.

Em relação à última (e, porventura, mais significativa) das variáveis consideradas, o peso, a distribuição de valores verificada é algo mais dispersa. Com efeito, se os dois pesos paralelepipédicos (que, como se disse, poderão ter integrado um mesmo jogo de peças) apresentam valores relativamente próximos de 539 e 619g, as peças piramidais, substancialmente mais pesadas, apresentam massas muito distintas entre si, de 1035 e 2081g.

Apesar desta relativa variabilidade, deve dizer-se que o panorama registado na Herdade do Pêgo se enquadra bem no que se documentou para o conjunto de *pondera* de Cancho Roano, o único dentro do âmbito crono-cultural em apreço para o qual dispomos de dados críticos sobre este parâmetro concreto. Com efeito, no sítio pacense verifica-se também uma concentração significativa de *pondera* em torno a valores *grosso modo* comparáveis aos das peças paralelepipédicas antes comentadas, bem como uma concentração secundária de peças com pesos em torno aos 1000g (BERROCAL-RANGEL 2003: 263 e FIG. 20.1). A presença de um *pondus* com cerca de 2000g, embora excecional, conta também com um paralelo claro naquele mesmo sítio arqueológico (*ibidem*).

A documentação destas quatro variáveis morfométricas permitiu igualmente realizar uma análise estatística elementar no sentido de apurar o significado de cada uma delas na adequação funcional destas peças a um eventual uso como contrapesos de teares verticais. Para esse efeito recorreu-se uma vez mais ao cálculo da covariança e, sobretudo, do coeficiente de correlação.

No caso vertente, o primeiro destes indicadores revelou-se pouco ilustrativo. Com efeito, e ao contrário do coeficiente de correlação, o cálculo da covariança não se expressa em valores distribuídos numa escala uniforme normalizada, pelo que a aplicação deste tipo de análise a peças com dimensões muito diversas e a variáveis com valores muito díspares (a altura, a largura e a espessura, expressas em centímetros, têm valores na ordem das unidades ou das dezenas, enquanto o peso, expresso em gramas, apresenta valores na ordem das centenas e dos milhares) gera resultados pouco clarificadores.

Assim, parece mais útil reter neste contexto o panorama dos coeficientes de correlação entre as variáveis aqui consideradas (Fig. 9), que pode considerar-se bastante surpreendente. Com efeito, para todos os pares de variáveis considerados os valores do coeficiente de correlação são inesperadamente altos, oscilando entre 0,86 (covariança entre peso e altura) e 1 (covariança entre espessura e altura), revelando uma elevada interdependência (ou, no caso desta última, uma correlação direta total) entre todas as medidas analisadas.

Esta situação não deixa de ser inusitada, na medida em que revela um grau de intencionalidade produtiva invulgar, especialmente num contexto pré-industrial como aquele que aqui nos ocupa. É possível que esta situação resulte, mais do que de qualquer outro fator, de uma distorsão provocada pela reduzida dimensão da amostra, devendo portanto estes elevados e generalizados coeficientes de correlação tomar-se com certa reserva.

O mesmo se poderia dizer em relação à imagem oferecida pelos gráficos das Figuras 10 e 11, que revelam em todos os casos uma ordenação bastante clara dos dados em torno das retas de regressão obtidas para os pares de variáveis antes citados, sugerindo uma vez mais uma forte interdependência entre as mesmas, que poderá contudo resultar do reduzido número de amostras.

Ainda assim, o que parece poder afirmar-se em face destes dados é que estas peças muito provavelmente serviriam uma função concreta para o exercício da qual necessitavam de cumprir uma série de critérios morfométricos bem definidos. Este facto é significativo, na medida em que, dentro da lista de possíveis funções a que se atribuíram estes *pondera* em diversos momentos da investigação (Castro Curel, 1985: 232; Berrocal-Rangel, 2003: 256; Mazăre, 2014: 22; Rahmstorf, 2015: 7-9), o seu uso como pesos de tear é sem dúvida a que mais claramente implica um estrito controlo técnico das suas dimensões (v. Mârtensson, Nosch & Strand, 2009). Assim, e apesar da necessária cautela resultante da pequena dimensão da amostra, o estudo estatístico das peças da Herdade do Pêgo parece comprovar a sua adequação a uma função relacionada com a produção têxtil em teares verticais de pesos.

No caso vertente, essa adequação funcional pode igualmente ser testada aplicando aos *pondera* da Herdade do Pêgo a metodologia desenvolvida por L. Mårtensson, M.-L. Nosch e E. Andersson Strand (2009) com base na Arqueologia Experimental para calcular o volume de produção têxtil a partir do peso e da espessura dos pesos de tear. Nas

Figuras 12 e 13 apresentam-se os resultados da aplicação do referido método de cálculo às quatro peças completas da Herdade do Pêgo.

Deve referir-se que estes valores dizem respeito à produção hipotética de um tecido simples, de tipo tafetá, na medida em que foi esse o tipo de produto realizado nas experiências que permitiram desenvolver esta metodologia (*idem*). É certo que os teares verticais de pesos permitiriam produzir outros tipos de tecidos (Forbes, 1964: 186-192), e que não podemos afirmar com segurança que os têxteis produzidos durante o I milénio a.n.e. no interior alentejano corresponderiam exclusivamente a este tipo de entramado. No entanto, a totalidade dos têxteis conhecidos no registo arqueológico da região para os períodos precedentes corresponde efetivamente a tafetás (Soares *et al.*, 2018), o que torna pelo menos verosímil que esta técnica básica de tecelagem tenha perdurado durante a Idade do Ferro, tornando assim válida a aplicação do referido método de cálculo aos *pondera* da Herdade do Pêgo.

Por outro lado, e considerando que não dispomos de dados primários sobre a dimensão do tear do qual estas peças hipoteticamente formariam parte, os cálculos apresentados nas Figuras 12 e 13 foram realizados tomando como referência a produção de um tecido de 1 x 1m, seguindo igualmente os critérios experimentais definidos por L. Mårtensson, M.-L. Nosch e E. Andersson Strand (2009).

Os resultados são, uma vez mais, bastante expressivos. Com efeito, todos os *pondera* da Herdade do Pêgo podem considerar-se perfeitamente adaptados a uma função como contrapesos de tear, revestindo-se além disso de uma considerável versatilidade já que, na sua generalidade, o seu uso resultaria em condições idóneas para a produção de têxteis de diversas qualidades a partir de fios de distintas espessuras.

Neste aspeto concreto, os pesos paralelepipédicos (nn. 7-8) (Fig. 12) revelaram-se os mais polivalentes, já que segundo os cálculos realizados o seu uso resultaria em condições ótimas para a produção têxtil em todos os cenários contemplados (para o significado dos vários cenários e o tipo de têxtil resultante, v. Mårtensson, Nosch & Strand, 2009: 394-396).

Os pesos tronco-piramidais, em contrapartida, oferecem condições mais específicas (Fig. 13). O peso n. 12, apesar do seu aspeto mais tosco, apresenta ainda assim uma maior versatilidade, permitindo a produção têxtil em todos os cenários previstos mas perdendo alguma operacionalidade no cenário que requer maior tensão e que corresponderia à produção de um tecido de qualidade mais grosseira.

O peso n. 11, em contrapartida, não parece compatível com o cenário que requer menor tensão, isto é, com a produção de tecidos finos com um elevado *thread count*, não sendo igualmente ideal para a produção de têxteis de natureza grosseira. Este peso poderá portanto ter pertencido a um tear com uma configuração relativamente especializada, adaptado unicamente à produção de tecidos comparativamente finos mas não necessariamente de elevada qualidade.

# 3. O instrumental têxtil da Herdade do Pêgo no contexto da I Idade do Ferro do Sul de Portugal

A análise morfológica, decorativa e tecnológica exposta nas páginas anteriores revela de forma muito clara a integração do conjunto de instrumental têxtil da necrópole da Herdade do Pêgo no panorama atualmente disponível para a Idade do Ferro do Sul de Portugal e, de forma mais lata, do Sudoeste Peninsular. Com efeito, o interesse crescente neste tipo de material e no seu papel económico, social e simbólico tem resultado num incremento significativo dos conjuntos estudados e publicados (esp. Berrocal-Rangel, Maffiotte Martínez & Ruiz Triviño, 1994; Berrocal-Rangel, 2003; Pereira, 2013; Gomes, 2018), nos quais, como ficou dito, se encontram paralelos muito próximos e expressivos para as peças que aqui nos ocupam.

Tendo já explorado esses paralelos morfológicos, decorativos e tecnológicos em detalhe nas páginas anteriores, parece importante focar este apartado final nalgumas questões específicas suscitadas pelo particular contexto do material da Herdade do Pêgo.

Em primeiro lugar, parece importante refletir, mesmo que brevemente, sobre a contextualização cronológica destes materiais. Como ficou dito, as características arquitetónicas e a cultura material exumada nos trabalhos dos anos 1970 permitem datar esta necrópole num intervalo centrado nos séculos VI e V a.n.e., enquadrável portanto na I Idade do Ferro regional (Beirão, 1986; Arruda, 2001; Gomes, 2016). Numa primeira análise, essa integração numa fase precoce da Idade do Ferro poderia considerar-se um particularismo digno de menção, na medida em que noutras regiões peninsulares a proliferação de conjuntos de instrumental têxtil é sobretudo um fenómeno próprio dos horizontes da II Idade do Ferro (por exemplo, no mundo Ibérico – v. Castro Curel, 1980; 1984; 1985; 1986; Rafel i Fonta-

NALS, 2007; em relação aos *pondera*, v. contudo Garcia Rubert & Gracia Alonso, 1998).

Com efeito, e como já se assinalou, a aparição de conjuntos relativamente expressivos de instrumental têxtil em contextos da primeira fase da Idade do Ferro não é muito habitual, podendo em certa medida considerar-se uma especificidade do território meridional português, onde a presença deste tipo de objetos em contextos funerários está comparativamente bem atestada durante esse período, tanto em Alcácer do Sal (Gomes, 2018) como na necrópole do Pardieiro (Odemira) (Beirão, 1990: 117) e também, agora, na da Herdade do Pêgo.

No entanto, ao considerar esta situação não pode deixar de se tomar em consideração a especificidade da periodização da Idade do Ferro no interior alentejano, onde a emergência e consolidação dos sistemas sociais, políticos e territoriais sidéricos são comparativamente tardias em comparação com as realidades do litoral (ARRUDA, 1999-2000; para uma análise integrada das questões cronológicas, v. Soares & Arruda, 2017) e o final daquilo que tentativamente se vem designando como a I Idade do Ferro regional é também ele tardio e um tanto difuso (Correia & Beirão, 1995).

Com efeito, o prolongamento desta etapa inicial da Idade do Ferro ao longo do século V a.n.e. (senão mesmo até aos inícios do IV a.n.e.) significa que uma boa parte do processo histórico das comunidades da região aqui considerada se desenvolve em paralelo com o horizonte que na Extremadura espanhola e no Vale do Guadiana português se vem caracterizando como "Pós-Orientalizante" (v., p. ex., JIMÉNEZ ÁVILA, 2016).

Nesse sentido, e como também ficou claro no apartado precedente, o instrumental têxtil da Herdade do Pêgo pode facilmente paralelizar-se com os expressivos conjuntos de elementos similares documentados nos sítios que integram esse horizonte, nomeadamente os de Cancho Roano (Berrocal-Rangel, 2003), de La Mata (Rodríguez Díaz, 2004) e de Casas del Turuñuelo (Marín Aguilera *et al.*, 2019), ou, já no território português, de Fernão Vaz (Correia, 1999: 26), do Cabeço Redondo (Soares, 2013) e da Azougada (materiais ainda inéditos, v. Soares, 2013: 90).

A excecionalidade do conjunto de instrumental têxtil da Herdade do Pêgo deve portanto ser relativizada, na medida em que a presença destes materiais neste sítio se poderá enquadrar num âmbito cronológico e num contexto histórico em que se verifica efetivamente um incremento substancial dos objetos relacionados com este âmbito funcional, já seja como resultado de uma intensificação da produção têxtil, de uma alteração nas práticas e tecnologias da fiação e da tecelagem ou de uma combinação de ambas.

Dito isto, importa ainda assim considerar a especificidade do contexto de achado destes materiais. Com efeito, ao contrário dos sítios antes referenciados, que, apesar de nalguns casos apresentarem características destacadas relacionadas com funções áulicas ou religiosas, devem considerar-se genericamente sítios de *habitat*, os materiais da Herdade do Pêgo provêm de um contexto funerário, dado que não se deve obviar e que introduz necessariamente certos matizes na mais imediata leitura funcional destas peças.

Em relação aos cossoiros, muito frequentes nos conjuntos funerários de outras áreas culturais peninsulares, nomeadamente do mundo Ibérico (RAFEL i FONTANALS, 2007), os possíveis significados da sua presença em ambiente funerário foram já analisados em profundidade (GOMES, 2018: 54-57). Embora não se justifique repetir neste contexto todas as considerações tecidas nesse outro trabalho, pode ainda assim recordar-se que os dados estatísticos resultantes dos estudos antropológicos de diversas necrópoles Ibéricas permitem questionar a ideia de que os cossoiros integrariam as oferendas funerárias como meros emblemas de género, reflexo do papel da mulher nas atividades têxteis (*idem*: 55; v. tb. RAFEL i FONTANALS, 2007; HORN, 2011: 178).

Por outro lado, existem amplas evidências no Sudoeste Peninsular da integração deste tipo de peças em práticas de natureza religiosa. Quiçá o exemplo mais evidente desta situação seja a presença de um amplo conjunto de cossoiros no altar votivo da II Idade do Ferro do Castrejón de Capote (Berrocal-Rangel, Maffiotte Martínez & Ruiz Triviño, 1994), a que poderiam talvez somar-se os casos da Cabeça de Vaiamonte, onde além do número inusitado de peças se verifica a presença de exemplares com características que os inabilitam para um uso funcional (Pereira, 2013), e da Azougada (Soares, 2013: 90). A presença de abundantes exemplares profusamente decorados nestes e noutros sítios e também, no caso de Vaiamonte, de peças com grafitos/inscrições (Pereira, 2013) sugere igualmente que estas peças se revestiriam de um significado simbólico acrescido à sua função produtiva primária.

Deve no entanto assinalar-se que com os dados atualmente disponíveis não é fácil abordar esse eventual significado. Assinalou-se já contudo uma eventual relação entre esta valorização simbólica dos cossoiros e a metáfora do destino e da vida como fio, muito bem documentada em diversos âmbitos religiosos, do Mediterrâneo Antigo ao mundo nórdico (Gomes, 2018: 56, com bibliografia). Por outro lado, sublinhou-se também a existência de evidências diretas do significado mágico do ato de fiar na Antiguidade, nomeadamente nos relatos de autores clássicos como Plínio-o-Velho (*Nat. Hist.* 28.5), que, apesar das distâncias geográficas e culturais, poderão eventualmente ter-se estendido também aos âmbitos pré-romanos peninsulares (Gomes, 2018: 56).

Dito isto, não pode igualmente excluir-se que, nalguns casos, a presença deste tipo de elementos em contextos funerários guarde efetivamente uma relação direta com a sua função produtiva e/ou com a sua associação à esfera feminina (RAFEL i FONTANALS, 2007), que está de resto implícita nas narrativas mitológicas que se têm evocado para tentar reconstituir os eventuais significados mágico-simbólicos (GOMES, 2018: 56, com bibliografia).

Em contrapartida, a questão da presença de *pondera* / pesos de tear em ambientes funerários é bastante mais difícil de abordar na medida em que a prática de depositar este tipo de peças em necrópoles parece ser substancialmente mais limitada (cf. Castro Curel, 1985: 232). Com efeito, além do caso da Herdade do Pêgo, a presença de *pondera* em ambientes funerários só está documentada na necrópole de Alcácer do Sal (materiais inéditos em depósito no Museu Nacional de Arqueologia, infelizmente sem contexto preciso) e na da Atafona (Almodôvar), num contexto já da II Idade do Ferro (Silva & Gomes, 1992: Fig. 61A).

Infelizmente, a falta de parâmetros contextuais precisos quer para os materiais da Herdade do Pêgo quer para os das necrópoles antes citadas bem como a ausência de paralelos para a prática de depositar *pondera* em ambientes de necrópole limitam significativamente a interpretação desta realidade. Ainda assim, e a título meramente hipotético, poder-se-ia sugerir que estas peças se incorporam no registo funerário como uma sinédoque, representando simbolicamente a totalidade do tear e, por extensão, a tecelagem enquanto atividade altamente valorizada do ponto de vista social, económico e/ou religioso.

Por outro lado, e ainda que não desponhamos de qualquer elemento concreto nesse sentido, não pode igualmente excluir-se que a presença destas peças nestes contextos funerários resulte de um processo de reutilização e de refuncionalização. Com efeito, se é certo que os dados antes aduzidos sugerem fortemente uma efetiva utilização dos *pondera* 

da Herdade do Pêgo na tecelagem, não é impossível que durante o seu período de vida útil estas peças tenham também conhecido outras utilizações que ditaram, em última análise, a sua deposição em âmbito funerário. Infelizmente, contudo, não dispomos de qualquer dado para apreciar essas eventuais funções subsidiárias.

Finalmente, e apesar de a investigação posterior ter geralmente dado por comprovado o caráter funcional destas peças e a sua relação com os teares verticais de pesos (GLEBA, 2008: 127; MÅRTENSSON, NOSCH & STRAND, 2009; BASSO RIAL, 2018: 205), as interrogações de Z. Castro Curel, que se preguntava se «¿No podrían las pesas tener valor intrínseco, significado como ofrendas (...)?» (CASTRO CUREL, 1985: 232), não parecem poder ser completamente obviadas, pelo menos no que aos raros materiais procedentes de necrópoles diz respeito.

Noutros contextos, nomeadamente do mundo Ibérico, a documentação ocasional de peças decoradas com motivos de natureza potencialmente simbólica (MACHAUSE LÓPEZ, 2012) poderia até certo ponto sustentar esta hipótese de que alguns *pondera*, independentemente da sua função primária, tenham tido um valor simbólico acrescido, o que justificaria a sua presença em ambientes funerários. No entanto, a aparente inexistência de peças decoradas no Sudoeste peninsular e a ausência de *pondera* em geral em contextos votivos, como o já citado altar votivo de Castrejón de Capote, impõem certas reservas a esta leitura, sendo ainda necessários mais dados e coordenadas contextuais mais precisas para poder aferir dos eventuais significados simbólicos destas peças no âmbito regional em apreço.

Em todo caso, à luz do anteriormente exposto, parece poder afirmar-se sem demasiadas reservas que a comunidade que depôs os seus mortos na Herdade do Pêgo foi partícipe de um desenvolvimento das técnicas e métodos de fiação e tecelagem que parece ter-se produzido a partir do século VI e sobretudo do V a.n.e. no Sudoeste peninsular. O instrumental têxtil ali recolhido integra-se de facto de forma plena no panorama documentado noutros sítios *grosso modo* pertencentes a esse horizonte cronológico (Berrocal-Rangel, 2003; Rodríguez Díaz, 2004), do ponto de vista técnico, formal e decorativo.

Pode também dizer-se que, por razões que permanecem difíceis de apurar, os objetos relacionados com estas atividades produtivas foram considerados suficientemente significantes para integrar os espólios funerários (ou, pelo menos, a parafernália utilizada nos ritos ocorridos

no espaço da necrópole), o que claramente revela a valorização social, económica, mas também simbólica destes elementos e das atividades com que se relacionavam, nomeadamente a produção têxtil nas suas diversas vertentes.

Infelizmente, a falta de coordenadas contextuais neste e noutros conjuntos funerários não permite desvelar de forma minimamente sustentada o eventual simbolismo destes materiais e da sua deposição em ambientes funerários. Ainda assim, o estudo do conjunto de instrumental têxtil da necrópole da Herdade do Pêgo permite acrescentar alguns dados de grande interesse para a caracterização da tecnologia têxtil na Idade do Ferro do Sudoeste peninsular, dando ao mesmo tempo continuidade a uma reflexão sobre o simbolismo de que estes elementos se poderão ter revestido, reflexão essa que expectavelmente será enriquecida no futuro por novos achados, novos dados e novas perspetivas.

## BIBLIOGRAFÍA

- Alfaro Giner, Carmen (1984) Tejido y Cestería en la Península Ibérica. História de su técnica e industrias desde la Prehistoria hasta la Romanización, Madrid: CSIC.
- Arruda, Ana Margarida (1999-2000) Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.), Barcelona: Universidad Pompeu Fabra.
- Arruda, Ana Margarida (2001) A Idade do Ferro pós-orientalizante no Baixo Alentejo, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 4:2, pp. 207-291.
- Barber, Elisabeth J. W. (1991) Prehistoric Textiles. The development of cloth in the Neolithic and Bronze Age with special reference to the Aegean, Princeton: Princeton University Press.
- Bargão, Patrícia (2017) O castro de Segóvia: estudo monográfico de um sítio arqueológico no Alto Alentejo, Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidade de Lisboa, inédita. http://repositorio.ul.pt/handle/10451/28721
- Basso Rial, Ricardo (2018) La problemática de lo textil en el registro arqueológico: aspectos teóricos y metodológicos, in Cutilla Orgilés, Ernesto (coord.), *Convergencia y Transversalidad en Humanidades*, Alicante: Universidad de Alicante, pp. 203-209.
- Beirão, Caetano de Mello (1986) Une Civilisation Protohistorique du Sud du Portugal (Ier Âge du Fer), Paris: Éditions du Boccard.
- BEIRÃO, Caetano de Mello (1990) Epigrafia da Idade do Ferro do Sudoeste da Península Ibérica. Novos dados arqueológicos, *Estudos Orientais*, I, pp. 107-118.
- Berrocal-Rangel, Luis (2003) El instrumental textil en Cancho Roano: considera-

- ciones sobre sus fusayolas, pesas y telares, in Celestino Pérez, Sebastián (ed.), *Cancho Roano VIII. Los Materiales Arqueológicos I*, Badajoz: Museo Arqueológico de Badajoz, pp. 213-297.
- Berrocal-Rangel, Luis, Maffiotte Martínez, Inés B. & Ruiz Triviño, Carmen (1994) Las fusayolas, in Berrocal-Rangel, Luis (dir.), *El altar prerromano de Castrejón de Capote. Ensayo etnoarqueológico de un ritual céltico en el suroeste peninsular*, Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, pp. 201-230.
- CALADO, David & GOMES, Mário Varela (2006) Quinta da Queimada (Lagos): a necrópole da II Idade do Ferro, Revista Portuguesa de Arqueologia, 9:2, pp. 171-185.
- Castro Curel, Zaida (1980) Fusayolas ibéricas: antecedentes y empleo, *Cypsela*, III, pp. 127-146.
- Castro Curel, Zaida (1984) Notas sobre la problemática del tejido en la Península Ibérica, *Kalathos*, 3-4, pp. 95-100.
- Castro Curel, Zaida (1985) *Pondera*: examen cualitativo, cuantitativo, espacial y su relación con el telar con pesas, *Empúries*, 47, pp. 230-253.
- CASTRO CUREL, Zaida (1986) Avances de estudios cuantitativos y localización de *pondera* en asentamientos peninsulares, *Arqueología Espacial*, 9, pp. 169-186.
- Coelho, Luís (1971) Inscrições da necrópole proto-histórica da Herdade do Pêgo Ourique, *O Arqueólogo Português*, S. 3:4, pp. 167-180.
- CORREIA, Virgílio Hipólito (1993) As necrópoles da Idade do Ferro do Sul de Portugal: arquitectura e rituais, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 33:3-4, pp. 351-370.
- CORREIA, Virgílio Hipólito (1996) A epigrafia da Idade do Ferro do Sudoeste da Península Ibérica. Porto: Etnos.
- CORREIA, Virgílio Hipólito (1999) Fernão Vaz (Ourique, Beja). Balanço da investigação arqueológica, *Vipasca*, 8, pp. 24-31.
- CORREIA, Virgílio Hipólito & BEIRÃO, Caetano de Mello (1995) A IIª Idade do Ferro no Sul de Portugal: o estado actual dos nossos conhecimentos, in *Actas del XXI Congreso Nacional de Arqueología*, Zaragoza: Institución "Fernando el Católico", pp. 915-930.
- Costeira, Catarina (2010-2011) Placas e crescentes Análise de um conjunto de componentes de tear do sítio arqueológico de S. Pedro (Redondo), 3º milénio a.n.e., *Arqueologia&História*, 62-63, pp. 23-37.
- DIAS, Maria Manuela Alves, BEIRÃO, Caetano de Mello & COELHO, Luís (1971) Duas necrópoles da Idade do Ferro no Baixo-Alentejo: Ourique. (Noticia preliminar), *O Arqueólogo Português*, S.3: 4, pp. 175-219.
- ESTRELA, Susana (2010) Os níveis fundacionais da Idade do ferro de Mesas do Castelinho (Almodôvar): os contextos arqueológicos na (re)construção do povoado, Tese de Mestrado em Arqueologia apresentada à Universidade de Lisboa, inédita. http://repositorio.ul.pt/handle/10451/3009
- Forbes, Robert James (1964) Studies in Ancient Technology, IV. The fibres and fabrics of Antiquity, Leiden: Brill.
- GARCIA RUBERT, David & GRACIA ALONSO, Francisco (1998) Un conjunto de pondera

- procedentes del yacimiento preibérico de la Ferradura (Uldecona, Montsià, Tarragona), *Pyrenae*, 29, pp. 205-225.
- GLEBA, Margarita (2008) Textile Production in Pre-Roman Italy, Oxford: Oxbow Books.
- Gomes, Francisco B. (2016) Contactos culturais e discursos identitários na I Idade do Ferro do Sul de Portugal (sécs. VIII V a.n.e.): leituras a partir do registo funerário, Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidade de Lisboa, inédita. http://repositorio.ul.pt/handle/10451/25042
- Gomes, Francisco B. (2018) Fusayolas de la necrópolis de Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal): tipología, función y simbolismo, *Saguntum*, 49, pp. 43-59. https://doi.org/10.7203/SAGVNTVM.49.9330
- HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca & MARTÍN BRAVO, Ana María (2017) Las necrópolis de El Romazal y el conjunto arqueológico de Villasviejas del Tamuja (Botija / Plasenzuela, Cáceres), Madrid: La Ergástula.
- HORN, Frédérique (2011) Ibères, Grecs et Puniques en Extrême Occident. Les terres cuites de l'espace Ibèrique du VIIIe au IIe siècle av. J.-C., Madrid: Casa de Velázquez.
- JIMÉNEZ ÁVILA, Javier (2016) El Post-orientalizante, entre España y Portugal; entre lo Tartésico y lo Turdetano, *Cadernos do Museu da Lucerna*, II, pp. 37-60.
- LORRIO, Alberto J. (2008) Cuchillos, in Almagro-Gorbea, Martín (dir.), *La necró- polis de Medellín. II. Estudio de los hallazgos*, Madrid: Real Academía de la Historia, pp. 566-571.
- MACHAUSE LÓPEZ, Sonia (2012) Pesas de telar ibéricas con decoración zoomorfa, *Archivo de Prehistoria Levantina*, XXIX, pp. 273-287.
- Marín Aguilar, Beatriz, Rodríguez González, Esther, Celestino Pérez, Sebastián & Gleba, Margarita (2019) Dressing the sacrifice: textiles, textile production and the sacrificial economy at Casas del Turuñuelo in fifth-century BC Iberia, *Antiquity*, 93:370, pp. 933-953.
- Mårtensson, Linda, Nosch, Marie-Louise & Strand, Eva Andersson (2009) Shape of things: understanding a loom weight, *Oxford Journal of Archaeology*, 28:4, pp. 373-398. https://doi.org/10.1111/j.1468-0092.2009.00334.x
- MAZĂRE, Paula (2014) Investigating Neolithic and Copper Age Textile Production in Transylvania (Romania). Applied Methods and Results, in HARLOW, Mary, MICHEL, Cécile & NOSCH, Marie-Louise (eds.), *Prehistoric, Ancient Near Eastern and Aegean Textiles and Dress. An interdisciplinary anthology*, Oxford: Oxbow, pp. 1-42.
- Pereira, Mário L. (2015-2016) Os cossoiros de Porto de Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos), *Cira Arqueologia*, 5, pp. 55-75.
- Pereira, Teresa Rita (2013) Por um fio: tipologia e função do conjunto de cossoiros de Cabeça de Vaiamonte (Monforte/ Portugal), in Arnaud, José Morais, Martins, Andrea & Neves, César (eds.), *Arqueologia em Portugal: 150 anos*, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 681-691.
- OUESADA SANZ, Fernando (1997) El Armamento Ibérico: Estudio Tipológico, Geográ-

- fico, Funcional, Social Y Simbólico De Las Armas En La Cultura Ibérica: (Siglos VI-I A.C.), Montagnac: Éditions Monique Mergoil.
- RAFEL I FONTANALS, Nuria (2007) El textil como indicador de género en el registro funerario ibérico, in González Marcén, Paloma, Masvidal Fernández, Cristina, Montón Subías, Sandra & Picazo Gurina, Marina (eds.), Interpreting Household Practices: reflections on the social and cultural roles of maintenance activities, Barcelona: Universidad Autónoma de Barcelona, pp. 115-246.
- Rahmstorf, Lorenz (2015) An introduction to the investigation of archaeological textile tools, in Strand, Eva Andersson & Nosch, Marie-Louise (eds.), *Tools, Textiles and Contexts. Investigating textile production in the Aegean and Eastern Mediterranean Bronze Age*, Oxford: Oxbow, pp. 1-23.
- RODRIGUEZ DÍAZ, Alonso (2004) El Edificio Protohistórico de «La Mata» (Campanario, Badajoz) y su estudio territorial, Cáceres: Universidad de Extremadura.
- Santos, Filipe J. C., Antunes, Ana Sofia, Deus, Manuela de & Grilo, Carolina (2017)

   A necrópole de Palhais (Beringel, Beja), in Jiménez Ávila, Javier (ed.), Sidereum Ana *III. El Río Guadiana y Tartessos*, Mérida: Consórcio de la Ciudad de Mérida, pp. 227-261.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da & Gomes, Mário Varela (1992) *Proto-história de Portugal*, Lisboa: Universidade Aberta.
- SOARES, António Manuel Monge & ARRUDA, Ana Margarida (2017) A cronologia de radiocarbono para a Idade do Ferro Orientalizante no território português. Uma leitura crítica dos dados arqueométricos e arqueológicos, in BARCELÓ, Juan A., BOGDANOVIC, Igor & MORELL, Berta (eds.), *IberCrono 2016. Cronometrias Para la Historia de la Península Ibérica*, Aachen: CEUR, pp. 235-259.
- Soares, António Manuel Monge, RIBEIRO, Maria Isabel M., OLIVEIRA, Maria José, Baptista, Lídia, Esteves, Lília & Valério, Pedro (2018) Têxteis arqueológicos pré-históricos do território português: identificação, análise e datação, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 21, pp. 71-82.
- Soares, Rui Monge (2013) O Cabeço Redondo: um edifício da Idade do Ferro pós-orientalizante na herdade do Metum (Moura), Tese de Mestrado em Arqueologia apresentada à Universidade de Lisboa, inédita.
- STRAND, Eva Andersson & Nosch, Marie-Louise (2015) Introduction to the CTR database, in STRAND, Eva Andersson & Nosch, Marie-Louise (eds.), *Tools, Textiles and Contexts: Investigating Textile Production in the Aegean and Eastern Mediterranean Bronze Age*, Oxford: Oxbow Books, pp. 145-152.
- DE SUS, María Luisa (1986) Fusayolas del poblado celtibérico de Los Castellares (Herrera de los Navarros, Zaragoza. I. Tipología y función, *Boletín del Museo de Zaragoza*, 5, pp. 183-208.
- Torres Ortiz, Mariano (2008) Vasos «a chardón», in Almagro-Gorbea, Martín (dir.), *La necrópolis de Medellín. II. Estudio de los hallazgos*, Madrid: Real Academía de la Historia, pp. 658-662.

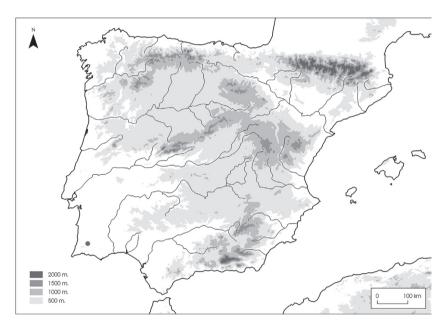


Fig. 1 – Localização da necrópole da Herdade do Pêgo (Ourique) no território peninsular (base cartográfica: Trabajos de Prehistoria – CSIC).

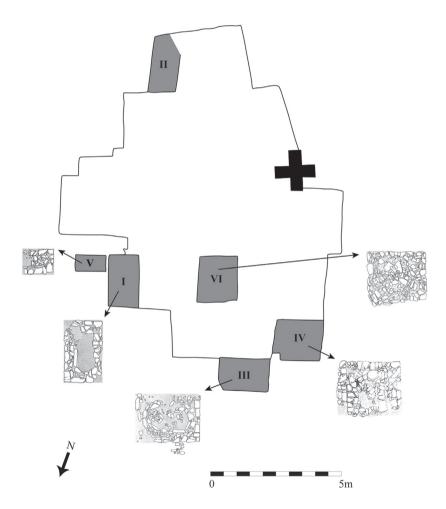


Fig. 2 – Planta geral da necrópole da Herdade do Pêgo e das sepulturas escavadas no início dos anos 1970 (seg. Dias, Beirão & Coelho, 1971, adaptado).

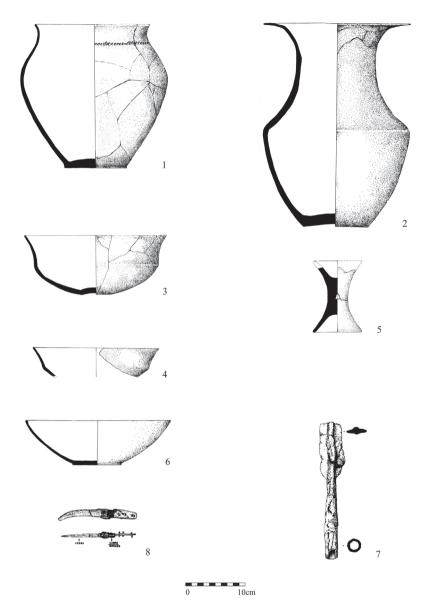


Fig. 3 – Materiais mais significativos recolhidos durante as escavações da necrópole da Herdade do Pêgo (seg. Dias, Beirão & Coelho, 1971): 1 a 5 – Túmulo II (?); 6 a 8 – Túmulo IV.

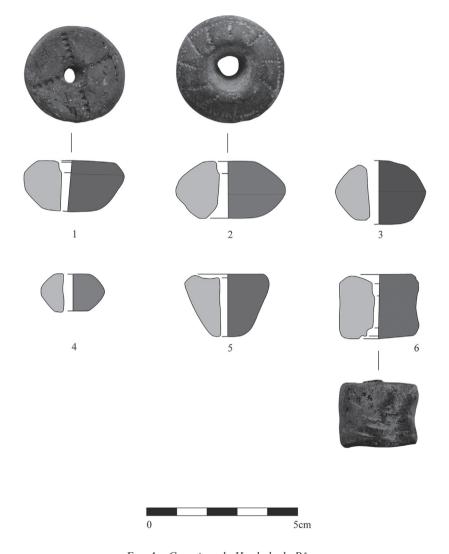


Fig. 4 – Cossoiros da Herdade do Pêgo.

#	# Inv. MNA	Morfologia	Tipo	Grupo	Alt. (cm)	Ø máx. (cm)	Peso (g)	Decoração
1	2003.114.2	P3P1	Ec1	1	1,75	3,3	23	Pontilhada
2	2003.114.1	P3P1	Dc3	1	2	3,7	29	Pontilhada
3	2003.114.4	P3P1	Dc1	2	2,05	2,85	14	*
4	2003.114.5	P3P1	Dc1	2	1,5	2,2	6	*
5	2003.114.6	P3P1	Ea1	1	2,2	2,8	23	*
6	2003.114.3	P2P2	Ba1	1	2,1	3	19	*

Fig. 5 – Características gerais dos cossoiros da Herdade do Pêgo.

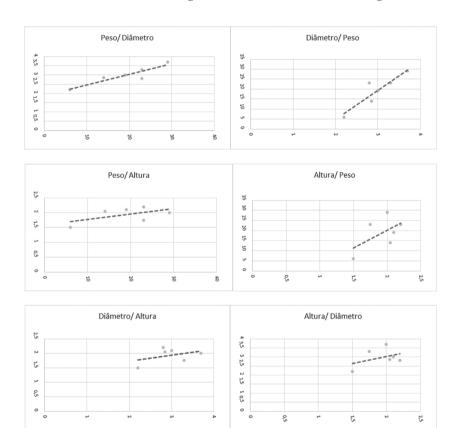


Fig. 6 – Retas de regressão obtidas mediante comparação das medidas dos cossoiros da Herdade do Pêgo.

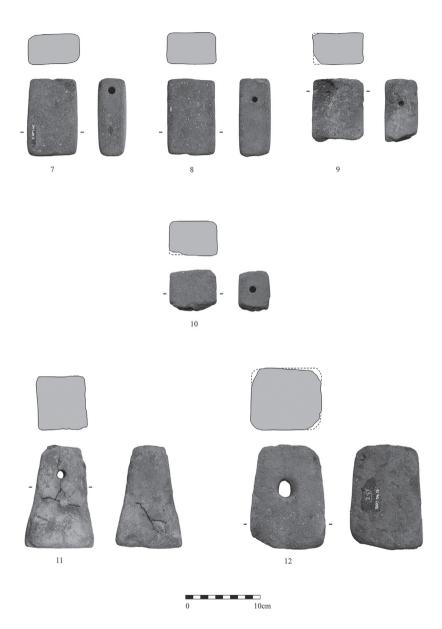


Fig. 7 – Pondera da Herdade do Pêgo.

#	# Inv. MNA	Morfologia	Grupo	Alt. (cm)	Larg. Máx. (cm)	Esp. Máx. (cm)	Peso (g)
7	2003.114.8	Paralelepipédica	1	10,7	7,1	4,3	539
8	2003.114.11	Paralelepipédica	1	10,7	6,8	4,4	619
9	2003.114.10	Paralelepipédica	1	8,7*	7	4,4	450*
10	2003.114.9	Paralelepipédica	1	5,7*	6,5	4,6	271*
11	2003.114.17	Tronco-Piramidal	2	13,5	8,9	8,9	1035
12	2003.114.16	Tronco-Piramidal	2	14	10	9,8	2081
					* valores	s parciais	

Fig. 8 – Características gerais dos pondera da Herdade do Pêgo.

Variáveis	σ
Peso/Espessura	0,87
Peso/Altura	0,86
Peso/Largura	0,93
Espessura/Altura	1
Espessura/Largura	0,98
Altura/Largura	0,98

FIG. 9 – Coeficientes de correlação entre as várias medidas dos pondera da Herdade do Pêgo.

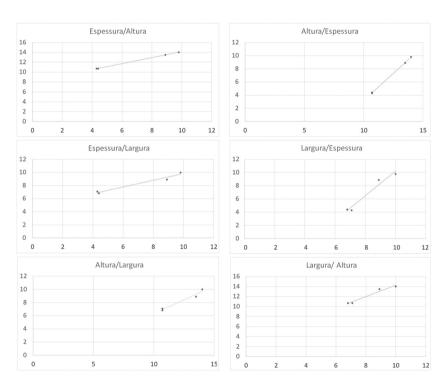


Fig. 10 — Retas de regressão obtidas mediante comparação das medidas dos pondera da Herdade do Pêgo (I).

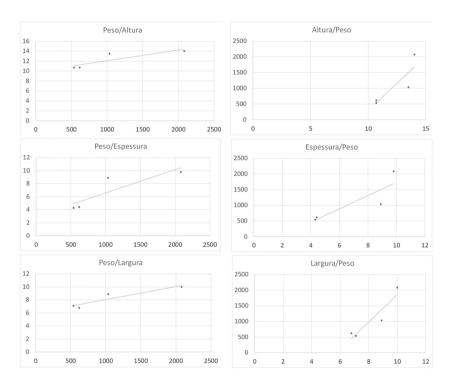


Fig. 11 — Retas de regressão obtidas mediante comparação das medidas dos pondera da Herdade do Pêgo (II).

	Tensão do fio de urdidura →	10g	20g	30g	40g	50g	
	Peso (g)	539	539	539	539	539	
	Espessura (cm)	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3	
	Número de fios de urdidura/peso	539/10 ≈ 54	$539/10 \approx 54$ $539/20 \approx 27$ $539/30 \approx 18$ $539/40 \approx 13$ $539/50 \approx 11$	539/30≈18	539/40 ≈ 13	$539/50 \approx 11$	
۷	Número de fios de urdidura/par de pesos	54x2 = 108	27x2 = 54	18x2 = 36	13x2 = 26	11x2 = 22	
	Fios de urdidura/cm	25,12	15,26	8,37	6,05	5,12	
osa	Número de pesos	23x2=26	23x2=26	23x2=26	23x2=26	23x2=26	*tecido teórico de 1m de largura
d	Número de fios de urdidura	2512	1526	837	605	512	*tecido teórico de 1m de largura
	Quantidade de fio de urdidura	2512	1526	837	605	512	*tecido teórico de 1m de largura
	Quantidade de fio de trama	2512	1526	837	909	512	*tecido teórico de 1m de comprimento
	Consumo de fio por m² de tecido	5124,28	3113,04	1707,48	1234,2	1044,48	
	Adequação funcional da peça	Óptima	Óptima	Óptima	Óptima	Óptima	

Tensão do fio de urdidura →	> 10g	20g	30g	40g	50g	
Peso (g)	619	619	619	619	619	
Espessura (cm)	4,4	4,4	4,4	4,4	4,4	
Número de fios de urdidura/peso	619/10≈62	$619/20 \approx 31$ $619/30 \approx 21$ $619/20 \approx 16$ $619/50 \approx 12$	619/30≈21	619/20≈16	619/50≈12	
Número de fios de urdidura/par de pesos	62x2 = 124	31x2 = 62	21x2 = 42	16x2 = 32	12x2 = 24	
Fios de urdidura/cm	28,18	14,09	9,55	7,27	5,45	
Número de pesos	23x2=26	23x2=26	23x2=26	23x2=26	23x2=26	*tecido teórico de 1m de largura
Número de fios de urdidura	2773	1364	955	682	545	*tecido teórico de 1m de largura
Quantidade de fio de urdidura	2773	1364	955	682	545	*tecido teórico de 1m de largura
Quantidade de fio de trama	2773	1364	955	682	545	*tecido teórico de 1m de comprimento
Consumo de fio por m² de tecido	5656,92	2782,56	1948,2	1391,28	1111,8	
Adequação funcional da peça	Óptima	Óptima	Óptima	Óptima	Óptima	

Fig. 12 – Avaliação da adequação funcional dos pondera da Herdade do Pêgo para a produção de distintos tipos de tecidos seguindo o método de Mârtensson, Nosch & Strand, 2009 (I).

	Yensão do fio de urdidura →	10g	20g	30g	40g	50g	
	Peso (g)	1035	1035	1035	1035	1035	
	Espessura (cm)	6'8	8,9	6'8	8,9	6'8	
	Número de fios de urdidura/peso	$1035/10 \approx 104$ $1035/20 \approx 52$ $1035/30 \approx 35$ $1035/40 \approx 26$ $1035/50 \approx 21$	$1035/20 \approx 52$	$1035/30 \approx 35$	$1035/40 \approx 26$	$1035/50 \approx 21$	
Ţ	Número de fios de urdidura/par de pesos	104x2 = 208	52x2 = 104	104x2 = 208 $52x2 = 104$ $35x2 = 70$ $26x2 = 52$ $21x2 = 42$	26x2 = 52	21x2 = 42	
ī .n	Fios de urdidura/cm	23,37	11,69	7,87	5,84	4,72	
os	Número de pesos	11x2=22	11x2=22	11x2=22	11x2=22	11x2=22	*tecido teórico de 1m de largura
₽d	Número de fios de urdidura	2337	1169	787	584	472	*tecido teórico de 1m de largura
	Quantidade de fio de urdidura	2337	1169	787	584	472	*tecido teórico de 1m de largura
	Quantidade de fio de trama	2337	1169	787	584	472	*tecido teórico de 1m de comprimento
	Consumo de fio por m² de tecido	4767,48	2384,76	1605,48	1191,36	962,88	
	Adequação funcional da peça	Óptima	Óptima	Óptima	Óptima	Possível	

Tensão do fio de urdidura →	10g	20g	30g	40g	20g	
Peso (g)	2081	2081	2081	2081	2081	
Espessura (cm)	8'6	8'6	8,6	8'6	8'6	
Número de fios de urdidura/peso	2081/10≈208	$2081/10 \approx 208$ $2081/20 \approx 105$ $2081/30 \approx 70$ $2081/40 \approx 52$ $2081/50 \approx 42$	$2081/30 \approx 70$	$2081/40 \approx 52$	$2081/50 \approx 42$	
Número de fios de urdidura/par de pesos	208x2 = 416	208x2 = 416 $105x2 = 210$ $70x2 = 140$ $52x2 = 104$	70x2 = 140	52x2 = 104	42x2 = 84	
Fios de urdidura/cm	42,45	21,43	14,29	10,6	8,57	
Número de pesos	10x2=20	10x2=20	10x2=20	10x2=20	10x2=20	*tecido teórico de 1m de largura
Número de fios de urdidura	4245	2143	1429	1060	857	*tecido teórico de 1m de largura
Quantidade de fio de urdidura	4245	2143	1429	1060	857	*tecido teórico de 1m de largura
Quantidade de fio de trama	4245	2143	1429	1060	857	*tecido teórico de 1m de comprimento
Consumo de fio por m² de tecido	8659,8	4371,72	2915,16	2162,4	1748,28	
	Improvável -					
	demasiados	Óptima	Óptima	Possível	Possível	
Adequação funcional da peça	fios por peso					

Fig. 13 – Avaliação da adequação funcional dos pondera da Herdade do Pêgo para a produção de distintos tipos de tecidos seguindo o método de Mårtensson, Nosch & Strand, 2009 (II).

André Gadanho Museu Arqueológico Municipal do Fundão andre\_gadanho@hotmail.com https://orcid.org/0000-0001-5189-4583

OS AGLOMERADOS SECUNDÁRIOS NO INTERIOR DA *LUSITANIA*, E O CASO DO SÍTIO DA QUINTA DO ERVEDAL (CASTELO NOVO, FUNDÃO)

THE SECONDARY SETTLEMENTS IN THE INTERIOR OF *LUSITANIA*, AND THE CASE STUDY OF THE SITE OF QUINTA DO ERVEDAL (CASTELO NOVO, FUNDÃO) "Conimbriga" LIX (2020) p. 45-72 https://doi.org/10.14195/1647-8657 59 2

Texto recebido em / Text submitted on: 31/08/2019 Texto aprovado em / Text approved on: 17/01/2020

Resumo:

Analisa-se a problemática em torno do tipo de ocupação da Quinta do Ervedal (Castelo Novo, Fundão), sítio que alguns investigadores afirmam tratar-se de um aglomerado secundário do tipo *vicus*. Procuramos aprofundar esta discussão, aferindo de que forma os dados epigráficos e arqueológicos disponíveis sobre os *vici* no interior da província da *Lusitania*, obtidos através das várias investigações que têm abordado a temática do povoamento rural em época romana na Beira Interior, suportam ou não esta tese.

PALAVRAS-CHAVE: Beira Interior; vici; villae; estabelecimentos rurais.

Conimbriga, 59 (2020) 45-72

ABSTRACT: Here we analyze the issue surrounding the type of occupation of Quinta do Ervedal (Castelo Novo, Fundão), an archaeological site that some researchers claim to be a secondary settlement, namely a *vicus*. We seek to look further in this matter, assessing in which ways did the available epigraphic and archaeological data about *vici* in the inner region of the roman province of *Lusitania*, obtained through the several studies that have broached the subject of rural occupation in Beira Interior in roman times, support, or not, this thesis.

KEYWORDS: Beira Interior; vici; villae; rural settlements.

### OS AGLOMERADOS SECUNDÁRIOS NO INTERIOR DA *LUSITANIA*, E O CASO DO SÍTIO DA QUINTA DO ERVEDAL (CASTELO NOVO, FUNDÃO)\*

#### Introdução

A discussão que nos propomos a fazer neste artigo vem no seguimento da problemática em torno do tipo de ocupação do sítio da Quinta do Ervedal (Castelo Novo, Fundão): corresponderá este a uma *villa*, ou a um *vicus*<sup>1</sup>? Na nossa Dissertação de Mestrado (Gadanho, 2019), analisámos as importações cerâmicas e vítreas de cronologia romana para o sítio, tendo o debate em torno da sua ocupação sido abordada de forma breve e sucinta. Tencionamos aqui retomar essa linha de investigação e que não tivemos oportunidade de abordar nesse mesmo trabalho.

Não existe um consenso para a definição de *vicus*, já que vários autores apresentam diferentes conceitos; a temática da exploração e ocupação do território em época romana, em Portugal, ainda está pouco avançada do ponto de vista da investigação. Estes factores em nada contribuem para um melhor conhecimento dos aglomerados secundários, levando muitas vezes a classificações erróneas de sítios, ou várias propostas para um mesmo local. Para tal, fazemos aqui uma sinopse da informação disponível sobre os *vici* que nos são dadas pelas fontes clássicas, bem como pelos vários investigadores que têm trabalhado a temática da ocupação rural do território em período romano.

Analisamos também o estado da investigação sobre os *vici* no interior da província da *Lusitania*, em particular na Beira Interior, região em que se localiza a Quinta do Ervedal, procurando avaliar em que medida é possível avançar (para já) com a classificação de *vicus* para o sítio.

<sup>\*</sup> Texto escrito no antigo acordo ortográfico.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> A proposta de *vicus* é extensamente debatida em Rosa, BIZARRO, 2014a; por sua vez, Pedro Carvalho interroga essa classificação (CARVALHO, 2016: 401-402).

#### Os aglomerados secundários (vici) – definições e problemáticas

Após a conclusão das operações militares romanas no Noroeste da Península Ibérica, nos fins do século I a.C., Augusto procedeu à reforma político-administrativa do território, da qual fez parte a criação da província da Lusitania, com capital em Augusta Emerita (atual Mérida) e o estabelecimento de civitates, unidades político-administrativas tendo como objectivo a gestão deste território (ALARCÃO, 1988: 28) (Fig. 1). No âmbito do povoamento do território em período romano, para além destes novos centros, existiam outras categorias de núcleos urbanos secundários: oppida, vici e castella. Estes não terão tido um estatuto jurídico-administrativo concreto. O termo oppidum poderia ser aplicado a uma cidade com estatuto municipal que, depois da sua elevação a municipium, deixaria de o usar, como foi o caso de Ammaia. O castellum seria uma designação mais frequente no Norte do nosso actual território do que no Sul e empregue em povoados de altura, como nos casos de Monte Mozinho ou *Tongobriga* (Idem: 77).

O progresso das investigações histórico-arqueológicas na Península Ibérica tem vindo a mudar a concepção original que se tinha, até aos anos 90 do século passado, da paisagem rural romana como um espaço ordenado e explorado economicamente pelas elites a partir das suas *villae*, que correspondiam a centros com funções habitacionais e de exploração agrícola. O conceito de *villa* como a única forma de exploração rural foi, entretanto, descartada em função de outros tipos de ocupação que, ainda assim, se tornam difíceis de distinguir no registo arqueológico. Para tal torna-se necessário, por vezes, recorrer às fontes textuais e epigráficas, levantamento que foi já realizado por alguns investigadores para a Península Ibérica (Churchin, 1985; Le Roux, 1992-1993).

A análise das fontes escritas fornece dados sobre a existência de vários tipos, ou formas, de ocupação, em período alto-imperial, relacionadas com a organização e controlo do território: o *pagus* consistia na unidade-base territorial onde se inseriam diferentes tipos de assentamentos rurais, como os *castella*, *vici*, *conciliabula* e *fora*, sítios possuidores de um certo grau de urbanismo, ainda que administrativamente inferiores à *civitas* (FERNÁNDEZ OCHOA *et Al.*, 2014: 114). A historiografia anglo-saxónica denominou estes aglomerados de *small towns*, a francesa de *agglomerations secondaires*, e a espanhola seguiu esta

última nomenclatura. Apesar deste ser um termo generalista, são por vezes nele englobados outras formas de ocupação rural, com designações variadas, o que dificulta a discussão científica sobre a problemática da ocupação rural em período romano, surgindo outras nomenclaturas como *fermes*, *sites modestes*, *villages*, *bourgs* em publicações francesas (Colleoni, Petit e Sillières, 2013: 217 apud Fernández Ochoa *et Al.*, 2014: 113); e quintas, casais e abrigos em publicações portuguesas (Bugalhão, 1998). Apesar dos investigadores que abordam a questão do povoamento rural romano procurarem uniformizar esta multitude de terminologias, as fontes escritas e epigráficas apresentam também elas vários termos latinos diferentes e que nem sempre se conseguem aplicar às realidades arqueológicas patentes no terreno (Fernández Ochoa *et Al.*, 2014: 113).

Sobre os *vici* rurais, um tipo de aglomerado secundário que iremos de seguida analisar mais detalhadamente, dois autores clássicos que discorreram acerca deste tipo de assentamento – os lexicógrafos *Sextus Pompeius Festus*<sup>2</sup> e *Isidorus Hispalensis*<sup>3</sup> – forneceram-nos dados para uma possível interpretação destes locais. O primeiro menciona essencialmente aspectos do carácter jurídico-administrativo destes sítios, bem como a actividade económica que aqui seria desenvolvida:

(...) Denominam-se vici os estabelecimentos gerados nos campos que não tenham villae, tal como acontece entre os Marsos e os Pelignos. Entre estes vici, alguns formam uma comunidade pública e tem jurisdição própria, outras carecem de ambas as coisas; para além disto, a sua origem e principal ocupação consiste em serem locais de mercado periódico, e nomeiam cada ano, à semelhança dos pagi, os seus magistri. Em segundo lugar, também se chama assim aos grupos de edificios existentes no interior das cidades, distribuídos à face das ruas conformando uma subdivisão das regiões urbanas; são distintos entre si e, por este motivo, tem diferentes nomes próprios. Em terceiro lugar, o termo designa igualmente um edificio particular dentro de uma cidade, construído em terreno privado, disposto de forma que os

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Séc. II d.C.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Séc. VII d.C.

inquilinos tenham entrada independente às suas respectivas habitações. A estes não se lhes chama vicani, nome reservado para os que habitam os vici urbanos e rurais  $(...)^4$ .

*Isidorus*, por sua vez, foca-se no reduzido estatuto jurídico-administrativo e dimensão destes espaços, em detrimento das cidades mais desenvolvidas. Quanto à sua estruturação, apesar da presença de ruas, a ausência de muralhas aparenta ser o factor que relega o *vicus* para o estatuto de "cidade secundária":

(...) Vici, castella e pagi carecem de qualquer classificação como cidade, estão habitados por uma singela reunião de pessoas, e, devido a esta condição menor são atribuídos às cidades maiores. O vicus chama-se assim porque é constituído por casas, tem ruas mas não tem muralhas; carecem de protecção que estas proporcionam. Também se denominam vici as casas de uma cidade. O vicus, portanto, é uma espécie de vice-cidade; conta com ruas mas carece de muralhas (...)<sup>5</sup>.

Resumindo, e tendo por base estas duas referências clássicas, um *vicus* rural seria constituído por um agrupamento de casas, estruturado por arruamentos e desprovido de estruturas defensivas, nomeadamente muralhas, com estatuto jurídico e actividade económica própria, conjunturas que colocam estes espaços na condição de, como refere Isidoro, "vice-cidades" (MOREIRA, 2009: 88).

No momento de aplicar estes conceitos e definições à realidade arqueológica, a missão revela-se assim difícil. O conceito de *villa*, o tipo de povoamento mais bem desenvolvido do ponto de vista da investigação, definiu-se, de forma generalista, como a unidade básica de exploração agrícola de um território, podendo ser confundida com outras formas de ocupação rural, como os *vici*, pois o termo é normalmente aplicado quando surgem um ou mais edifícios, residenciais e agrícolas, no registo arqueológico. O *vicus*, como mencionado *supra*, constitui um aglomerado que providencia serviços administrativos, possuindo os seus próprios *magistri*, *praefecti*, e outros cargos municipais (LEVEAU,

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Festus: De verb. Sign. Transcrição de Moreira, 2009: 88, a partir de tradução de Pérez Losada (2002: 27).

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Isid.: Etym., XV, 2, 11-12. Transcrição a partir de ALARÇÃO, 1995: 388.

1993: 469), além de serviços económicos, religiosos e outros relacionados com a proximidade a vias de comunicação (GRENIER 1934 *apud* FERNÁNDEZ OCHOA *et Al.*, 2014: 114), características que, contudo, não são suficientes para definir com clareza o perfil arqueológico de um *vicus*. Do ponto de vista teórico, existem diferenças hipotéticas entre as *villae* e os *vici*, mas que, no entanto, não se reflectem a nível construtivo ou material (*Ibidem*).

# Os aglomerados secundários do interior da *Lusitania* – estado da investigação

Para o actual território português, a intensificação, nos últimos anos, de projectos de prospecção e escavação em regiões como a Beira Interior<sup>6</sup>, entre outras, têm proporcionado novidades a nível dos dados arqueológicos e epigráficos, levando à reflexão sobre os vários níveis de aglomerados populacionais, temática que tem sido particularmente trabalhada por Jorge de Alarcão<sup>7</sup>. Este autor afirma, numa fase inicial da sua investigação sobre os vici, que estes seriam núcleos urbanos com estatuto jurídico-administrativo de menor relevância do que uma capital de civitas. Poderiam ter maiores dimensões, maior número de habitantes e maior atividade comercial ou industrial do que algumas capitais de civitas, como é o caso de Tróia (ALARCÃO, 1988: 77). Recorreu ainda a um critério de distâncias de estradas para possíveis locais de implantação destes aglomerados secundários, baseando-se no facto de que percorrer quinze ou vinte quilómetros por dia naquele período, tendo em conta os tipos de transporte disponíveis, seria uma distância apreciável e portanto, após percorrida essa mesma distância, seria necessária a existência de um sítio para paragem e descanso dos viajantes. Este local não precisava de ser necessariamente um vicus; bastava que providenciasse alojamento, alimentação, animais para muda, e artifices que prestassem reparações e assistência tanto para os veículos de transporte, como para os animais (*Idem*: 79).

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> De entre os principais contributos, destacam-se: SILVA, 2000; PERESTRELO; FERREIRA, 2000; CARVALHO *et Al*, 2002; CARVALHO, 2003; CARVALHO, 2007; PERESTRELO, 2003; MARQUES, 2009.

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> O percurso investigativo de Jorge de Alarcão sobre esta temática foi objeto de síntese por Pedro Carvalho (2004: 121-140).

Posteriormente, o autor supracitado salientou a necessidade de se estabelecer, na ausência de escavações e em função somente dos vestígios presentes à superfície, uma hierarquia do povoamento rural, tendo para isso de se recorrer à discriminação dos diversos tipos de sítios encontrados no registo arqueológico. Para tal, propôs a distinção entre aglomerados urbanos principais (capitais de civitates), secundários (vici e castella principais) e terciários (castella menores e aldeias) (ALARCÃO, 1995: 387-388). Para a distinção de vici, aponta o seu posicionamento em relação a uma via principal; para as villae, propõe a presença de vestígios associados a termas e/ou mosaicos, bem como a presença de inscrições funerárias (*Idem*: 389). Mais tarde, manteve a distinção entre os três níveis de aglomerados populacionais: cidades, vici, tendo juntado todos os castella e as aldeias no terceiro nível; e distinguido as formas de povoamento disperso: villae, granjas e casais (ALARCÃO, 1998). Reitera também a existência de uma correlação entre a área de dispersão de materiais à superfície e o tipo de estação arqueológica, propondo que manchas entre os 100 e os 1000 m<sup>2</sup> poderão corresponder a um casal; 1000 a 5000 m<sup>2</sup> uma granja; entre os 5000 e os 25000 m<sup>2</sup> a uma villa; uma aldeia entre os 10000 e os 30000 m²; enquanto que se os vestígios ultrapassarem os 3 hectares, poderemos estar na presença de um vicus (Idem: 95-96). O tipo de achados é também relevante para esta classificação, como a ausência de materiais de importação em detrimento da cerâmica comum nas aldeias e o tijolo de coluna ou o "tosco fuste de pedra local" no caso das granjas (*Idem*: 96). Este conjunto de reflexões e propostas influenciaram vários estudos de povoamento realizados no nosso território ao longo dos anos, enquanto outros investigadores aprofundaram diferentes aspectos, fazendo ainda revisões e ajustes à metodologia de J. de Alarção.

Pedro Carvalho (2004), por sua vez, afirma ser necessário ultrapassar a tradição histórico-culturalista de criar tipologias específicas para uma determinada região, de modo a chegar a um consenso entre os investigadores, para definir um quadro tipológico de identificação das várias formas de ocupação do espaço. Realça ainda a necessidade de identificar as variações e as harmonias do povoamento a uma escala supra-regional (CARVALHO, 2004: 126-127). O recurso à prospecção intensiva no terreno, com uma metodologia definida ao nível da recolha e registo dos dados, é uma ferramenta que pode fornecer dados essenciais, como a distância entre sítios, a aptidão dos solos para a prática agrícola, proximidade a cursos de água, e densidade de povoamento. Se esta actividade for baseada somente em critérios pré-definidos, como a toponímia, geomorfologia, e informações orais, os resultados vão ser forçosamente parciais, pois só se irão identificar os sítios com maior dispersão de materiais à superfície e que, à partida, terão maior potencial arqueológico (*Idem*: 127-128). A examinação *in loco* destas áreas de dispersão de materiais serve também para despistar casos como uma mancha dispersa por uma vasta zona, mas que, na realidade, deverão ser várias ocupações próximas, mas descontínuas, evidenciando assim uma outra forma de povoamento. Os fenómenos pós-deposicionais naturais e culturais, como a lavra de um terreno agrícola, ou uso de uma área como lixeira, podem também influenciar a quantidade de vestígios patentes à superfície. É necessário ainda ter em conta factores como as características do terreno da zona a prospectar e a época do ano em que estas são efetuadas (*Idem*: 129-130).

Os aglomerados secundários do tipo *vicus* identificados como tal no nosso território são escassos e, não obstante, a sua classificação levanta várias dúvidas. Foram analisadas as referências epigráficas e arqueológicas referentes a *vici* e *castella* na província da *Lusitania*, das quais 14 remetem para *vici* (FERNANDES *et Al*, 2006). A maioria das inscrições testemunham dedicatórias colectivas de *vicani* a *Iuppiter Optimus Maximus* (*Idem*: 177-178); uma delas, na aldeia da Capinha (Fundão), indica ainda a *origo* de um defunto, fazendo também referência ao *vicus Talabara* (*Idem*: 171, nº 5). Voltaremos mais adiante a esta epígrafe e à sua (hipotética) relação com a Quinta do Ervedal.

Estas evidências localizam-se, em grande parte, no *conventus Emeritensis*, destacando-se dois núcleos principais: a Beira Interior e a província de Cáceres, não havendo, por exemplo, referências epigráficas ou literárias a *vici* na província da *Baetica*. Este fenómeno parece sugerir uma estreita relação deste tipo de aglomerados com as zonas menos romanizadas da *Hispania* (Carvalho, 2007: 357-358). A maior parte das inscrições encontra-se actualmente desaparecida, sendo que outras terão sido, provavelmente, reaproveitadas em estruturas contemporâneas. Apenas uma foi encontrada *in situ*, num *lararium* identificado durante as escavações de *Centum Cellas*, fazendo referências a um *vicus*. Não existe, no entanto, um consenso em relação à classificação do sítio, uma vez que a responsável pelas intervenções afirma tratar-se de uma *villa* (Frade, 2005), enquanto outros investigadores apontam para um complexo forense com um templo (Guerra, Schattner, 2010). Uma das outras 14 epígrafes mencionadas *supra*, encontrada

na povoação de Meimoa (Penamacor, Castelo Branco), destaca-se por ostentar uma dedicatória dos vicani Venienses ao Imperador Trajano, a quem se consagra um campum pro salute: uma área edificada na periferia do *vicus*, e que tinha por fim a realização de actividades ao ar livre e lazer, podendo incluir edificações, entre as quais edificios termais (FERNANDES et Al, 2006: 171, 178-179). Este facto remete, como referido anteriormente, para a importância dos vici como centros religiosos, dado que a inscrição comprova a prática do culto imperial nestes espaços públicos. Por outro lado, é um testemunho da importância de algumas das estruturas presentes nestes aglomerados, já que o nível urbanístico patente nas capitais de *civitas* não alcançaria a imponência das cidades da região litoral da *Lusitania* (CARVALHO, 2003: 166-182). Do mesmo modo, a presença de aras monumentais dedicadas a divindades, conjuntamente com a fórmula D.D. (Idem: 173, nº 13), sugere a existência, no espaço do vicus, de um edificio destinado a colocar a ara, nomeadamente um templo ou templete (Idem: 179:180). Poderá ser este o caso de Centum Cellas, sítio onde se propõe estar o fórum e templo dos Lancia Oppidana (GUERRA, SCHATTNER, 2010)? De qualquer modo, este dado vem suportar a tese de que estes *vici* do interior da província possuiriam espacos religiosos e de culto, à semelhanca de outros locais do Império (Rorison, 2001: 91 apud Fernandes et Al, 2006: 180). Examinemos agora as evidências arqueológicas apresentadas para dois vici na Beira Interior.

Uma ara dedicada a *I.O.M.*, pelos habitantes de um *vicus*, encontrada na aldeia de Coriscada (Meda), sugere a presença de um vicus Segoabonca nas imediações do local. De facto, nas proximidades desta aldeia há dois sítios arqueológicos romanos que poderão corresponder a este espaço. Em Gravato/Vale de Mouros, identificou-se um hipocausto que foi associado a uma possível zona balnear (Coixão, 2004: 85). No entanto, e tendo em conta a dispersão e o tipo de materiais aqui presente (tegulae, imbrices, tijolos de grande dimensão, cerâmica comum, dolia, escória e alguma pedra aparelhada), dispersos por uma área de 9000 m<sup>2</sup>, este sítio foi classificado como granja, ou possivelmente uma villa (Fernandes et Al, 2006: 183). A presença de um edifício termal é, para Pilar Reis, compatível com esta última tipologia apesar de haver, do mesmo modo, espaços termais em sítios classificados como vici na província (Reis, 2004: 47-48). O outro sítio, a Quinta do Campo, apresenta uma grande mancha de vestígios à superfície e em redor desta, quatro outras áreas mais pequenas e descontínuas, que podem corresponder a três pequenos núcleos rurais, e uma habitação de maiores dimensões (Fernandes et Al, 2006: 183). A mancha principal apresenta à superficie material de construção, cerâmica comum, dolia, escória, e fragmentos de terra sigillata hispânica, hispânica tardia, e africana clara A e clara D, numa área de 65000 m², bem como bases e fustes de coluna, pedras de soleiras e, nos muros que circundam o sítio, silhares almofadados. Este tipo de vestígios arquitectónicos, a extensa área de dispersão, e os núcleos menores na envolvente do sítio, além da sua localização a cerca de 10 quilómetros da capital dos Aravi (Marialva, Meda), são condições favoráveis à classificação deste sítio como vicus (Idem: 184-185).

Uma das 6 aras votivas identificadas na Quinta de São Domingos (Pousafoles do Bispo, Sabugal) faz menção aos seus dedicantes, os vicani Ocelonenses sendo que, no entanto, a localização deste vicus é ainda desconhecida para os investigadores. Coloca-se a hipótese dos dedicantes terem vindo de outra zona para aqui erguerem o monumento num espaco de culto, talvez do Ferro (Covilhã), a cerca de 30 quilómetros, onde o achado de uma outra ara votiva faz referência a um povoado, Ocelum. Poderão ainda ser oriundos de um assentamento que se poderia localizar na própria Quinta de São Domingos (Idem: 186-187). De facto, neste último, uma área de grande potencial agrícola e irrigado por vários cursos de água, encontra-se uma mancha de vestígios arqueológicos dispersos por mais de 3 hectares, onde surgiu cerâmica de construção e comum, terra sigillata, numismas, objectos metálicos e pias e lagaretas escavadas na rocha. Apesar da ausência de inscrições funerárias, algo que não é usual num aglomerado secundário (ALARCÃO, 1995: 389), a quantidade e qualidade destes materiais são dados apontados para a existência de um importante núcleo desse tipo (SILVA, 2000: 28-29).

Pedro Carvalho, tendo por base uma metodologia específica de prospecção intensiva no terreno, assente nas premissas já mencionadas anteriormente, procurou identificar e definir o modelo de ocupação e exploração da Cova da Beira<sup>8</sup> em época romana. Através dos trabalhos de campo efectuados, conseguiu inventariar 320 sítios, 2 dos quais classificou como sendo seguramente *vici* (CARVALHO, 2007: 290). Um deles

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> Zona constituída pelo vale formado pela encosta sul da Serra da Estrela e a encosta norte da Serra da Gardunha.

é o vicus Venia, na Meimoa, já mencionado no decurso deste artigo. O autor acrescenta, no entanto, dados adicionais à discussão, nomeadamente a partir da identificação de duas importantes explorações auríferas na Presa e no Covão do Urso, que distam cerca de 6 quilómetros desse aglomerado. Este vicus poderia constituir uma representação do poder imperial, destinado a controlar a exploração mineira aqui efectuada, teoria para a qual contribui a ara em honra do Imperador Trajano aqui encontrada (vd. supra), e que poderá corresponder a uma retribuição dos habitantes, justificada pela obtenção de ganhos provenientes desta actividade (Idem: 363-364). Outro aglomerado secundário do tipo vicus coincide parcialmente com a actual povoação da Capinha, que se situava na via imperial que partia da *Egitania*, capital de *civitas* (actual Idanha-a-Velha), para Norte, e com vários núcleos rurais em seu redor. Na Capinha identificaram-se quatro inscrições funerárias e duas votivas, uma das quais apresenta o epíteto Arbariaico, que poderá ser uma derivação do próprio nome do sítio, Arbaria (Idem: 359).

Todos estes trabalhos, porém, incidiram sobretudo na região entre a encosta Sul da Serra da Estrela e a Norte da Serra da Gardunha. O sítio da Quinta do Ervedal, que observaremos de seguida, situa-se a Sul da Cova da Beira, onde infelizmente não há estudos significativos sobre o povoamento rural em época romana, o que dificulta a compreensão da sua dinâmica de ocupação.

#### O sítio da Quinta do Ervedal

Desde o século XVIII que as fontes escritas aludem a uma "cidade romana" na encosta Sul da Serra da Gardunha, nas imediações da vila de Alpedrinha (Fundão, Castelo Branco), registando "Petrata" como sendo o topónimo desse sítio. Já nas suas imediações existiria um núcleo populacional mais pequeno, "Petratínia", que para o Padre Luís Cardoso se situaria nas proximidades, nomeadamente no sítio do Carvalhal Redondo (Castelo Novo, Fundão), onde se encontraram vários vestígios de época romana (CARDOSO, 1747-1751: 358 apud ROSA, BIZARRO, 2014a: 8). Vários investigadores têm refutado estes topónimos, bem como a existência destes locais. Porém, com a realização de escavações arqueológicas na Quinta do Ervedal, iniciadas em 2007, onde se identificou um sítio de cronologia romana, esta discussão foi novamente retomada pelos signatários das mesmas.

A Quinta do Ervedal situa-se na freguesia de Castelo Novo (Fundão), próximo da Ribeira de Alpreade (Fig. 2). As primeiras referências ao local são-nos fornecidas por Tavares Proença Júnior (Proença, 1907: 178), após a descoberta de uma epígrafe funerária, aqui encontrada em 1892. O sítio está ainda associado a uma importante descoberta efectuada em 1930: um depósito de fundidor do Bronze Final, constituído por 43 peças em bronze (Rosa, Bizarro, 2008b: 149). A ocupação do sítio poderá inclusive remontar à Pré-História Recente, facto comprovado pela descoberta de diversos artefactos líticos no local (*Ibidem*).

A área de dispersão de materiais à superfície, cerca de 10 hectares. constituída por restos de elementos arquitectónicos e fragmentos de cerâmica, bem como os vestígios de um lagar escavado na rocha, a par da notícia da descoberta de um tesouro numismático, em data incerta, de mais de 400 moedas, atribuiu enorme importância ao sítio, e motivou a equipa do Museu Arqueológico do Fundão a intervencioná-lo, de forma a procurar compreender que tipo de vestígios ali estavam presentes (Idem: 151-152). Os primeiros trabalhos revelaram uma quantidade significativa de escória, cadinhos de fundição e uma grande quantidade de moedas, datadas dos séculos II a IV d.C. As estruturas descobertas, constituindo compartimentos de um mesmo edifício, foram inicialmente interpretadas como espaços para práticas do foro privado (Rosa, BIZARRO, 2008b: 160). Posteriormente, com o decorrer das escavações e a identificação de mais estruturas no local, colocou-se a hipótese do espaço estar relacionado com actividades comerciais, nomeadamente tabernae (Rosa, Bizarro, 2014a: 45-46).

Nas campanhas posteriores, identificaram-se dois grandes complexos termais, que têm sido o principal alvo dos trabalhos arqueológicos. Um dos edificios, o *balneum* I (Fig. 4 e 5), está possivelmente associado a uma *domus*, que se desenvolve para Este. Tem cinco salas sobre hipocausto, um *alveus*, e um *apodyterium* onde se detectaram restos de um pavimento em mosaico com motivos geométricos. O outro edifício, o *balneum* II (Figs. 6 e 7), teria quatro salas aquecidas, duas das quais com pavimento em *opus tesselatum*. Seria um espaço imponente, delimitado por dois muros justapostos com cerca de 1,2 metros de largura. As suas dimensões apontavam para uma possível funcionalidade de carácter público, enquanto que o *balneum* I, distando cerca de 30 metros deste espaço, teria uma funcionalidade privada (*Idem*: 52).

Em ambos os espaços termais foi identificada uma expressiva quantidade de materiais: cerâmicas de paredes finas, terra sigillata

sudgálica, hispânica e africana; ânforas; lucernas; objectos em bronze e numismas. Estes indicam uma ocupação continuada do espaço entre o século I d.C. e o IV d.C. (*Idem*: 46-58). Um estudo recente e mais aprofundado destes materiais cerâmicos (GADANHO, 2019), permitiu assinalar o início destas importações para o sítio na 1ª metade do séc. I d.C. e que se prolongam, pelo menos, até aos meados do V d.C. Destaca-se, pela sua origem produtiva exterior à *Hispania*, a presença de *terra sigillata* de tipo itálico, *sigillata* africana<sup>9</sup>, cerâmica de engobe vermelho pompeiano, bem como um exemplar de ânfora da *Campania*.

O sítio foi inicialmente interpretado como uma ocupação de carácter privado, do tipo *villa* (*Idem*: 58). No entanto, outros factores que enunciaremos de seguida, e tidos em conta pelos responsáveis pela escavação do sítio, levaram os mesmos a ponderarem a sua classificação tipológica.

Através da prospecção sistemática na área em redor da Quinta do Ervedal, no âmbito da elaboração da Carta Arqueológica do Fundão, identificaram-se 23 estações arqueológicas, distando entre si várias centenas de metros, igualmente de cronologia romana (*Idem*: 16) (Fig. 2). Estas formariam uma rede de povoamento, na encosta meridional da Serra da Gardunha, à semelhança do que se passa na vertente oposta (Carvalho, 2007: 389, Mapa 13). A identificação de cerâmica comum, de armazenamento (dolia) e de construção (tegulae), fez com que se avançasse com a proposta de que estas constituiriam unidades habitacionais de tipo familiar. Além destes assentamentos, foram detectadas no terreno manchas de dispersão com materiais de cronologia romana, e associados a lagares escavados na rocha, evidenciando que estes espaços teriam como objectivo a exploração e aproveitamento dos solos, bem como a produção de azeite ou vinho (Rosa, BIZARRO, 2014a: 16-17). Uma recente proposta de traçado viário vem, da mesma forma, reforçar a importância da Quinta do Ervedal (Fig. 3). Um dos eixos viria de Castelo Branco, passando pela Atalaia e Torre dos Namorados<sup>10</sup>, sítio onde bifurcaria rumo à capital de *civitas*, Idanha-a-Velha<sup>11</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> A produção de *sigillata* africana D (Tunísia) atinge valores bastante notórios de importação nos séc. IV-V d.C. Também do Norte de África identificaram-se aqui 2 exemplares de ânforas.

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> Sítio classificado como vicus (ÂNGELO, 2012).

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> Na Torre dos Namorados foi encontrado um marco miliário, com a indicação da distância de XXII milhas até esta capital de *civitas* (Rosa, BIZARRO, 2014a: 22).

e através da Ponte de Alcântara chegava a *Augusta Emerita*. Uma outra via, vicinal<sup>12</sup>, atravessaria Alpedrinha, indo até Alcongosta, dando acesso à Cova da Beira; passaria ainda na actual Ponte Velha, sob a ribeira de Alpreade, onde se conserva um troço de calçada, e que dista somente 800 metros do Ervedal (Curado, 2013, Alarcão, 2013 *apud* Rosa, Bizarro, 2014a: 22).

No sítio do Carvalhal Redondo, referido *supra* e situado próximo do Ervedal, surgiu uma epígrafe funerária que faz menção a um antropónimo, *Talabarius*. Já em Alpedrinha, a cerca de quatro quilómetros de Castelo Novo e a cinco da Quinta do Ervedal, foi recentemente encontrada uma ara votiva a Marte, com o mesmo antropónimo (*Idem*: 26-32). Fizemos referência anteriormente a um *vicus Talabara* na Capinha: Alarcão situou-o aqui inicialmente (1988: 78), e mais tarde em Castelo Novo, eventualmente no Carvalhal Redondo (2005). Este sítio foi associado a um *vicus*, mas posteriormente, com recurso somente à prospecção de superfície, analisando a área de dispersão e os materiais nela inseridos, essa proposta foi retirada (Rosa, BIZARRO, 2014a: 29).

A ribeira de Alpreade seria ainda, do ponto de vista jurisdicional e territorial, uma fronteira entre os *Igaeditani* e o *populus* que confinaria com este, à semelhança do que terá acontecido em época Medieval, quando este curso de água era o limite da Egitânia (*Idem*: 36). Confirmando-se esta hipótese, a Quinta do Ervedal, situada na margem esquerda deste rio, seria um ponto estratégico fundamental para o controlo do território, nomeadamente das vias e pontos que permitiam o acesso a cada um destes *populi*. O sítio com o topónimo Atalaia, na margem direita desse curso de água, poderá fazer alusão a um outro posto de controlo, mas já no lado oposto (*Idem*: 38-39).

Todo este conjunto de dados e hipóteses vieram levantar a possibilidade da Quinta do Ervedal corresponder a um aglomerado urbano de segunda categoria (*vicus*), em grande parte devido à extensa área de vestígios aqui encontrados, nomeadamente a nível de estruturas e dos materiais exumados, em comparação com os sítios em redor (*Idem*: 58-59). Além disso, com a eventual localização do *vicus Talabara* nas

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> Fontes clássicas, nomeadamente o *Codex Justinianus* e o autor *Siculus Flaccus*, referem que estas vias passam por ou vão até aos *vici*, ou levam a vias públicas que, por sua vez, têm por destino os campos (MORENO MARTIN, 1997: 301-302 *apud* Rosa, BIZARRO, 2014a: 25).

imediações, comprovada pelo achado de duas epígrafes na zona envolvente, julga-se que este poderá corresponder ao sítio arqueológico do Ervedal (*Idem*: 64).

## Considerações finais a respeito do tipo de ocupação da Quinta do Ervedal

A partir dos vários aspectos sobre os aglomerados secundários (vici) que temos vindo a enunciar no decurso deste texto, analisamos agora em que medida os dados disponíveis para a Quinta do Ervedal corroboram ou não a sua classificação como villa, a proposta avançada inicialmente para o sítio, ou como vicus, face às descobertas mais recentes, nomeadamente a ara dedicada a Marte encontrada em Alpedrinha, e com o progresso das campanhas de escavação no local.

As fontes clássicas focam-se sobretudo no estatuto administrativo e religioso destes locais, havendo nestes povoados edifícios associados a estas actividades. As estruturas exumadas até ao momento no Ervedal, dois complexos termais, de nada adiantam para a classificação tipológica do sítio, pois como já o referimos, tanto existem edifícios para banhos em vici (Reis, 2004: 47-48), como em villae. Poderemos, à semelhança do que existiria no vicus Venia, estar na presença de um espaço de lazer ao ar livre, do qual fariam parte estes dois espaços para banhos? Seria de esperar, caso existissem aqui este tipo de edificios monumentais, vestígios dos mesmos à superfície e em alguma quantidade, como fragmentos de estátuas, silhares almofadados, fustes de colunas e outros elementos arquitectónicos. Tal não acontece, o que também não invalida que eles não tenham aqui existido. Estes materiais poderão ter sido levados pelos habitantes das povoações circundantes para reaproveitamento em estruturas mais recentes, o que pode justificar a aparente ausência destes vestígios<sup>13</sup>.

O caso da Quinta do Campo, na Coriscada (Meda), estação arqueológica a que se atribui a localização do *vicus Segoabonca*, mencionado na epigrafia, apresenta semelhanças com a Quinta do Ervedal,

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> Há informações orais que assim o indicam: em Castelo Novo, é possível observar em alguns muros silhares de pedra bem trabalhada, provavelmente de época romana. No entanto não é possível confirmar se este material constructivo será ou não oriundo da Ouinta do Ervedal.

na medida em que os materiais que surgem à superfície no primeiro caso são semelhantes aos já encontrados no Ervedal (cerâmica comum, dolia, sigillata hispânica, hispânica tardia, africana A e africana D); já a área de dispersão de materiais à superfície é também ela idêntica. No entanto, quanto à análise destas manchas de dispersão, é necessário ter em conta, para além dos fenómenos pós-deposicionais como já falámos, que estas podem ser na realidade mais do que uma, e descontínuas (Carvalho, 2004: 129-130).

Os dados fornecidos pelas intervenções na Quinta do Ervedal até ao momento não contribuem de forma clara e sem margem para dúvidas quanto à classificação da ocupação do sítio. A única epígrafe que pode ser associada ao local, recolhida algures na Quinta e desprovida de contexto arqueológico, é uma inscrição funerária, que nada faz mais do que revelar a onomástica indígena e latina de três gerações que terão habitado algures nesta zona (Rosa, Bizarro, 2014a: 27-28). Do mesmo modo, os materiais aqui exumados não podem ser representativos do tipo de ocupação a que corresponderá este sítio, na ausência de mais estudos sobre centros de consumo no interior da *Lusitania*. Contudo, demonstram a sua total integração nas rotas comerciais vigentes em época romana, com a presença de produtos oriundos da Península Itálica e da Tunísia, a título de exemplo.

Não podemos, de igual forma, descartar os resultados da prospecção em redor do Ervedal; este seria, para já, o núcleo de major importância nesta zona, enquanto que as estações circundantes corresponderão a pequenos núcleos unifamiliares. Constituiria este sítio um ponto aglutinador para os habitantes em seu redor, onde nomeadamente existiriam os serviços administrativos e religiosos mencionados nas fontes? Estaria associado a algum tipo de exploração mineira, ou de outro recurso, na Serra da Gardunha? Identicamente, tomando como verosímil que aqui passasse a via vicinal, o que parece ser bastante certo tendo em conta o traçado de calçada identificado nas proximidades, aliado ao facto do Ervedal se situar possivelmente na fronteira territorial entre dois populi, a importância do sítio sai reforçada. Não é também de descartar a hipótese de que o sítio fosse inicialmente uma estação de muda e/ou de descanso (ALARCÃO, 1988:79), se tivermos em conta o seu posicionamento na rede viária da região. Posteriormente, poderá ter-se desenvolvido e visto aumentar o seu número de habitantes, até se tornar um vicus.

Voltemos novamente o caso do Carvalhal Redondo e do vicus

Talabara. É possível que a inscrição surgida na Capinha, mencionando este vicus, possa indicar a sua presenca neste local. Da mesma forma, pode-se tratar também de um originário deste aglomerado que se mudou para um outro assentamento, tendo sido feita a questão de, no momento de escrever o seu epitáfio, fazer menção à sua origem. Assim, não devemos excluir que *Talabara* se tenha situado em Castelo Novo, nomeadamente na estação arqueológica de Carvalhal Redondo, como propôs Jorge de Alarcão, tendo em conta esse ser o local do achado da ara. A sua classificação como *vicus* foi posteriormente retirada, apenas com base somente na análise da mancha de dispersão de materiais. No entanto, já várias vezes ao longo deste texto referimos os "perigos" da classificação de sítios baseados meramente em prospecções de superfície. Acreditamos, tendo em conta os vestígios que aqui surgiram, juntamente com as menções à "Petratínia" das fontes escritas, que este local mereceria uma investigação mais aprofundada, nomeadamente com o cruzamento de dados obtidos tanto em prospecção como na escavação do mesmo, para aferir a verdadeira dimensão do local e sua possível tipologia.

Cremos que todos estes dados ainda não são suficientes para confirmar o estatuto do sítio da Quinta do Ervedal, tendo em conta a reduzida área escavada nas várias intervenções arqueológicas, bem como na ausência de dados epigráficos exumados *in situ* que atestem esta suposição. No entanto, este é sem dúvida um ponto de ocupação em período romano de alguma importância, devido à sua posição estratégica, variedade e quantidade de espólio aqui exumado, bem como a arquitectura das estruturas postas já a descoberto até ao momento. A continuidade da investigação do sítio, nomeadamente com o prosseguimento das campanhas de escavação no local, irá com certeza fornecer dados adicionais tanto para a sua compreensão como para o conhecimento da ocupação da Beira Interior em época romana.

#### AGRADECIMENTOS

Não queríamos deixar de agradecer à equipa do Museu Arqueológico Municipal do Fundão, nomeadamente à arqueóloga Joana Bizarro pela cedência de bibliografia sobre as intervenções na Quinta do Ervedal, bem como das fotografias e plantas do sítio que figuram neste artigo.

#### BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. (1988) O Domínio Romano em Portugal, Publicações Europa-América.
- ALARCÃO, J. (1998) A paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal, *Conim-briga*, 37, pp. 89-119.
- ALARCÃO, J. (2005) Ainda sobre a localização dos povos, referidos na inscrição da ponte de Alcântara, in *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia (2.as Jornadas de Património da Beira Interior)*, Guarda.
- Alarcão, J. (2013) *A Beira Baixa. Terra tomada sem* guerra, Coimbra: Centro de Estudos Arqueológicos de Coimbra e Porto.
- ÂNGELO, M. (2012) Torre dos Namorados (Quintas da Torre, Fundão) Do aglomerado urbano secundário romano (?) à Comenda Medieval, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Tese policopiada.
- BUGALHÃO, J. (1998) O povoamento rural romano no Alentejo: contribuição da Arqueologia preventiva, Revista Portuguesa de Arqueologia, 1 (2), pp. 123-136.
- CARVALHO, P. (2003) O templo romano de Nossa Senhora das Cabeças (Orjais, Covilhã) e a sua integração num território rural, *Conimbriga*, 42, pp. 153-182.
- CARVALHO, P. (2004) Sobre o processo de identificação e classificação de sítios rurais no Portugal romano, in Lopes, M.; VILAÇA, R. (coord.), *O Passado em cena: narrativas e fragmentos. Miscelânea oferecida a Jorge de Alarcão*, Coimbra/Porto: CEAUCP, pp. 121-140.
- CARVALHO, P. (2007) Cova da Beira. Ocupação e exploração do território na época romana, Conímbriga, Anexos 4, Ed. Câmara Municipal do Fundão e Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Carvalho, P. (2016) O final do Mundo Romano: (des)continuidade e/ou (in)visibilidade do registo das paisagens rurais do interior Norte da Lusitânia, in Encarnação, J.; Lopes, M.; Carvalho, P. (coord.), *A Lusitânia entre romanos e bárbaros*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 397-436.
- Carvalho, P.; Ribeiro, C; Silva, R.; Almeida, S. (2002) Povoamento rural romano ao longo da ribeira de Meimoa Fundão (1.ª campanha de prospecção intensiva), *Conimbriga*, 41, pp. 127-152.
- COIXÃO, A. (2004) Alguns subsídios para o estudo da romanização na área do concelho da Meda, *Côavisão: Cultura e Ciência*, 6, pp. 83-95.
- CURADO, F. (2013) Notas sobre dois miliários prismáticos, de Augusto (23 a.C.), da região da Guarda, *Sabucale Revista do Museu do Sabugal*, 5.
- CURCHIN, L. A. (1985) Vicus and pagi in Roman Spain, Revue de Études Anciennes, 87 3-4, pp. 327-343.
- Fernandes, L.; Ferreira, M.; Osório, M; Perestrelo, M. (2006) Vicus e castellum na provincia Lusitania, notas epigráficas e arqueológicas, *Conimbriga*, 45, pp. 165-198.

- Fernández Ochoa, C., Zarzalejos Prieto, M. & Salido Domínguez, J. (2014) Las formas de ocupación rural en Hispania. Entre la terminología y la praxis arqueológica, *CuPAUAM*, 40, pp. 111-136.
- Frade, H. (2002) *Centum Cellas: Uma villa romana na Cova da Beira*, Coimbra, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Coimbra, Tese policopiada.
- GADANHO, A. (2019) Consumo de cerâmicas finas e suas imitações, vidros, e ânforas no sítio romano da Quinta do Ervedal (Castelo Novo, Fundão) análise tipológica e estratigráfica, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tese policopiada.
- GUERRA, A.; SCHATTNER, T. (2010) El foro y el templo de *Lancia Oppidana*: nueva interpretación de *centum celas* (Belmonte), in NOGALES BASARRATE, T. (coord.), *Ciudad y foro en Lusitania Romana*, Museo Nacional de Arte Romano, pp. 333-342.
- LE ROUX, P. (1992-1993) Vicus et Castellum en Lusitanie sous l'empire, *Studia Historic, Historia Antigua*, 10-11, pp. 151-160.
- LEVEAU, P. (1993) Territorium urbis. Le territoire de la cité romaine et ses divisions: du vocabulaire aux réalités administratives, *Revue de Études Anciennes*, 95 3-4, pp. 459-471.
- MARQUES, A. (2011) A ocupação romana na bacia de Celorico, Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Território (Arqueologia Romana) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Tese policopiada.
- MOREIRA, A. (2009) Castellum Madiae: formação e desenvolvimento de um "aglomerado urbano secundário" no ordenamento do povoamento romano entre Leça e Ave, Tese de Doutoramento apresentada na Universidade de Santiago de Compostela, Tese policopiada.
- MORENO MARTIN, F. (1997) Ocupación territorial hispano-romana. Los vici: poblaciones rurales, *Espacio. Tempo e Forma*, Serie II Historia Antigua, 10, pp. 295-306.
- Perestrelo, M. (2003) *A romanização na bacia do Rio Côa*, Ministério da Cultura Parque Arqueológico do Vale do Côa.
- Perestrelo, M.; Ferreira, M. (2000) Povoamento romano na bacia da ribeira de Massueime (Guarda): alguns subsídios, in *Beira Interior: História e Património Actas das I Jornadas do Património da Beira Interior*, pp. 97-120.
- PÉREZ LOSADA, F. (2002) Entre a Cidade e a Aldeia. Estudio arqueohistórico dos "aglomerados secundários" romanos en Galicia, *Brigantium*, vol. 13, A Coruña.
- PROENÇA, F. (1907) Inscrições romanas do concelho de Castelo Branco, O Arqueólogo Português, 12.
- Reis, M. (2004) Las Termas y Balnea Romanos de Lusitania, Studia Lusitana 1, Mérida.
- RORISON, M. (2001) Vici in Roman Gaul, British Archaeological Reports, Internacional Series 933, Oxford.

- Rosa, J.; Bizarro, J. (2008) Escavações arqueológicas na Quinta do Ervedal (Castelo Novo, Fundão). Análise preliminar (Campanha de 2007), *Ebvrobriga 5*, Museu Arqueológico Municipal José Monteiro do Fundão.
- Rosa, J.; Bizarro, J. (2014a) A Urbs Romana da Encosta Meridional da Serra da Gardunha, Fundão: Editorial Capitulum.
- Rosa, J.; Bizarro, J. (2014b) O Vicus romano da encosta meridional da Serra da Gardunha na tradição historiográfica e na Arqueologia, in *Actas do II Congresso Internacional de Arqueologia da Região de Castelo Branco*.
- SILVA, M. (2000) *O Povoamento Romano do Vale Superior do Rio Côa*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Tese policopiada.

#### FONTES LITERÁRIAS CLÁSSICAS

Sextus Pompeius Festus, De verborum significatu Isidorus Hispalensis, Etymologiae



Fig. 1 – As províncias e conventus da Hispânia (ALARCÃO, 1988: 40).

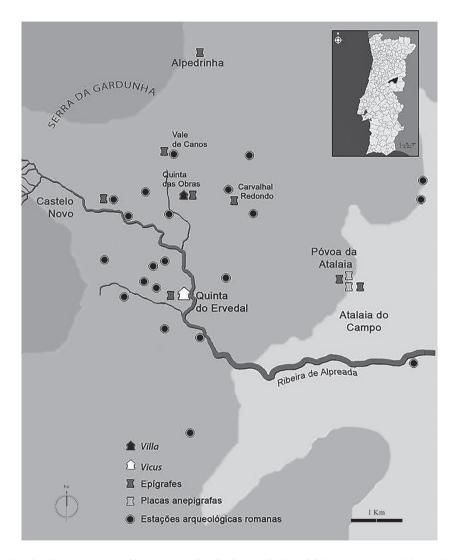


Fig. 2 – Estações arqueológicas em redor da Quinta do Ervedal (Rosa, Bizarro, 2014: 17).

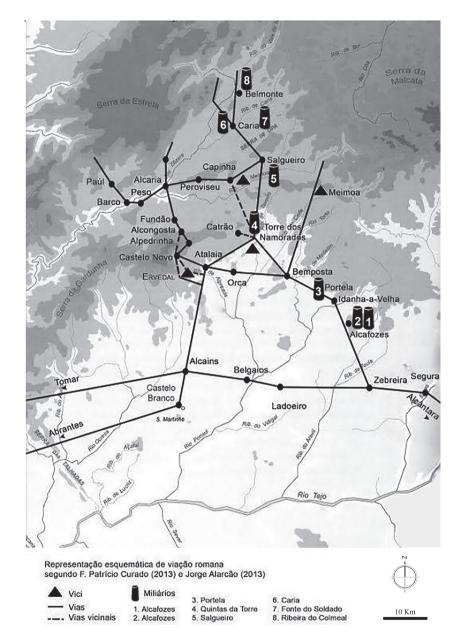


Fig. 3 – Proposta para o traçado viário de época romana em redor da Quinta do Ervedal (Curado, 2013; Alarcão, 2013 apud Rosa, Bizarro, 2014a: 23).

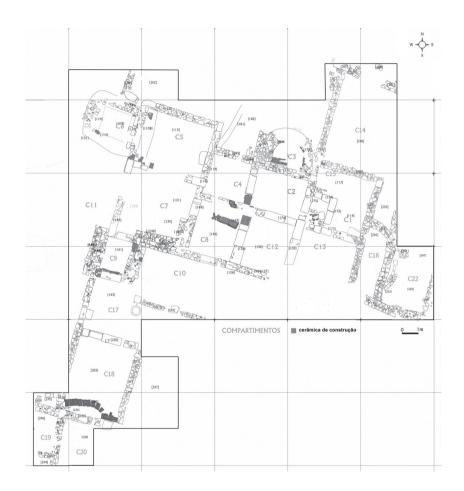


Fig. 4 – *Planta geral do* Balneum *I*.

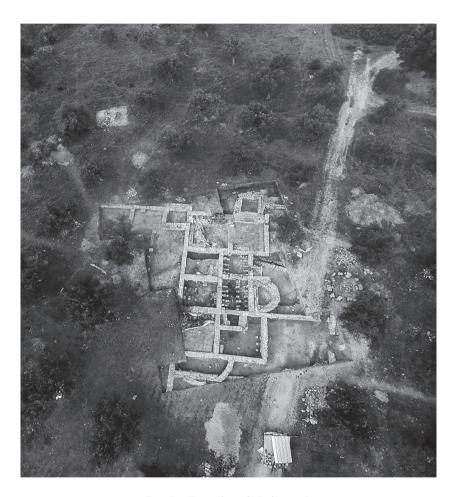


Fig. 5 – *Foto aérea do* Balneum *I*.

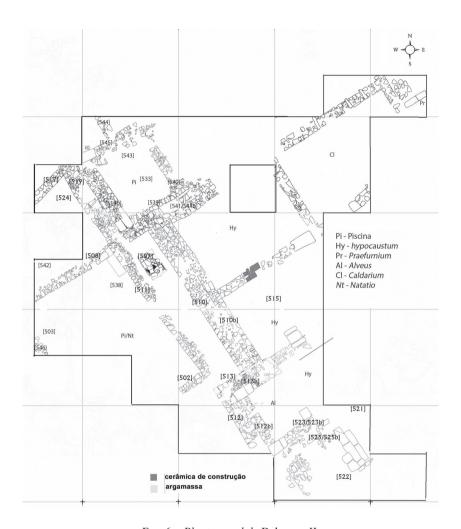


Fig. 6 – Planta geral do Balneum II.



Fig. 7 – Foto aérea do Balneum II.



Fig. 8 – Foto aérea geral, e planta das estruturas identificadas na Quinta do Ervedal (retirado de Rosa, Bizarro, 2014b).

TONY SILVINO <sup>1</sup>
Bureau d'étude Eveha, UMR 5138 ArAr tony.silvino@eveha.fr
https://orcid.org/0000-0002-0469-6979

Antonio do Nascimento Sá Coixão <sup>2</sup>
Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão sacoixao@hotmail.com
https://orcid.org/0000-0002-3507-6270

## Pedro Pereira 3 4

Universidade do Porto, Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, Faculdade de Letras pedro.abrunhosa.pereira@gmail.com https://orcid.org/0000-0002-9720-504X

RUMANSIL I (MURÇA-DO-DOURO): UM COMPLEXO ARTESANAL ANTIGO NO VALE DO DOURO

RUMANSIL I (MURÇA-DO-DOURO): A ROMAN ARTISANAL COMPLEX IN THE DOURO VALLEY "Conimbriga" LIX (2020) p. 73-111

https://doi.org/10.14195/1647-8657\_59\_3

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Arqueólogo do Bureau d'étude Eveha. Investigador associado da Unité Mixte de Recherche 5138, Archéologie et Archéométrie. Colaborador do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória FLUP.

 $<sup>^2\,\</sup>mathrm{Arque\'ologo}.$  Diretor da Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Arqueólogo. Investigador associado do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (FLUP).

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Agradecemos o auxílio de Laudine Robin no estudo de materiais vítreos para a concretização deste artigo.

Texto recebido em / Text submitted on: 27/09/2019 Texto aprovado em / Text approved on: 20/02/2020

SUMÁRIO:

A zona em torno da vila de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa) é sobejamente conhecida pela historiografia clássica devido à presença de uma série de estabelecimentos rurais no seu entorno. Entre os vários sítios romanos, destaca-se Rumansil I pela variedade de atividades aí realizadas: metalurgia de ferro e chumbo, produção cerâmica, tanto de dolia como de peças finas e comuns, e produção de vinho. Os dados disponíveis não permitem a datação do início da construção deste sítio, mas fornecem indicações de que o seu abandono terá ocorrido a partir da segunda metade do século III da nossa Era, com uma ocupação limitada durante o século IV. Rumansil I situa-se num território dominado pelo granito, a poucos quilómetros a Sul do Rio Douro. O estudo deste sítio foi fundamental para compreender a rede de estabelecimentos rurais romanos em torno de Freixo de Numão, local que, aliás, durante muito tempo, se pensava ter sido a capital de um território indígena e que terá jogado um papel importante na organização do espaço rural desta zona do Douro durante a Antiguidade.

PALAVRAS-CHAVE: Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa, Portugal); romanização; ceramologia; vitivinicultura.

ABSTRACT: The area around Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa) is widely known for its contributions on roman agricultural explorations. Among these sites, one is paramount for the variety of activities which were made there: metal works, of both iron and lead, pottery, both of common and fine vessels and dolia, and wine production. Though the data on the building of the site is not concrete, it's abandoned during the third century, with a limited occupation throughout the fourth century. Rumasil I is located in a territory dominated by granite, a few kilometers south of the Douro Valley. The study of this site is essential to understand the network of agricultural explorations around Freixo de Numão, an area where researchers have thought to have had an indigenous capital and might have played an important role on the rural space of this area of the Douro during roman times.

> KEYWORDS: Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa, Portugal); romanization; pottery; wine production.

# RUMANSIL I (MURÇA-DO-DOURO): UM COMPLEXO ARTESANAL ANTIGO NO VALE DO DOURO

### Introdução

O património arqueológico de Vila Nova de Foz Côa abrange uma série de sítios especialmente importantes para compreender a ocupação humana do vale do Douro, desde a Pré-História até aos tempos mais recentes. Durante a Antiguidade, houve uma concentração humana particularmente densa em torno da atual vila de Freixo de Numão. Efetivamente, a carta arqueológica deste território, sobretudo na zona Norte, apresenta uma série de sítios em bom estado de conservação, descobertos e intervencionados por um dos autores, sobretudo entre as décadas de 1980 e 2000. A partir de 2001, uma equipa francesa foi convidada a participar em vários projetos na zona<sup>5</sup>. Um dos sítios então intervencionados foi Rumansil I, localizado a Oeste da freguesia de Murça do Douro. Embora este sítio já tenha sido objeto de divulgação, quer em artigos de revista local quer em comunicações em congressos internacionais, foram aí apresentadas sobretudo as produções cerâmicas. A questão da vitivinicultura foi também já abordada (COIXÃO et al., 2016; Pereira, 2017). Todavia, continuava em falta uma síntese sobre o conjunto da exploração agrícola e das diferentes produções aí realizadas.

O sítio localiza-se no Nordeste de Portugal, a Sul do Rio Douro, próximo da aldeia de Murça do Douro, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (Fig. 1). Este complexo «artesanal» encontra-se posicionado

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> As várias campanhas de escavação foram financiadas pela Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão, pela Câmara de Vila Nova de Foz Côa e pelo Estado, através da tutela do património (IPPC, IPPAR e IPA).

no extremo de uma plataforma granítica abrigada (a uma altitude média de 580 m), com uma orientação a Este, sobre o vale da Ribeira de Murça. Ocupando uma superfície de cerca de 1200 m², o sítio desenvolve-se sobre uma série de construções, reunidas em três conjuntos arquitetónicos e dois fornos de cerâmica, construídos sobre dois terraços (Fig. 2 e 3). Todas as edificações foram realizadas em granito, sem materiais ligantes, como argila ou argamassa de cal, visíveis no registo arqueológico: é de constatar que este tipo de construção, de pedra nua, é recorrente na região para o período em questão. A largura dos muros nunca ultrapassa 0,60 m.

#### 1. O edifício Oeste

Estabelecido num patamar superior, a Oeste do sítio, o edifício tem uma planta retangular (9,80 x 10,60 m) e foi construído, tal como as restantes estruturas, com muros em blocos de granito bem afeicoados (Fig. 2). A única entrada situa-se a Norte do edifício, que tem uma orientação Norte/Sudeste/Oeste. As estruturas negativas localizadas no exterior Norte do edificio seriam certamente encaixes para um alpendre, que protegia a entrada das intempéries. Foram identificadas cinco divisões no seu interior. Na zona F foi descoberta uma estrutura circular com dois metros de diâmetro, assinalada por G na planta, e com uma abertura a Este, com vestígios de combustão e escórias de ferro no seu interior e em torno da mesma. Trata-se, com certeza, de um forno ligado à metalurgia. A morfologia da estrutura, tanto devido ao plano como aos detritos, levam a crer que se tratará de forno de fundição: um forno de redução de minério de ferro por método direto. Este tipo de estrutura permite a produção de uma massa bruta de ferro em estado sólido. A separação do metal e da escória efetuava-se pelo escorrimento da mesma através da abertura a Este, preparada para o efeito. Os espaços E e F funcionariam, possivelmente, como apoios a este forno.

A Oeste do edifício foi identificado um espaço distinto, também destinado ao trabalho de metal. A estrutura C, de forma quadrangular e fechada por três muros, possui uma abertura a Oeste, formada por uma linha de pedras em granito. No interior desta estrutura foi descoberto um depósito importante de cinzas. Em frente, no espaço D, foram ainda descobertos vestígios de combustão e escórias de chumbo. A conjunção destes vestígios indica a presença de uma forja, local onde

eram realizadas as atividades posteriores à redução do metal em bruto e a produção de objetos, pequenos ou grandes, através da manipulação do ferro, reaquecido e martelado várias vezes. O espaço C seria utilizado para o armazenamento de material combustível, confirmado pela grande quantidade de cinzas aí presentes. Paralelamente, os tubos de alimentação e a válvula de sopro estariam localizados no espaço D. O ferreiro teria assim acesso direto aos dois espacos. Tanto a bigorna como a bacia de água deveriam ser portáteis e estariam localizados no espaço a Sul da zona C. A presença de escórias de chumbo na zona D poderá indicar que as últimas utilizações da foria terão sido para o trabalho de peças em chumbo. Em todo o sítio foram detetados poucos objetos produzidos neste material, uma vez que era recorrente a sua recolha e reciclagem. No entanto, foi descoberto um conjunto de materiais, nomeadamente de um contrapeso em chumbo (6 x 3 cm) e pequenos lingotes, possivelmente produzidos com restos de fabrico. Uma forja é, tradicionalmente, um espaço organizado, com divisões anexas para reservas de combustível, diversos tipos de bigornas, armazenamentos para matérias-primas e produtos. As divisões A e B terão, certamente, sido utilizadas para essas funções.

A presença de um forno de fundição e forja testemunha uma produção metalúrgica. O depósito descoberto na campanha de 2004 permite discernir alguns dados sobre esta produção. Situado a Este do sítio, encostado ao muro de delimitação do espaço, foi descoberto um depósito importante de materiais cerâmicos, metálicos e em terracota. O conjunto de metais é muito diverso. Para além de fragmentos de morfologia indeterminada, encontrou-se um grande conjunto de pequenos pregos. Ao mesmo tempo, foram inventariados pequenos blocos de ferro e bronze (7 x 1 cm). Foi ainda descoberta uma grande quantidade de pedras de amolar, utilizadas para afiar os produtos da forja, nomeadamente instrumentos agrícolas, como facas, podoas ou machados.

### 2. Um atelier de cerâmica

A Este da estrutura que referimos situa-se um terraço artificial, com uma preparação de solo em argila, enquadrado a Norte por blocos graníticos (Fig. 2). A plataforma facilitava a circulação entre a estrutura e a zona Este do sítio. O edifício existente nesta zona estava dividido em duas grandes partes. A Norte, uma divisão de planta retangular

era destinada à produção vinícola. A Sul, e devido à proximidade em relação aos fornos de cerâmica, uma divisão de formato retangular poderá ter estado reservada à produção cerâmica.

#### 2.1. Dois fornos

Existem em Rumansil I dois elementos que foram utilizados para a produção de peças cerâmicas. O primeiro é constituído por dois fornos localizados na zona Norte do sítio (Fig. 4, 5 e 6). As duas estruturas possuem uma morfologia construtiva similar. Trata-se de estruturas de combustão, de planta circular, totalmente construídas com recurso a blocos de granito e argila enquanto material ligante. Estes fornos foram instalados contra um maciço granítico e receberam, no interior, um pilar central, a partir do qual se dispõem blocos de granito na horizontal, em radial, revestidos com argila (Fig. 7). Embora a parte superior destes fornos tenha desaparecido, parecem ter sido estruturas sem cobertura. A estrutura das portas superiores dos fornos desapareceu totalmente, enquanto as portas das câmaras de cozedura foram apenas conservadas nas suas zonas inferiores. Aparentemente, estas portas podiam ser abertas até ao topo, para permitir uma melhor acessibilidade às câmaras de cozedura (Fig. 8).

Durante o processo de cozedura, esta abertura seria muito provavelmente encerrada com recurso a argila. As pecas cerâmicas estariam protegidas do fogo direto por um empilhamento de grandes fragmentos de cerâmica, nomeadamente de dolia, tegulae e, talvez, terra, para a fase redutora do cozimento. Foram também descobertos traços de revestimento argiloso nas paredes interiores dos fornos. No que respeita às dimensões, o forno I, de majores dimensões, apresenta um diâmetro de cerca de 4 m, com uma altura provável de 3,20 m. O forno II é mais pequeno, com uma altura de 1,5 m e um diâmetro de cerca de 2,20 m. Este tipo de estrutura constitui uma tipologia pouco documentada na região, ou mesmo na Península Ibérica, sendo, pelo que conhecemos, exemplar único no vale do Douro português, durante a Antiguidade. Todavia, exemplos etnográficos permitem estabelecer alguns paralelos. Com efeito, a descrição dos fornos de Rumansil I remetem para modelos conhecidos no Norte da Península Ibérica como «fornos célticos». Esta nomenclatura provém do facto de este tipo de estrutura se encontrar principalmente nas regiões graníticas da península, onde encontramos

também os castros, *habitats* de altitude ligados tradicionalmente aos povos de tradição celta. Contudo, os exemplares conhecidos datam normalmente de períodos mais recentes.

Devemos também observar a presença de uma estrutura que se encontra ao lado dos fornos, igualmente construída com recurso a blocos de granito e interpretada como uma zona de armazenamento de combustível. A análise realizada aos carvões encontrados demonstrou a presença de traços de sobreiro (quercus suber), pinheiro (pinus pinaster), medronheiro (arbutus unedo) e freixo (fraxinus sp.) (FIGUEIRAL, 2010).

### 2.2. As produções cerâmicas

As peças provenientes do *atelier* são conhecidas devido, sobretudo, às numerosas rejeições descobertas no depósito de 2004 anteriormente referido e na zona em torno dos fornos. Dividem-se em quatro categorias principais: *dolia*, cerâmicas finas, cerâmicas comuns e produções diversas<sup>6</sup>.

#### 2.2.1. Os dolia

Foram descobertos numerosos fragmentos de grandes vasos de armazenamento, *dolia*, no forno 1 e no depósito. No total, foram recolhidos 2.666 fragmentos, correspondendo a um número mínimo de 184 indivíduos. Trata-se de peças com uma altura média de 0,90 m e uma largura equivalente. Com uma capacidade inferior a 100 litros, são de menores dimensões do que os *dolia* produzidos em outras províncias, como na Tarraconense, Gália Narbonense ou Itália (CARRATO, 2017). Efetivamente, os exemplares de grande capacidade são raros no território (PEREIRA & MORAIS, 2016). Nos raros indivíduos que fornecem uma forma completa, os flancos são arredondados, desenhando uma forma bojuda. Não se verifica uma transição entre a pança e o pescoço das peças, constituindo o último um prolongamento da curvatura do flanco, muito inclinado para o interior, com uma abertura linear. O fundo é sempre plano, com um ressalto claramente marcado nas extremidades.

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Gostaríamos de agradecer às colegas Aurélie Hamel, Laudine Robin e Mélissa Légier pelos desenhos das peças.

Os cordões, geralmente presentes nos extremos da pança e na base da peça, estão totalmente ausentes nestes *dolia*. As pastas são grosseiras, como é habitual neste tipo de peças, e as cerâmicas foram feitas a torno, com a adição de desengordurantes de dimensões variadas. A coloração da pasta é variável, desde o bege ao vermelho-tijolo, dependendo da intensidade do cozimento. Embora existam características tipológicas próximas de linhas-mestre, os *dolia* não parecem terem sido produzidos seguindo uma estandardização, com as formas a apontarem para uma multitude de variantes. O estudo tipológico permitiu identificar quatro tipos principais, de acordo com os bordos (Fig. 9), marcados pela simplicidade, com um maior engrossamento ou abatimento do lábio.

Tipo 1 (Fig. 9, n° 2): o bordo é retilíneo, obtido por um simples engrossamento dos flancos, sem transição com a pança. O lábio é quase paralelo ao plano. A uma dezena de centímetros da boca das peças, um ligeiro ressalto assinala o início do lábio. O diâmetro de abertura varia entre os 32 e 34 cm.

Tipo 2 (Fig. 9, n° 3): o bordo é muito inclinado para o interior das peças, terminado por uma protuberância arredondada e bem marcada. O lábio é quase paralelo ao plano. Os diâmetros de abertura são inferiores ao tipo anterior, com cerca de 25 cm.

Tipo 3 (Fig. 9, n° 4): apresenta um bordo com maior relevo, a alguns centímetros da abertura, com um ressalto bem demarcado. Os diâmetros médios são mais abertos, com cerca de 36 cm.

Tipo 4 (Fig. 9, n° 5): o bordo é perfeitamente liso, sem qualquer demarcação externa. Internamente, existe um ligeiro ressalto.

No total, foram identificados 184 bordos de *dolia*. As tipologias maioritárias são a 1 e a 2. O tipo 3 é secundário, enquanto o tipo 4 é visivelmente minoritário embora não tenha sido encontrada nenhuma estampa nas peças, foi identificado um *graffito* pré-cozimento. Poderá tratar-se de uma marca de oleiro L(...) F(ecit). Alguns exemplares apresentam uma decoração, ainda que simples, com a utilização de linhas onduladas, realizadas com auxílio de um pente, na zona superior da pança.

A grande dimensão destas peças indicia que as mesmas seriam produzidas num grande forno. Uma restituição de carga do forno 1 demonstra que seria possível a cocção de 14 exemplares numa fornada, em dois andares de 7 contentores. Ao mesmo tempo, a descoberta de alguns exemplares *in situ* permitiu identificar o sistema de cobertura utilizado, placas de xisto circulares com uma perfuração central para a inserção de um cordão.

## 2.2.2. As cerâmicas finas

A cerâmica de serviço descoberta provém, sobretudo, do depósito descoberto em 2004. As cerâmicas finas contabilizam 3.558 fragmentos para 659 indivíduos. Foram detetados dois tipos de pastas finas: cerâmicas de pasta clara silicosa (com cozimento em modo A) e cerâmicas de pasta cinzenta silicosa (cozimento em modo B), normalmente denominadas de «cerâmicas cinzentas». A superfície das peças foi polida num momento pré-cocção. Relativamente ao número de indivíduos, as duas produções apresentam quantidades similares. As formas com pasta clara consistem quase exclusivamente em taças e pichéis. No caso das taças, trata-se quase sempre de modelos de parede oblíqua, tendo alguns indivíduos bordos ligeiramente reentrantes (Fig. 10, n° 1). Surgem ainda as taças de paredes bilobadas, com forma similar às sigillatas Drag. 27 (Fig. 10, n° 2 e 3). Relativamente aos pichéis, são de pequena dimensão, com bordo simples evasado (Fig. 10, n° 4). São visíveis tracos de alisamento (bandas verticais) nos pescocos das peças. Quanto às peças cinzentas, a forma principal é o pichel, com uma produção idêntica às peças claras.

#### 2.2.3. A cerâmica comum

Foram identificados 2.254 fragmentos, correspondentes a 568 peças. Trata-se sobretudo de produções de pasta clara silicosa. Os indivíduos produzidos em modo B são raros. As argilas micáceas utilizadas são semi-grosseiras e apresentam uma variação de cor entre o vermelho e o laranja. As formas presentes, por ordem quantitativa, são os potes, as bacias, os pratos e as tampas. No caso dos potes, estas formas eram destinadas à preparação de alimentos, e eram compostas, morfologicamente, por um lábio afunilado e, normalmente, asas, mas sempre sem pescoço (Fig. 11, n° 1, 2, 3 e 4). Como bacias, termo derivado do latim *baccinus*, normalmente denominam-se os recipientes portáteis, de forma genérica arredondada ou oval, com diversas utilizações domésticas ou industriais (VAN DER WERFF, 1982: 147). Do ponto de vista da diversidade funcional, estas peças seriam muito similares às bacias contemporâneas. De forma genérica, elas apresentam a mesma forma, com algumas diferenças tipológicas, sobretudo ao nível do lábio. O modelo recorrente em Rumansil I está equipado com um lábio liso extravasado com diversas variantes (Fig. 11, n° 7). Existem ainda bacias de lábio triangular. Em certos casos, é visível uma decoração ondulada, realizada pré-cozimento, na pança. Os pratos de paredes oblíquas e de paredes reentrantes surgem também, ainda que em menor quantidade (Fig. 11, n° 5 e 6). Finalmente, existem, em menor número, tampas, limitadas aos modelos com bordo simples ou bordo com ressalto.

### 2.2.4. Varia

Para além da cerâmica de serviço e armazenamento, foram também produzidos no sítio pesos de tecelagem. A presença de várias peças deformadas no depósito de 2004 e exemplares não cozidos no forno 2 constituem evidência desta produção<sup>7</sup>. É também possível que se tenham produzido em Rumansil I elementos de construção, como *tegulae* ou *imbrices*, tendo em conta a grande quantidade de telha presente no sítio, especificamente na zona dos fornos, e que constitui um fenómeno menos frequente em outras explorações agrícolas da zona para o mesmo período. Os sítios do Prazo e Zimbro II, de dimensões superiores, tinham uma quantidade de *tegulae* inferior a Rumansil I<sup>8</sup>. A presença de uma *tegula* com a estampa *PEC(...) LAS[...] OFICINA* remete para uma oficina de produção, embora não seja possível assegurar a sua localização em Rumansil I (FIG. 12).

#### 2.3. Os anexos

Embora uma parte da elaboração das peças cerâmicas pudesse ser realizada no exterior dos edifícios, como o torno ou a secagem de algumas cerâmicas, sobretudo utilizando abrigos ligeiros, construídos em materiais perecíveis, o edifício 2 poderá ter sido utilizado para estas atividades (Fig. 2). Com um plano mais ou menos retangular, possui três divisões, marcadas no plano como J, K e I. Os dois primeiros possuem uma planta retangular e uma abertura a Este, enquanto o terceiro é menos amplo. É visível uma grande entrada, com 4 m de largura, no

 $<sup>^7\,\</sup>mathrm{O}$  conjunto de pesos contabiliza 27 indivíduos, tendo sido a maioria dele descoberta na campanha de 2004.

<sup>8</sup> O número mínimo de indivíduos de tegulae descobertos na zona dos fornos é de 326.

lado Este, e uma entrada mais pequena, a Sul. Relativamente à sua funcionalidade, se a divisão I aparenta ter sido um espaço de circulação, as outras duas seriam muito provavelmente espaços consagrados à produção cerâmica. As dimensões consideráveis da entrada facilitariam a passagem de objetos para os fornos, sobretudo se estes fossem *dolia*. O espaço entre os edifícios 1 e 2 poderia também servir de zona de secagem para as peças. Quanto ao armazenamento de argila, a sua localização é desconhecida. Não foram, infelizmente, descobertos nenhuns elementos tradicionalmente associados à olaria.

#### 3. A cella vinaria

A área de produção de vinho de Rumansil I constitui um exemplo raro, no território peninsular, tanto pela sua originalidade morfológica e construtiva como pelo conjunto arquitetónico que a rodeia. O facto da arquitetura e tecnologia clássicas sofrerem uma mutação para se adaptarem ao espaço e à paisagem em que inserem é inegável, criando uma estrutura algo atípica no mundo romano peninsular, mas que encontra alguns paralelos em outros sítios arqueológicos no vale do Douro<sup>9</sup>.

O espaço dedicado à vinicultura, ou *cella vinaria*, encontra-se distribuído em duas divisões, no edificio 2, a Norte (Fig. 2). A localização da estrutura parece ter sido escolhida devido a um grande rochedo granítico aí existente, tendo o mesmo sido reutilizado, alterando da mesma forma a composição morfológica da área de armazenamento e da própria estrutura do *torcularium*.

O maciço granítico onde decorria a transformação das uvas em vinho foi radicalmente transformado, com a elaboração de uma verdadeira bateria de tanques (Coixão *et al.*, 2016). A *area* do lagar, assinalada com a letra L, e o *calcatorium*, T1, foram escavados diretamente no rochedo, com cerca de 2,50 x 2 m e 3 x 2 m, respetivamente. Estes dois tanques seriam, muito provavelmente, revestidos com *opus signinum* e terão recebido estruturas em materiais perecíveis para ampliar a sua produção.

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> Veja-se, por exemplo, o caso do Alto da Fonte do Milho, em Canelas, Peso da Régua (Pereira, 2017), onde o lagar, com cronologia funcional no século III da nossa Era, foi construído com recurso a materiais locais, nomeadamente xistos e argamassas de cal.

A primeira prensagem seria feita no T1, que parece funcionar, concomitantemente, como *lacus musti*, ou tanque de fermentação. Um canal conduz este tanque ao T3, um *lacus*, onde seria vertido o líquido da primeira prensagem. Identificado com a letra L, a *area* do lagar, ou zona da prensa, encontra-se muito próxima do T1. Esta zona parece ter sido utilizada como base de uma prensa cujo contrapeso, infelizmente, nunca foi descoberto, embora este tipo de elementos seja frequentemente reutilizado, tanto no mundo romano como em épocas posteriores. O líquido extraído das massas seria então conduzido por um pequeno canal para uma zona inferior, um *lacus* ou tanque. Existem ainda dois outros tanques, de dimensões diminutas, cuja utilidade é difícil discernir, mas que terão servido certamente como tanques de apoio. A existência desta quantidade de tanques revela, paralelamente, uma produção complexa e numa quantidade considerável.

Com cerca de 35 metros quadrados, o rochedo onde foram implantados os tanques e a estrutura de lagar de Rumansil I parece ter uma outra funcionalidade, além do seu aproveitamento para aquelas estruturas, maioritariamente nele escavadas em negativo. A diferença de cota entre a zona Este e Oeste parece ser propositada, permitindo assim que as divisões R e S, que terão servido como caves de *dolia* no lado Este, se localizem a uma altura inferior, sendo a face Oeste composta em grande parte pelo maciço granítico. Os afeiçoamentos visíveis nesta face, para permitir o encosto de *dolia*, refletem esta realidade.

A fermentação do vinho seria feita, quase totalmente, nos recipientes de tipo *dolium*. Os mesmos estariam organizados nas salas R e S, de forma a permitir a circulação, mas também o aproveitamento máximo do espaço, relativamente diminuto (87 m²) para este tipo de estrutura (Fig. 13). Os *dolia* foram equipados com tampa de xisto perfurada para a passagem de um cordão, provavelmente em matéria vegetal (Fig. 15).

A teoria mais realista relativamente a Rumansil I é a de que seria um anexo do Prazo, dependendo diretamente deste sítio. Ora, o Prazo tem uma série de estruturas ligadas à transformação de matérias-primas, nomeadamente uma *cella vinaria* (Pereira, 2017; Coixão, 2018), de planta típica, muito similar às estruturas existentes noutras *villae* em território português, como em Vale do Mouro (Coriscada, Mêda) ou Torre de Palma (Monforte), e de forma geral na Península Ibérica (Peña Cervantes, 2010 e 2014). O estabelecimento da produção de vinho em Rumansil I poderá assim corresponder a um aumento de produção,

associado à facilidade de se poder realizar a vindima para um lagar próximo, como certamente sucederia com lagares rupestres, mas aqui num modelo mais elaborado do que a maioria destas estruturas.

A questão do escoamento do vinho é pertinente. Tendo em conta que Rumansil I é um sítio eminentemente ligado à produção e transformação de matérias-primas, como seria feito o transporte do vinho? O facto de não ser viável (ou rentável, tendo em conta a alta probabilidade de fratura dos recipientes) o transporte terrestre de *dolia* cheios, o cenário mais provável seria o da utilização de recipientes perecíveis, como cascos em madeira ou, mais provavelmente, grandes odres ou *culleae*.

Finalmente, foi descoberta, em Rumansil I, uma pequena lagareta em xisto (Coixão, 2002). Tendo em conta o seu formato, a lagareta poderá ter sido utilizada para vinho, mas pensamos que não será de excluir a hipótese de ter servido para a transformação de outras matérias-primas. No primeiro caso, cremos que será de equacionar duas alternativas: a peça, eminentemente móvel, poderá ter sido utilizada enquanto lagareta de vinho num momento em que a estrutura principal ainda não estava funcional; ou ser utilizada em paralelo com a produção do lagar principal, em anos de maior abundância.

### 4. O muro exterior e o depósito de 2004

O muro de delimitação (P) é o último elemento arquitetónico que falta descrever (Fig. 2). Trata-se de um muro situado a Este do sítio, em torno de um terraço. É composto por duas partes. A primeira situa-se a Norte, construída com recurso a blocos de granito bem trabalhados e aparelhados, como os restantes edifícios. A Sul, a segunda parte do muro é constituída com uma mistura de blocos de vários calibres e talhes. Esta diferença indicia diferentes momentos de construção dessas estruturas, tendo o muro Sul sido construído numa época posterior. É visível uma entrada a Sul do muro Norte. A Este da estrutura subsistem, ainda, socalcos de vinha e «mortórios» do século XIX. É possível entrever como é que estes terrenos estariam organizados durante a Antiguidade, cultivados com as vinhas que forneciam uvas a Rumansil I.

## 5. Elementos de datação

O material descoberto em Rumansil I fornece uma grande quantidade de dados para datações relativas à ocupação do sítio, embora a estratigrafia seja extremamente limitada, não permitindo uma leitura das várias fases de ocupação, sobretudo para o período da construção dos edifícios. A maioria dos materiais provém dos níveis de abandono, seia nas zonas dos fornos seja no depósito de 2004. Relativamente aos materiais cerâmicos, nem a cerâmica comum nem os dolia fornecem dados para datações precisas. É então necessária a utilização dos dados provenientes das cerâmicas finas de importação de tipo sigilata. As sigilatas hispânicas (TSH) encontram-se representadas sobretudo pelos pratos de tipo Hisp. 15/17 e uma peça de tipo Hisp. 77. Para os primeiros, embora o início de produção esteja datado para as décadas 30/40 da nossa Era, a sua produção foi contínua até ao século III. No entanto, o segundo tipo apenas é produzido no século III (FERNANDEZ GARCIA & ROCA ROUMENS, 2014). É assinalável a presença de peças de importação africana, com pratos de tipo Hayes 50 (sigilatas C2), cuja comercialização parece situar-se entre os anos 240 e 320/330 (HAYES, 1972; BONIFAY, 2004; Quaresma, 2012). Esta cronologia é corroborada pelas moedas, das quais a maioria pertence à segunda metade do século III<sup>10</sup>.

O vidro pode também fornecer importantes dados para a questão da cronologia. O conjunto exumado consiste em 36 fragmentos. Embora o lote aparente ser pouco consequente, muitos dos elementos correspondem a formas bem identificáveis e datáveis, permitindo desvendar um pouco mais a história de Rumansil I. Foram identificados 15 objetos. Este lote compreende dois conjuntos: vidros claros, ditos "naturais" e vidro incolor, sendo o primeiro conjunto superior em número. A não existência de vidros com cores fortes exclui uma ocupação na primeira metade do século I da nossa Era. Paralelamente, a presença de vidro incolor permite referir uma ocupação até ao século III da nossa Era. A morfologia das peças é pouco variada, com uma grande quantidade de formas abertas, correspondendo a taças ou tacinhas, e algumas formas fechadas. Apenas dois elementos se reportam a possíveis produções do início do Alto Império. Uma taça *linear-cut* produzida a molde, muito antiga. Este tipo está normalmente associado

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> O estudo numismático foi feito pelo Dr. João Albino Pinto Ferreira.

a um período que se estende desde o período de Augusto até meados do século I da nossa Era (c 1). Peça rara no Norte de Portugal, é do mesmo tipo de outras que se têm encontrado sobretudo em sítios com ocupação romana precoce, como campos militares ou urbes de fundação antiga (Braga, Astorga, León, Vigo, Santa Tecla) (CRUZ, 2009: 15). Tendo em conta o material associado, estes elementos são residuais. No conjunto de peças realizadas a sopro, contabilizamos uma taça esverdeada com bordo afunilado e lábio exterior, formando uma banda (Fig. 14, n.º 2). Trata-se do tipo Is. 46, cuja produção se inicia em meados do século I da nossa Era e se prolonga até meados da seguinte. Existe uma produção desta tipologia na Antiguidade Tardia, com decoração e características morfológicas ligeiramente distintas (CRUZ, 2009: 179-181). O exemplar de Rumansil I evoca mais facilmente as produções do início do Alto Império.

O resto do material vítreo é coerente com a moda vigente entre o final do século I e século III da nossa Era. A taca AR 16.1, moldada em vidro incolor, pertence ao "estilo internacional", produzido desde o final do século I e em circulação até a meados do século III (Fig. 14, n° 3). Copiosamente conhecida nas províncias ocidentais, nomeadamente na Gália (Foy et al., 2018: 150-151), os paralelos são mais escassos em Portugal, tendo sido identificados inicialmente em 2009 no Nordeste Peninsular (CRUZ, 2009: 35-55). Os modelos AR16.1 são conhecidos em Braga, Lugo ou ainda Astorga (CRUZ, 2009: 45-46). Se a variante não pode ser especificada, o fundo anular em coroa afunilada pertence à mesma tipologia geral (Fig. 14, n° 4). Entre os materiais produzidos a sopro, identificámos uma taca Is. 85, um dos recipientes de bebida mais utilizados durante os séculos II-III da nossa Era nas províncias ocidentais (Fig. 14, n° 6). Esta tipologia é bem conhecida em Braga, Astorga, Banhos de Ricaldo, Ourense ou Lugo, onde foram detetados modelos entre o terceiro quartel do século II e meados do século III (CRUZ, 2009: 155-156). Identificámos ainda dois grandes fundos que poderão corresponder a cálices (Fig. 14, n° 8 e 9). Esta produção esteve em voga desde o século II e sobretudo a partir do século seguinte (Foy et al., 2018: IN48 e 49).

Parte das peças descobertas no sítio corresponde a uma longa diacronia cronológica, o Alto Império. É o caso da taça de bordo afunilado com lábio cortado em vidro verde claro, que poderá corresponder a várias tipologias (Fig. 14, n° 5) ou ainda do pote Is. 94 (Fig. 14, n° 7). O fundo anular com recuo de extremidades e o fundo sem pé são tipolo-

gicamente dificeis de definir (Fig. 14, n° 10 e 11). Por fim, existem dois elementos de formas fechadas. Um bordo massivo com lábio afunilado e retirado para o interior que faria parte de uma garrafa (Fig. 14, n° 12). Um fundo sem pé, marcado por uma inscrição, incompleta e sem leitura. com um ponto em relevo, que pertenceria às garrafas prismáticas, muito possivelmente de pança quadrangular de tipo Is. 50a/b (Fig. 14, n° 13). Estas últimas são frequentes e comuns em Portugal, do século I ao século III da nossa Era (CRUZ, 2009: 223-224; ROLO, 2018: 347). Podemos atestar a sua presença em sítios da região com cronologias similares, como Trás do Castelo ou Vale do Mouro (ROBIN, 2015: 56, nº 7; ROBIN, 2017). Trata-se de um fundo marcado por uma cruz em relevo e um ponto de relevo em cada ângulo. Estas pecas são também conhecidas nas coleções do Museu de Castelo Branco (Simões, 1986: nº 1 a 3) ou do Museu Arqueológico de Vila Viçosa, onde estão expostos vários exemplares provenientes da necrópole da Horta das Pinas ou em Rouca (Alandroal) (ALARCÃO, 1967: n° 35 a 38; ROLO, 2015: 151, fig. 11). Foram também descobertos vários exemplares em Braga (CRUZ, 2001: n° 1033 e 1051) e noutros contextos do Alentejo (Rolo, 2018).

Devemos ainda mencionar a presença de materiais mais tardios, ainda que em quantidades muito reduzidas, como fragmentos de *sigilata* tardia (TSHT), pertencentes sobretudo a taças de tipo Drag. 37 tardia. Foi ainda descoberta uma moeda de Constantino II (351-354).

Finalmente, se a data de construção inicial do sítio é difícil de discernir, a maioria das estruturas revela ter sido parcialmente abandonada na segunda metade do século III, e totalmente no início do século seguinte. A existência de materiais mais tardios confirma uma reocupação em pleno século IV, possivelmente para recuperação de materiais, fenómeno comum neste período no mundo romano.

# 7. Algumas conclusões

O sítio de Rumansil I corresponde a um importante complexo artesanal do vale do Douro. Embora subsistam ainda incertezas sobre a datação da construção deste sítio, parece ter sido ocupado pelo menos durante um século e meio, com um abandono final no início do século IV. Sucede-se uma reocupação do espaço, durante a segunda metade do século IV, visível em alguns materiais tardios. Este fenómeno é recorrente no mundo rural romano, sobretudo nesta zona da Península, onde

uma parte dos estabelecimentos, como as *villae* são reocupados sob uma diversidade de formas (López Quiroga & Rodríguez Martín, 2000-2001; Ariño, 2013)<sup>11</sup>. Relativamente à tipologia do sítio, parece claro que não se trata de um *habitat*, mas de um centro de transformação de matérias-primas. Este estudo detalhado permite demonstrar o carácter excecional de várias atividades artesanais: metalurgia, vitivinicultura e olaria.

Após a transformação do minério em lingotes, o ferro e o chumbo seriam utilizados para a confeção de vários objetos, embora apenas tenha sido possível descobrir uma pequena fração dos mesmos em Rumansil I. Seriam necessários vários instrumentos para os diferentes trabalhos agrícolas e artesanais que aqui se realizavam. A existência de forjas é comum em vários sítios com cronologias similares, como no Prazo (Coixão & Moreira, 2000). Relativamente à origem do minério de ferro e, em menores quantidades, de chumbo, as minas antigas na região são praticamente desconhecidas, embora existam traços de explorações mineiras na zona, pelo menos para os períodos Moderno e Contemporâneo (NALDINHO & TRABULO, no prelo). Relativamente ao chumbo, este era extraído a partir, sobretudo, da galena (sulfureto de chumbo) e da cerussite (carbonato de chumbo). Contudo, considera-se que também possa ter sido aproveitado o litargírio (óxido de chumbo), possivelmente mais frequente na Antiguidade do que a literatura especializada supõe. Para a sua obtenção recorria-se a fornos de fundição de estrutura muito simples. A baixa temperatura de fusão do chumbo (327° C) não exigia grandes investimentos nem estruturas complexas, o que explica a raridade das que se conservaram até à atualidade. Para o efeito, uma estrutura retangular, assente na rocha, e algumas pedras compondo um muro baixo eram suficientes. O minério de chumbo seria aí colocado sobre carvões ou simples ramos de árvores. Em relação ao ferro, apenas sabemos que o sítio de Rumansil I, tal como o Prazo, se situa numa zona onde dominam as camadas de quartzitos (Coixão & MOREIRA, 2000: 48). No entanto, esta falta de dados na área de Freixo de Numão pode indicar que o minério de ferro proviria da região vizinha de Moncorvo (Torre de Moncorvo), onde este minério é abundante (COIXÃO & MOREIRA, 2000: 51). Finalmente, o combustível utilizado

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> Várias *villae* são alvo, no século IV, de uma fase de embelezamento, como sucede, na região, em Vale de Mouro, Coriscada (SILVINO *et al.*, 2014).

seria carvão, de origem vegetal, na medida em que o carvão mineral é também ausente na região.

A instalação vinícola é única no contexto micro-regional, na medida que as estruturas identificadas na zona para a produção vinícola no período romano eram, na sua maioria, constituídas por lagares escavados na rocha ou lagaretas isoladas<sup>12</sup>. Estes vestígios rupestres, existentes em toda a bacia mediterrânica, são normalmente interpretados como testemunhos de produção vitivinícola romana. Infelizmente, a maioria destas estruturas encontram-se em zonas isoladas, sem estruturas anexas, não permitindo uma datação precisa. Por outro lado, se estes vestígios fossem todos realmente utilizados para a produção de vinho, as quantidades seriam muito reduzidas. No sítio de Rumansil I existem alguns tanques escavados na rocha, num contexto de produção substancialmente superior. Esta instalação está enquadrada por outras estruturas artesanais importantes. Existem poucos paralelos para este tipo de complexo na região. Podemos mencionar o sítio do Alto da Fonte de Milho, onde existe uma *cella vinaria* que utilizava *dolia* no processo de vinificação e armazenamento durante o século III da nossa Era. No entanto, a maioria das publicações centra-se nos lagares escavados na rocha, ainda que com as incertezas cronológicas já referidas. Outras instalações são conhecidas no Centro e, sobretudo, no Sul de Portugal, no Alentejo e Algarve, onde grandes instalações vitícolas e oleícolas funcionariam em grandes villae (Brun, 1997 e 2004). Outro elemento importante é a produção de contentores para a fermentação e armazenagem do vinho: os dolia. O atelier produziu, efetivamente, estas pecas, mas também pecas de servico. As oficinas de olaria clássicas são, infelizmente, pouco conhecidas na região do Douro. Embora as produções de Rumansil I fossem utilizadas para satisfazer as necessidades da exploração agrícola, também seriam utilizadas para abastecer um mercado regional. Quanto à matéria-prima, a argila, temos poucos dados para discernir a sua proveniência durante o período de atividade do sítio. No entanto, se tivermos em conta as produções mais recentes, com oficinas de olaria de Santa Comba (Foz Côa) ou de Torre de Moncorvo (Felgar e Larinho), o fornecimento da matéria-prima seria

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> São conhecidas inúmeras estruturas deste tipo em Freixo de Numão (COIXÃO, 2002). Ao mesmo tempo, este tipo de estrutura foi estudado no contexto macrorregional do Douro Superior (ALMEIDA *et al.*, 1999; ALMEIDA & FARIA, 1999; ALMEIDA *et al.*, 2000).

realizado a partir do rio Sabor para Moncorvo (10 km) e para Santa Comba (20 km) (RODRIGUES, 2007).

Rumansil I é o único atelier de olaria antiga escavado e estudado na zona do Alto Douro, tendo sido alvo de várias publicações. Os vestígios existentes testemunham, entre outros elementos, uma produção de cerâmica pouco documentada na região, ainda que, cronologicamente, apenas abrania parte do período romano. De uma forma geral, a ausência de estudos de cerâmica e publicações deste tema no Nordeste de Portugal faz com que seja complexo compreender a difusão das cerâmicas de Rumansil I numa escala major. Paralelamente, nesta região de Portugal, este centro produtor continua a ser dos poucos escavados e estudados<sup>13</sup>. A análise que realizámos dos materiais cerâmicos dos centros de consumo periféricos permitiu compreender como se realizaria a difusão da produção de Rumansil I. Embora parte dos dolia estivesse destinada a satisfazer as necessidades da instalação vinícola, alguma produção parece ter sido destinada ao mercado local (por exemplo da villa do Prazo, da qual o atelier dependeria). A publicação deste atelier constituirá assim uma base de trabalho e uma primeira referência, oferecendo paralelos fiáveis para os conjuntos cerâmicos descobertos ou por descobrir nesta zona da Península Ibérica. O estudo dos conjuntos cerâmicos, provenientes de outros sítios arqueológicos em torno de Freixo de Numão, permitiu verificar a presença da maioria das formas produzidas em Rumansil I. Ao mesmo tempo, a marca de oleiro LF está presente em Zimbro I<sup>14</sup> (Coixão, 2000: 252, fig. 119), mas também em locais mais afastados, como na villa do Alto da Fonte do Milho (Canelas, Peso da Régua) (Teixeira, 1939), localizada 50 km a Oeste do atelier. Infelizmente, os dados relativos à sua cronologia são vagos.

Intervenções recentes no sítio de Trás do Castelo (Pegarinhos, Alijó), na margem direita do Douro (SILVINO & PEREIRA, 2017) ou em Vale do Mouro (Coriscada, Mêda), localizado a 40 km a Sul (SILVINO et al., 2014), deram a conhecer vários conjuntos cerâmicos, entre os quais certas formas específicas do atelier de Rumansil I. Conjuntos similares foram também identificados no Baixo Sabor (BAEZ et al., 2014). A ausência de exames precisos das pastas não permite colocar

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> Outros fornos de olaria são conhecidos na região, embora com escassa informação disponível (LEMOS, 1993).

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> Pequena exploração agrícola localizada a 2 km de Rumansil I.

a hipótese de exportação para esta zona, embora esta hipótese não possa ser descartada. Ao mesmo tempo, várias destas formas parecem corresponder às produções estandardizadas da Lusitânia. No Norte de Portugal, os pichéis são bem conhecidos no sítio de Tongobriga (Freixo, Marco de Canaveses), cidade localizada no Baixo Douro, a uma centena de quilómetros a Oeste de Rumansil I, embora em contextos cronologicamente mais latos (séculos II-IV da nossa Era) (DIAS, 1995). No entanto, é no Sul de Portugal, em sítios como São Cucufate (Vidigueira), que encontramos paralelos tipológicos mais seguros. O estudo de cerâmicas comuns da villa é até hoje a referência ceramológica para a província (PINTO, 2003). Várias formas de Rumansil I encontram-se nos conjuntos deste estabelecimento. Podemos assinalar os potes de asas com bordo evasado (Pote VIII-B-9), presentes nas últimas fases de ocupação da villa. Da mesma forma, diversos modelos de bacias também são recorrentes (Bacias V-A-1 e V-B-3). O mesmo sucede com os pratos de bordo ligeiramente reentrante (Prato I-B-2). Relativamente às tacas, os exemplares de paredes oblíquas e bordo simples ou ligeiramente reentrante também são conhecidos (Taca III-A-2). Os modelos de paredes bilobadas são também recorrentes (Taça III-A-3). Relativamente aos dolia, o tipo 2 de Rumansil I encontra-se bem representado, não apenas em São Cucufate mas de uma forma geral no Sul de Portugal (*Dolium* XIII-A-1).

Finalmente, devemos abordar a definição exata que podemos utilizar para um sítio como Rumansil I. Durante muito tempo, Rumansil I parecia ser a *pars rustica* de uma *villa*, ou seja, a parte agrícola e artesanal de uma exploração rural romana (COIXÃO, 2000). A *pars urbana*, ou área residencial, Rumansil II, estaria localizada a cerca de 300 m do sítio em questão. Nesta zona foi detetado um potencial sítio romano: com muros elevados, fragmentos de cerâmicas de várias tipologias, *tegulae*, etc. (COIXÃO, 2000: 240). No entanto, alguns elementos presentes levam a questionar esta primeira hipótese. O primeiro prende-se com a dimensão de Rumansil I e com a variedade de produções aí patentes, que demonstram que estas instalações pertenceriam provavelmente a um proprietário com posses que deveria ter outras propriedades e terrenos agrícolas. É difícil crer que uma tal personagem residisse num local como Rumansil II. É mais fiável localizar a potencial residência numa zona menos isolada, mais próxima de um aglomerado urbano.

Entre os vários sítios intervencionados, na zona de Freixo de Numão, apenas o Prazo, situado a poucos quilómetros a Sul de

Rumansil I, possui equipamentos necessários a um habitat com qualidade na zona residencial, onde o proprietário pudesse gozar do seu otium cum dignitate, uma zona residencial, um armazém e estruturas anexas (Coixão, 2000: 312-333). Este habitat, qualificável como villa teve uma longa duração de ocupação, desde o Alto Império até à Alta Idade Média, presença atestada com uma igreja associada a uma zona funerária. O sítio de Rumansil I poderá ter sido um anexo da villa do Prazo, correspondendo a um aloiamento ocasional do feitor e trabalhadores, em paralelo com as atividades decorrentes de Rumansil I. O domínio estender-se-ia por vários hectares, com diversas instalações complementares, sendo possível ao proprietário gerir diversas propriedades ou dedicar-se a outras atividades, como política, por exemplo. Devemos ainda ter em conta a localização geográfica de Rumansil, num vale próximo da margem do rio Douro. Na carta arqueológica deste território, com terrenos pobres, podemos observar que existia uma alta densidade de ocupação no período antigo, estratificada sobre uma via classificada como antiga (Coixão, 2000 e 2018). Se a villa do Prazo parece ser basilar neste modelo, existem vários pequenos estabelecimentos agrícolas dedicados, sobretudo, ao tratamento e transformação de recursos naturais (vitivinicultura, oleicultura, cereais e. muito certamente, mineração) e uma provável aglomeração sob a atual vila de Freixo de Numão. As numerosas intervenções realizadas desde a década de 1980 permitiram desvendar uma panóplia importante de vestígios antigos no centro da atual vila, sobretudo na área da praça principal.

Devemos assinalar ainda a descoberta de numerosas inscrições antigas, reutilizadas, sobretudo na igreja de Freixo de Numão (COIXÃO, 2000: 210-220). Se a vila foi, num primeiro momento, identificada como a capital dos *Meidobriguensis* ou *Medobrigenses* devido à documentação epigráfica e arqueológica existente (ALARCÃO, 1999), esta hipótese foi rapidamente colocada de lado pelo mesmo autor (ALARCÃO, 2005). No entanto, Freixo de Numão terá certamente acolhido uma aglomeração importante durante a Antiguidade (um *vicus*?), inserida no território da capital. Além das descobertas arqueológicas e epigráficas, devemos recordar a sua situação geográfica, no extremo de uma planície aberta sobre um vale em direção ao Douro (Fig. 16).

O complexo artesanal de Rumansil I é, verdadeiramente, excecional, uma vez que constitui uma tipologia de sítio inédito na região do Douro, ou mesmo na Península Ibérica, ao associar várias atividades

artesanais e onde as respetivas cadeias operatórias estão presentes. É o caso do vinho, onde a instalação vitícola é alimentada diretamente pelos *dolia* produzidos nos seus fornos.

#### BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge de (1967) Vidros romanos do Museu Arqueológico de Vila Viçosa, *Conimbriga*, 6, pp. 1-46.
- ALARCÃO, Jorge de (1999) Os arredores das cidades romanas de Portugal, *Archivo Español de Arqueologia*, 72, pp. 31-37.
- ALARCÃO, Jorge de (2005) Povoações romanas da Beira Transmontana e do Alto Douro, *Côavisão*, 7, pp. 9-18.
- ALMEIDA, Carlos Brochado de, ANTUNES, João Viana e FARIA, Pedro Baère de (1999) Lagares cavados na rocha: uma reminiscência do passado na tradição da técnica vinícola no vale do Douro, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 2, n. 2, pp. 97-103.
- Almeida, Carlos Brochado de, Antunes, João Viana e Faria, Pedro Baère de (2000) Sinais do passado em Marialva, *Douro estudos e documentos*, 10, pp. 173-218.
- Almeida, Carlos Brochado de e Faria, Pedro Baère de (1999) Rastreio das antigas ocupações humanas no território meridional da vila da Mêda, *Douro estudos e documentos*, 7, pp. 179-209.
- ARIÑO, Enrique (2013) El habitat rural en la peninsula iberica entre finales del siglo IV y principios del VIII: un ensayo interpretativo, *AnTard*, 21, pp. 93-123.
- Baez, Beatriz, Batalha, Luísa, Carvalho, Liliana, Garcia Villanueva, Isabel, Larrazabal, Javier, Rosselo, Miquel e Santos, Constança, (2014) Recipientes de armazenamento no vale do Baixo Sabor (Portugal), da época romana à antiguidade tardia. Ensaio cronotipológico, in *Actas del III congresso internacional de la SECAH*, Tarragona, pp. 898-917.
- Bonifay, Michel (2004) Études sur la céramique romaine tardive d'Afrique, BAR International series 1301, Oxford.
- Brun, Jean-Pierre (1997) Production de l'huile et du vin en Lusitanie romaine, *Conimbriga*, 36, pp. 45-72.
- Brun, Jean-Pierre (2004) Archéologie du vin et de l'huile en Gaule Romaine, Paris: Errance.
- Carrato, Charlotte (2017) Le dolium en Gaule Narbonnaise (Ier a.C.-IIIe S. p.C.). Contribution à l'histoire socio-économique de la Méditerranée nord-occidentale, Bordéus: Ausonius.
- COIXÃO, António do Nascimento Sá (2000) *Carta Arqueológica do concelho de Vila Nova de Foz Côa*, 2.ª ed., Vila Nova de Foz Côa.
- Coixão, António do Nascimento Sá (2002) Lagares e lagaretas nas áreas de Freixo

- de Numão e Murça do Douro (Concelho de Vila Nova de Foz Côa), *Côavisão*, 4, pp. 57-71.
- COIXÃO, António do Nascimento Sá (2018) *A romanização no Baixo Côa*, Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa.
- Coixão, António do Nascimento Sá e Moreira, Maria Eugénia (2000) Fornos de fundição e forjas do Aro de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa) no período de ocupação romana, *Côavisão*, 2, pp. 47-51.
- COIXÃO, António do Nascimento Sá, MAZA, Guillaume e SILVINO, Tony (2003) Os fornos de cerâmica do Rumansil I (Murça-do-Douro, Vila Nova de Foz Côa). Estudo preliminar, *Côavisão*, 5, pp. 85-97.
- COIXÃO, António do Nascimento Sá e SILVINO, Tony (2006) O sítio arqueológico do Rumansil I, *Côavisão*, 8, pp. 118-137.
- COIXÃO, António do Nascimento Sá, PEREIRA, Pedro e SILVINO, Tony (2017) La producción vinícola romana en el Nordeste portugués: los ejemplos de Rumansil I (Murça do Douro) y Vale do Mouro (Coriscada), in PASTOR, Luís Elias (ed.), Congreso de "Lagares, pilas y lagaretas", Labastida de Álava, pp. 24-27.
- Coixão, António do Nascimento Sá, SILVINO, Tony e PEREIRA, Pedro (2017) Rumansil I (Murça do Douro, Portugal): uma produção de cerâmicas da segunda metade do século III e do início do século IV no vale do Douro, in Fabião, Carlos et al. (coord.), Olaria Romana. Seminário Internacional e Ateliê de Arqueologia Experimental, Lisboa: UNIARQ Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / Câmara Municipal do Seixal / Centro de Arqueologia de Almada, pp. 333-340.
- Cosme, Susana Rodrigues (2013) O contributo das pequenas 'villae' rústicas na economia e povoamento dos séculos IV-VII no Douro, in *Actas das 1<sup>as</sup> Conferências do Museu de Lamego*. Lamego: CITCEM/Museu de Lamego, pp. 141-149.
- CRUZ, Mário da (2001) Os vidros romanos de Bracara Augusta, Braga, Universidade do Minho (Tese de mestrado policopiada).
- CRUZ, Mário da (2009) O Vidro Romano no Noroeste Peninsular, Um Olhar a partir de Bracara Augusta, Braga, Universidade do Minho (Tese de doutoramento).
- DIAS, Lino Tavares (1995) Cerâmica comum romana em Tongobriga, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Trabalho complementar à dissertação de doutoramento em Pré-Historia e Arqueologia).
- Fernandez Garcia, Isabel e Roca Roumens, Mercedes (2008) Producciones de Terra Sigillata Hispanica, in Bernal Casasola, Darío e Ribera I Lacomba, Albert (coord.), *Ceramicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*, Cádiz: Universidade de Cádiz, pp. 307-332.
- FIGUEIRAL, Isabel (2010) Restos vegetais carbonizados do Prazo e Rumansil (Freixo de Numão) relatório provisório, *Côavisão*, 12. pp. 89-94.
- Foy, Dominique, Labaune-Jean, Françoise, Leblond, Caroline, Martin-Pruvost, Chantal, Marty, Marie-Thérèse, Massart, Claire, Munier, Claudine, Robin, Laudine, Roussel-Ode, Janick (2018) Verres incolores de l'Antiquité romaine en Gaule et aux marges de la Gaule, Oxford: Archaeopress.

- HAYES, John Walker (1972) Late Roman Pottery, Londres: British School at Rome.
- Lemos, Francisco de Sande (1993) *Povoamento romano de Trás-os-Montes oriental*, Braga, Universidade do Minho (Tese de doutoramento).
- LÓPEZ QUIROGA, Jorge e RODRÍGUEZ MARTIN, F. Germán (2000-2001) El "final" de las *villae* en Hispania. I. La transformación de las *pars urbana* de la *villae* durante la antigüedad tardía, *Portugalia*, vol. XXI-XXII, pp. 137-190.
- Naldinho, Sandra, Trabulo, Alberto (no prelo) A mineração no concelho de Vila Nova de Foz Côa, *Côavisão*.
- Peña Cervantes, Yolanda (2010) *Torcularia. La Produccion de Vino y Aceite en Hispania*, Tarragona: Institut Català d'Arqueologia Clàssica.
- Peña Cervantes, Yolanda (2014) Bodegas y almazaras en Hispania: Estructuras y ámbitos de producción, in Bustamante Álvarez, Macarena e Bernal Casasola, Darío (ed.), *Artifices idoneos. Artesanos, talleres y manufacturas en Hispania*, Mérida: CSIC, pp. 211-269
- Pereira, Pedro e Morais, Rui (2016) Estudo crono-tipológico de dolia romanos em Portugal, *Ex officina hispana. Cuadernos de la SECAH*, 2, pp. 33-44.
- Pereira, Pedro (2017) O vinho da Lusitânia, Porto: Afrontamento/CITCEM.
- Pereira, Pedro (2018) O mundo rural romano no Vale do Douro, in Alarcão, Pedro e Dias, Lino Tavares (coord.), *Construír, navegar, (Re)usar o Douro da Antiguidade*, Porto: CITCEM, pp. 195-210.
- PINTO, Inês Vaz (2003) A cerâmica comum das villae romanas de São Cucufate (Beja), Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Poux, Mattieu, Brun, Jean-Pierre e Hervé-Monteil, Marie-Laure (coord.) (2011)

   La vigne et le vin dans les trois Gaules, *Gallia Archeologie de la France Antique*, Tome 68.1, Paris: CNRS.
- ROBIN, Laudine (2015) Vidro, in COIXÃO, António de Sá, SILVINO, Tony e PEREIRA, Pedro, *Relatório de progresso da intervenção de Vale do Mouro (Coriscada, Mêda)* (Policopiado).
- Robin, Laudine (2017) Vidro, in Silvino, Tony e Pereira, Pedro, *Relatório do projecto de investigação sobre a ocupação humana em torno da aldeia de Pegarinhos (Alijó)*, Porto, pp. 53-57.
- Rodrigues, Miguel Areosa (2007) Olarias e oleiros no Leste Transmontano, in *Fórum Valorização e Promoção o Património Regional. Actas das Sessões*, ACDR de Freixo de Numão / Parque Arqueológico do Vale do Côa, pp. 16-35.
- Rolo, Mónica (2015) A necrópole romana da Rouca (Alandroal, Évora), in Branco, Gertrudes, Rocha, Leonor, Duarte, Cidália, Oliveira, Jorge de, Bueno-Ramírez, Primitiva (ed.), *Arqueologia de Transição: O Mundo Funerário*. Actas do II Congresso Internacional Sobre Arqueologia de Transição, Évora: CHAIA Centro de História de Arte e Investigação Artística, pp. 146-153.
- Rolo, Mónica (2018) O mundo funerário romano no Noroeste Alentejano (Portugal): o contributo das intervenções de Abel Viana e António Dias de Deus, Lisboa, Universidade de Lisboa (tese de doutoramento).

- QUARESMA, José Carlos (2012) Economia antiga a partir de um centro de consumo lusitano, Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.
- SILVINO, Tony e COIXÃO, António do Nascimento Sá (2008) Rumansil I (Murça do Douro, Portugal): deux fours de potiers des IIIe-IVe s. ap. J.-C. dans la vallée du Douro, in *SFECAG Actes du congrès de L'Escala-Empuries*, Marselha: Société Française d'Étude de la Céramique Antique en Gaule, pp. 633-642.
- SILVINO, Tony, PEREIRA, Pedro e COIXÃO, António do Nascimento Sá (2014) Le faciès céramique d'un établissement rural dans le nord de la Lusitanie: l'exemple de la villa du Vale do Mouro (Coriscada, Portugal). Premier bilan, in Morais, Rui, Fernandez, Adolfo e Sousa, Maria José (dir.), As Produções cerâmicas de imitação na Hispania. Actas do II Congresso Internacional da Sociedad de Estudios de la Cerámica Antigua en Hispania, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Sociedad de Estudios de la Cerámica Antigua en Hispania, pp. 883-900.
- SILVINO, Tony e Pereira, Pedro (2017) Relatório do projecto de investigação sobre a ocupação humana em torno da aldeia de Pegarinhos (Alijó), Porto.
- SIMÕES, Maria Helena (1986) Vidros Romanos do Museu de Castelo Branco, Conimbriga, XXVII, pp. 143-152.
- Tchernia, André, Poux, Matthieu e Brun, Jean-Pierre (dir.) (2010) Le Vin. Nectar des dieux, génie des hommes, Paris: Infolio.
- Van Der Werff, Jacobus Hermanus (1982) *Uzita. Matériel de fouilles d'une cité antique en Tunisie centrale*, Utrecht: Pressa Trajectina, 2 vol.



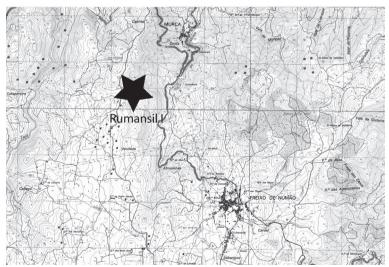


Fig. 1 – Localização de Rumansil I.

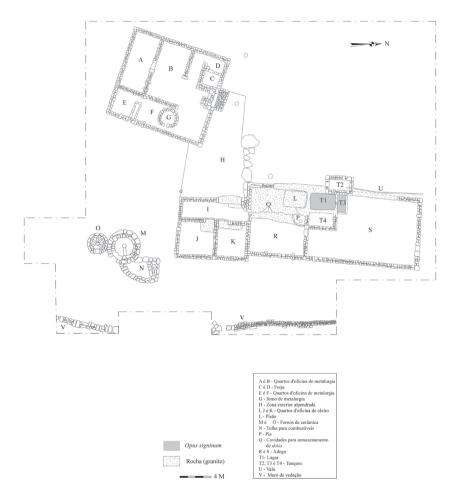
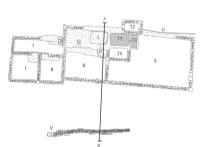


Fig. 2 – Rumansil I. Planta do sítio e interpretação dos espaços.



\_\_\_> N

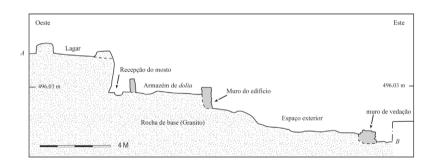


Fig. 3 – Rumansil I. Planta e corte da cella vinaria.



Fig. 4 – Rumansil I. Fornos cerâmicos.



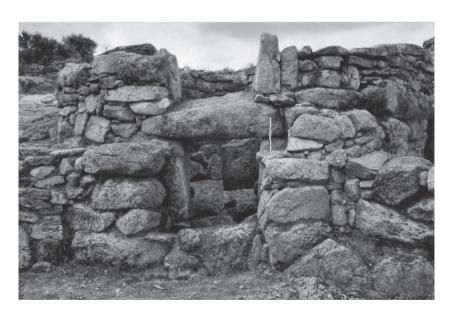
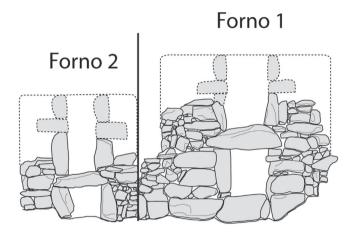


Fig. 5 – Rumansil I. Fornos I e II.



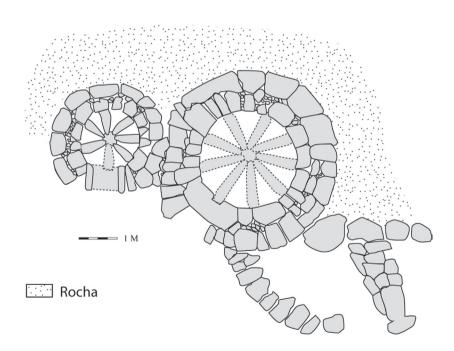


Fig. 6 – Rumansil I. Planta e alçados dos fornos cerâmicos.





 $Fig.\ 7-Ruman sil\ I.\ Interior\ dos\ fornos\ cerâmicos.$ 

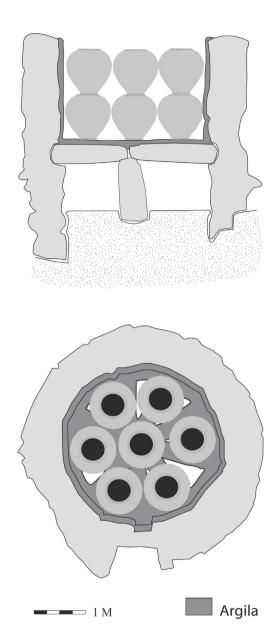
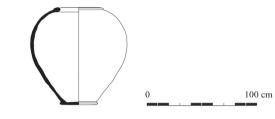


Fig. 8 – Rumansil I. Restituição funcional do forno II.



1 - Dolium completo

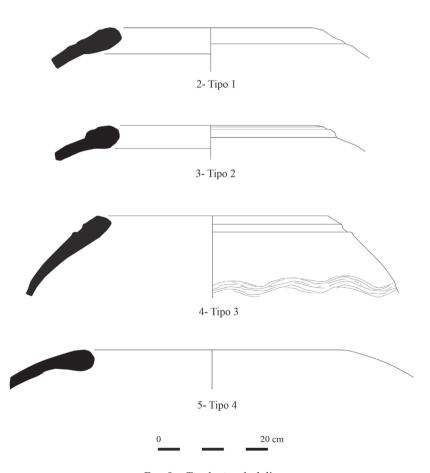
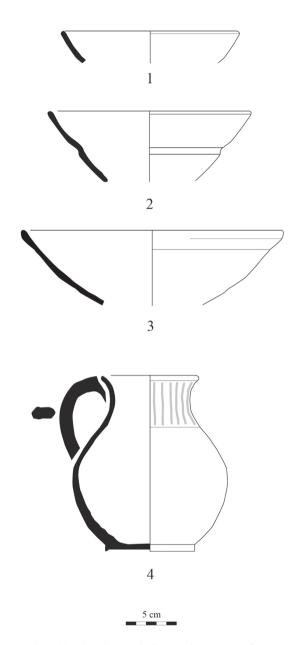


Fig. 9 – *Tipologias de* dolia.



 ${\bf Fig.}\ 10-Tipologias\ de\ formas\ de\ cerâmica\ fina.$ 

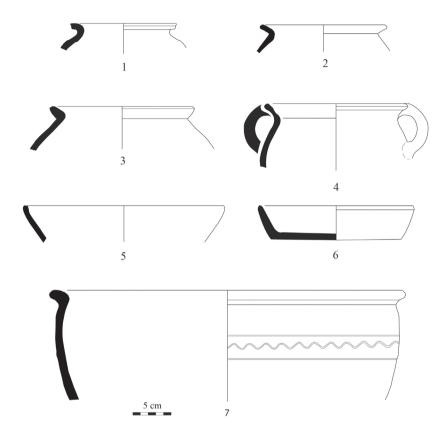


Fig. 11 – *Tipologias de formas de cerâmica comum.* 

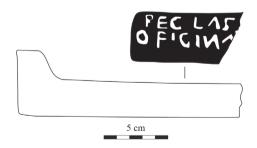
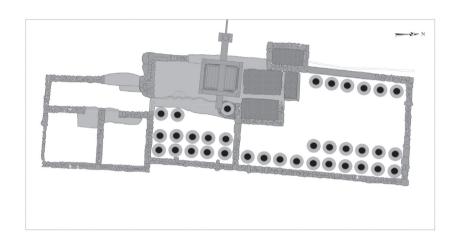


Fig. 12 – Tegula estampilhada.



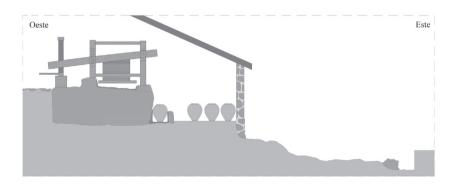


Fig. 13 – Rumansil I. Restituição da cella vinaria.

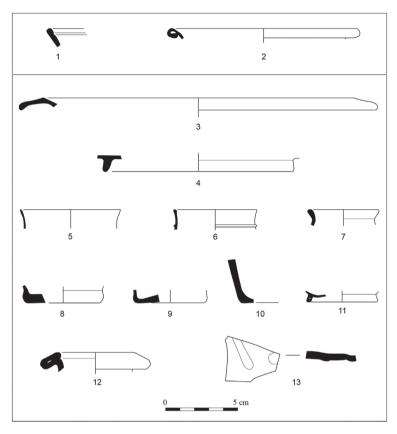


Fig. 14 – *Tipologias de material vítreo*.

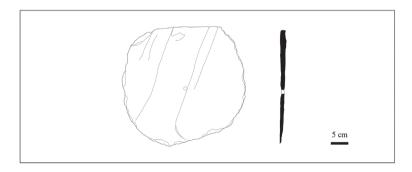


Fig. 15 – *Tampa de* dolium.

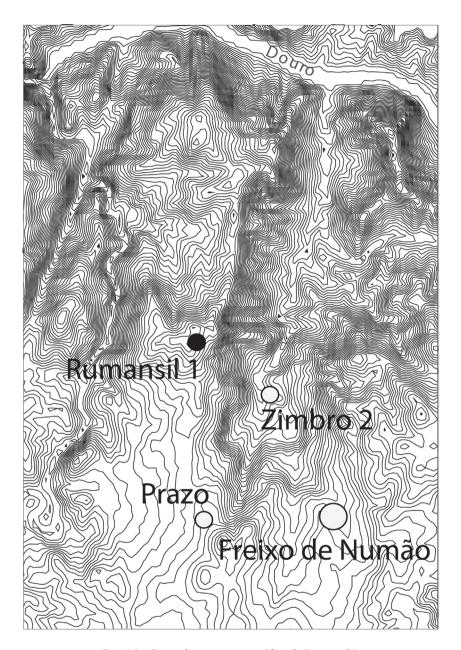
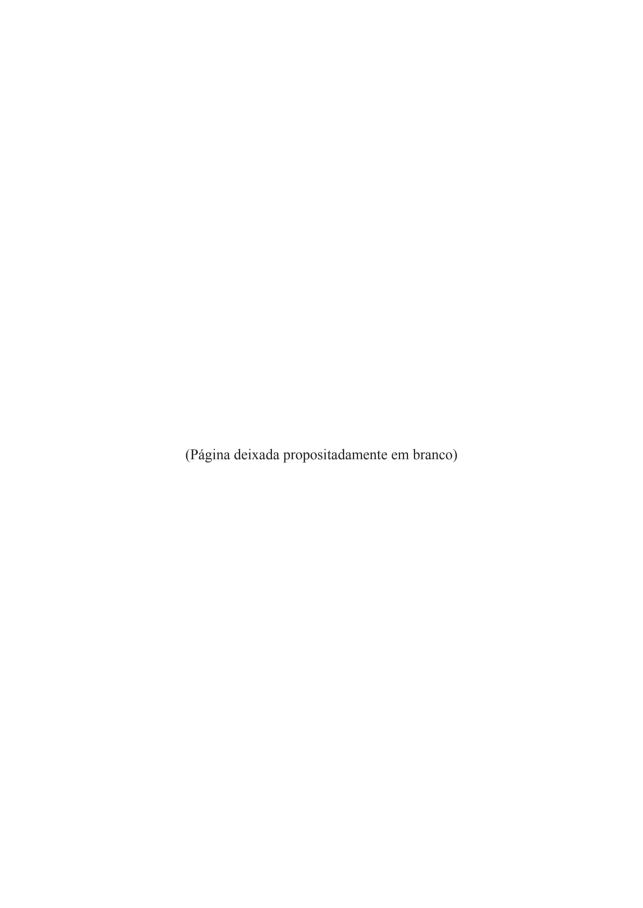


Fig. 16 – Enquadramento topográfico de Rumansil I.



Alberto Bolaños-Herrera *Universidad Autónoma de Madrid* alberto.bolannos@uam.es https://orcid.org/0000-0001-7908-8874

# EL *CARMEN* EPIGRÁFICO DE PARREITAS O LOS PECIOS DE UN NAUFRAGIO EN LA ALBUFERA DE LA PEDERNEIRA

THE EPIGRAPHIC *CARMEN* FROM PARREITAS OR THE WRECKAGES FROM A SHIPWRECK AT THE PEDERNEIRA LAGOON "Conimbriga" LIX (2020) p. 113-131

https://doi.org/10.14195/1647-8657\_59\_4

Texto recebido em / Text submitted on: 30/06/2019 Texto aprovado em / Text approved on: 12/12/2019

RESUMEN:

En la primera década de este siglo y en el contexto de las excavaciones del sitio arqueológico de Parreitas (freguesía de Bárrio) se encontraron dos fragmentos de una inscripción latina, el único testimonio escrito del yacimiento. El léxico inusual que presentaba llevó a su primer y único editor, A. Guerra, a deducir sagazmente que se trataba de los restos de un *carmen Latinum epigraphicum* (*CLE*). El presente trabajo propone una nueva visión de la pieza a partir de una metodología que combina criterios epigráficos y filológicos; se proporcionan observaciones adicionales sobre su soporte físico y una profunda revisión de la edición del texto, fruto del estudio métrico y de sus posibles paralelos epigráficos y literarios. Estas nuevas apreciaciones conducen a proponer una nueva interpretación, que apunta al epitafio de un náufrago.

PALABRAS CLAVE: Epigrafia latina; Lusitania; Alcobaça romana; conventus Scallabitanus; naufragio.

Conimbriga, 59 (2020) 113-131

ABSTRACT: In the first decade of this century in the context of the excavations of the archaeological site called Parreitas (*freguesia do Bárrio*), two fragments from a Latin inscription were found, being the only written document from this place. The preserved words, not belonging to the usual epigraphic vocabulary, leaded sagaciously to his first and only editor at the moment, A. Guerra, to classify these fragments as a part of a *carmen Latinum epigraphicum* (*CLE*). This paper shows new aspects of the inscription based on a methodologic approach combining epigraphic and philological criteria; additional observations about the scriptural support are provided; also a deep revision of the edited text, result of the study of metrics and its suitable epigraphic and literary fonts. This new evaluation leads to us to suggest that the inscription could be interpreted as an epitaph belonging to a person died in a shipwreck.

KEYWORDS: Latin Epigraphy; Lusitania; Roman Alcobaça; conventus Scallabitanus; shipwreck.

# EL CARMEN EPIGRÁFICO DE PARREITAS O LOS PECIOS DE UN NAUFRAGIO EN LA ALBUFERA DE LA PEDERNEIRA

### 1. Preámbulo

Descendiendo por el camino del Valado dos Frades, al norte de la *freguesía* de Bárrio (*concelho* de Alcobaça) se encuentra el sitio arqueológico de Parreitas. Aunque las excavaciones comenzaron de manera sistemática en 1980, hacía casi un siglo que se venía señalando la presencia de vestigios romanos en la zona (cf. BARBOSA, 2008: 14). Los restos que han visto la luz parecen corresponder a una *villa*, en el contexto de un *vicus* o área poblacional de pequeñas dimensiones (cf. ibíd.).

A pesar de la cantidad de materiales hallados, sólo surgió entre ellos una fuente textual, una inscripción latina en verso. La pieza fue dada a conocer por el profesor A. Guerra en el año 2008; fue localizada "en una situación estratigráfica [...] poco esclarecedora", procedente "de depósitos que presentan una amplia cronología" (cf. ibíd. 46).

Desde esta primera edición no se ha realizado otro acercamiento al texto, que resulta en extremo complejo, dada la fragmentariedad del testimonio. De este modo, es posible aún hacer ciertas apreciaciones sobre todos los aspectos de la inscripción: desde sus características físicas – esencialmente lo que toca a la compaginación – hasta una propuesta de interpretación de las secuencias conservadas, que sucede, claro está, en el terreno de la más absoluta hipótesis, algo que acontece siempre que nos enfrentamos a un documento tan maltrecho como el que nos ocupa.

# 2. Consideraciones adicionales sobre las características físicas del documento

Su anterior y único editor elaboró un minucioso trabajo en el que describía todas las características físicas de la inscripción. No es nuestra intención recorrer de nuevo el camino ya andado, sino que volvemos en lo esencial sobre la descripción de éstas a partir del trabajo de GUERRA – dada la imposibilidad de localizar el documento la , intentando arrojar algo de luz sobre algunas cuestiones relacionadas con el soporte.

Se trata de una placa de mármol rosado – "probablemente de la región de Lisboa" – de 2 cm de grosor, de la que se conservan dos fragmentos que casan entre sí (Fig. 1), que alcanzan los 19,1 cm de alto y 9,6 de ancho. Ha perdido todos sus lados a excepción del superior, del que queda parte en el fragmento izquierdo.

El módulo de las letras es reducido, no llegando a 1 cm, lo que delata que el epígrafe — una inscripción funeraria, como defenderemos más adelante — fue concebido para ser instalado a la altura de los ojos. Su editor precedente se sorprendía con razón de tan exiguo tamaño en los caracteres; no obstante, se trata de algo habitual entre los *CLE*, en los que muy a menudo se alternan unas líneas en prosa con los datos denotativos básicos del difunto (nombre, filiación, edad, comitente, ..., cf. Colafrancesco, 1985-1986, esp. 297), con otras en verso, que se distinguen por el tamaño de la letra (cf. Del Hoyo, 2002: 158-159), habitualmente mayor en la prosa que en el *carmen* (cf. Limón, 2014: 96-97).

El poco texto que nos ha llegado deja ver una distribución en dos columnas, de las que quedan el final de 10 líneas de la izquierda y el comienzo de otras 8 de la derecha, si bien pertenecientes a alturas diferentes del documento. Es cierto, como comentaba el profesor GUERRA, que fuera del ámbito de la epigrafía jurídica, la compaginación del texto en más de una *pagina* es algo poco frecuente; no es, sin embargo, por ello del todo inusitado entre las inscripciones métricas, sobre todo en casos de largos elogios, para los que el soporte pétreo ofrece serias

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> No hay ninguna mención de lugar donde fue depositada la pieza tras su descubrimiento, tampoco en el trabajo de GUERRA. Tras ponernos en contacto con el Museu Monográfico do Bárrio (Alcobaça), no hemos recibido respuesta afirmativa sobre su conservación en sus instalaciones. Agradecemos desde estas líneas los desvelos del profesor J. d'Encarnação, por intentar localizar la inscripción.

limitaciones. Un ejemplo prototípico lo constituye el célebre epitafio romano de *Allia Potestas* (Fig. 2), en el que no por menos podemos dejar de observar también la distinción que se hace entre la prosa y el verso mediante la altura de las letras que antes comentábamos.

Como definió GUERRA, las secuencias conservadas en el fragmento izquierdo se corresponden con el final de hexámetros dactílicos, de modo que se ha respetado la unidad de los versos en la compaginación del texto, algo frecuente en los *CLE* (cf. DEL HOYO, 2002: 153). Ciertamente se trata de una composición de una extensión poco frecuente: de haberse conservado completa, estaríamos ante la inscripción en verso más larga de la Península Ibérica. Nada hace pensar que ambas columnas no fueran en todo simétricas, como así se puede apreciar en los dos fragmentos conservados, por lo que en la *pagina* izquierda hemos perdido al menos 3 versos por su parte inferior, y en la derecha con certeza otros 5, resultando un poema de no menos de 26 versos.

Ahora bien, a pesar de que los dos fragmentos conservados se corresponden con la parte central de la placa, y que en el borde superior hay un espacio anepígrafo de 4,8 cm, no queda ni rastro de un esperado praescriptum en prosa antecediendo al carmen. Esto se debe seguramente a que la prosa aparecía en forma de subscriptum, i.e., siguiendo al texto en verso. Ésta es una compaginación menos común que la primera, pero perfectamente normal (cf. LIMÓN, 2014: 95-97), como se puede comprobar en el fragmento de un CLE funerario procedente de Astigi (Écija), por poner algún ejemplo procedente de la epigrafía hispana (Fig. 3).

La letra es una capital libraria de *ductus* muy estilizado, en el que los trazos horizontales son cortos y apenas arañados en la superficie. Tanto así que resulta en algunos casos complejo descifrar si nos encontramos ante una L, una I, una E o una T, que pueden llegar a confundirse debido a los remates en forma de cuña de los extremos de los trazos verticales.

El profesor GUERRA atribuía su ejecución "al mundo tardorromano", de acuerdo con "la cronología de las estructuras romanas" halladas en el yacimiento de Parreitas. En este caso la paleografía nos ofrece argumentos sólidos para afinar la datación de la pieza: este tipo de letra fue muy utilizada en la escritura epigráfica de la península ibérica en las postrimerías del siglo II y durante todo el siglo III.

### 3. En torno al texto. Nueva edición comentada

Respecto a la edición del texto propiamente dicha presentamos algunas restituciones y enmiendas al texto, que proponemos respetando el esquema métrico y según la tradición poética misma de los *CLE*<sup>2</sup>:

```
Pagina a
          [|n||n||n|] is et crescere [|-]
           [ | n | | n | ] itamque umidus A[uster?]
           [ | n | | n | ] in [ | n | ] and triste prof[] \sim ]
           [ | n | | n | | n | ] m cautibus hae [ret]
   5
           [In |In |In |or saetaque tre[mente?]
           [I \cap |I \cap |I \cap |I / k si] mul induit h[ui]us
           [| n | | n | | n | | kk]++eret
           [In |In |In |In |I] dus in undas
           [\ln |\ln |\ln |\ln |k| v/r]igore
           [In |In |In |In |Ikk|I]ve
   10
           [\ln |\ln |\ln |\ln |\ln |kk|] \sim ] (ter)
Pagina b
          [\ln |\ln |\ln |\ln |] \times [\ln |\ln |] (quinquies)
           +[| n || n || n || kk|| ~]
           non [n || n || n || n || kk|| ~]
           increpit + [| n | | n | | n | | kk| | -]
           hoc\{c\} agite, o[n||n||n||kk||-]
           ite citi, fer+[| n || n || kk|| ~]
   15
           robora\ vi[n||n|||n|||kk||-]
           dum per[|n||n||n||kk||-]
           [-2-]++egi[n||n||n||kk||-]
```

2  $umidus + Guerra \parallel 3 pros[---] Guerra \parallel 4 [---- i] n Guerra \parallel 5 [---] or saetaque tr+ Guerra \parallel 6 h[-c.3-]us Guerra \parallel 7 + eret Guerra \parallel 8 inundas Guerra coni. <math>\parallel$  14  $hocc\ agi\ te+[---] Guerra \parallel 15\ ite(m?)\ ciet\ Guerra \parallel 16\ robor\ au+[---] Guerra \parallel 18\ [-c.2-]+eg[---] Guerra.$ 

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Como es frecuente en la edición de textos epigráficos en verso, completamos las lagunas del soporte con la secuencia métrica de las palabras perdidas en lugar de con el convencional signo para identificar un número indeterminado de letras ([---]), que, en esencia, no aporta nada a la mejor comprehensión de las dimensiones originales de la inscripción.

En lo que toca al texto de la columna a, las principales aportaciones al texto se centran en la reintegración de las secuencias perdidas a final de cada línea.

Las restituciones más sencillas son las de los versos 4, 5 y 6, para las que el esquema métrico y el léxico del latín dejan poco lugar a dudas: para el verso 4 no existe otra opción que no sea la del verbo *haerere*; si bien hemos adoptado la forma personal del presente a partir de la forma *induit* de la sexta línea, también podría tratarse de un participio *haerens* o, incluso, del perfecto *haesi(t)*, toda vez que desconocemos la persona y el tiempo en el que se desarrolla el discurso. En la fractura quedan restos de una M, de la que se ve aún el ángulo central, y no de una N como se había editado, [i]n; el verbo *haerere* rige dativo sin preposición.

En el verso 5 es mejor leer *saetāquě trē*[l ~] que *saetăquě trē*[~], asegurando de este modo la posición de la cesura heptemímera. Así pues, esta línea habría perdido por el final un trisílabo de comienzo yámbico: una forma de participio del verbo *trěmo* es casi la única oportunidad en este sentido, seguramente en ablativo en una construcción absoluta con *saetā* (cf. *infra*).

Igualmente, la H ante la fractura y el final en -VS limitan notablemente las alternativas para la línea 6. Las letras de la línea 8 no ofrecen lugar a dudas de que sólo dos letras pueden ocupar la laguna: las únicas formas latinas que pueden completar el verso son hāmus ("anzuelo") y hūius, de las que la primera carece de todo sentido como sujeto de *induit*, por más que en el verso anterior aparezca la palabra *saeta*, que en el contexto que describiremos parece referirse a un bramante utilizado como "sedal" (cf. *OLD s.v.* "*saeta*", 2a p. 1677).

En el verso 2 sólo un bisílabo que comience por *h* o vocal puede completar el hexámetro tras *umidus*; en la fractura observamos con claridad un trazo que asciende en diagonal hacia la derecha, i.e., una A. Para esta secuencia la literatura en hexámetros de autor conocido ofrece dos cláusulas: *u. Auster* (Verg. georg. 1,462), y *u. aër* (Luc. 4,71 y Ov. *met.* 7,188). Del mismo modo, el reintegro del final del verso 8 parece inspirado en Ovidio: *alter, ad intortos cupiens dare bracchia funes, / bracchia non habuit, truncoque repandus in undas / corpore desiluit* (cf. *met.* 3,679-681).

Una última corrección en esta *pagina* toca a la línea 3: el anterior editor observaba con agudeza que en la fractura se conserva el remate en forma de cuña de una letra, que atribuía a una S; no obstante, este remate se encuentra bajo la línea de escritura, y las únicas letras que la

sobrepasan son la F y la Q – ésta hacia la derecha. La cláusula podría haber sido tomada de nuevo de un autor conocido (cf. *t. profatu*, SIL. 17,176, *imi sortitus t. profundi*. Iuv. 13,49), sin que su restitución a partir de los testimonios recabados nos ofrezca ninguna garantía.

En la columna b hemos enmendado la secuencia editada anteriormente para la línea 14, *hōcc ăgī te*. Ésta proporcionaba un nada deseable crético para el comienzo del hexámetro. Con certeza la doble C es fruto de un descuido del lapicida, toda vez que el latín desconoce la secuencia CAG – como comienzo de palabra. En su lugar, una división *hōc ăgĭtĕ* ayuda a la corrección del verso. El resto de letra redonda que queda en la fractura sólo puede corresponder a una *o* de cantidad larga, habida cuenta de la necesidad de eliminar mediante sinalefa la última ĕ para mantener el ritmo dactílico, del mismo modo que sucede en el inicio de un hexámetro de Juvenal: *hoc agite, o iuvenes!* (7,20).

La anterior forma plural del imperativo nos llama a pensar que la conjetura  $it\bar{e}(m)$   $ci\bar{e}t$  fer- de Guerra para la línea, que en nada respeta el ritmo dactílico, no es necesaria. Así las cosas, tampoco se puede persistir en la forma ciet, cuyo encaje sintáctico con un imperativo es cuanto menos complicada. Volvemos sobre la dificultad para distinguir entre diferentes letras, que en este caso ha hecho vacilar la lectura, cuando lo que verosímilmente se lee es ite citi, fer-, como sucede en el hexámetro de Ovidio (cf. met. 3,562) y de Silio Itálico (cf. 1,568 y 571 y 7,101).

De la misma forma, la secuencia  $r\bar{o}b\check{o}r\check{a}$   $v\bar{i}$ - ayuda a obtener un mejor inicio de verso, considerando que la mayor parte de las palabras que en latín comienzan por avi- proceden de la raíz de  $\check{a}v\check{i}dus$ ,  $\check{a}v\check{i}a$  o  $\check{a}v\check{i}s$ , que, tras la vocal larga inicial proporcionaría tres sílabas breves seguidas.

# 4. Apuntes para una posible interpretación

Estas propuestas no sólo responden a una necesidad de buscar una mejor adecuación a la forma métrica y a la corrección gramatical, sino que contribuyen a una interpretación coherente del texto en su conjunto. No obstante, a pesar de las pocas palabras conservadas, un estudio en profundidad permite sacar algunas conclusiones certeras.

Se trata, según nos parece, de un *carmen* funerario: el reducido tamaño de la letra invita a pensar que la inscripción se encontraba a la altura de los ojos, como apuntamos, probablemente pensada para ser

colocada en un mausoleo. Es más, el tono impresivo que predomina en los versos 14 y 15 (*agite*, *ite*) recuerda a las interpelaciones que desde los *CLE* se hacen a los caminantes al final de los poemas despachándolos o pidiéndoles un último favor antes de marchar<sup>3</sup>.

No obstante, el adjetivo *citi* que recuperamos para el verso 15 bien podría formar parte de las advertencias que desde la tumba se hacen a los vivos sobre la brevedad de la existencia humana (cf. Brelich, 1937: 49-50; Lattimore, 1962: 256-257; Hernández Pérez, 2001: 265-274), un motivo literario que se encuentra en el horizonte poético de la Lusitania, según se puede leer en un *CLE* procedente de Beja: *i, potius propera, nam / [tu l]egis, ipse legeris* (1553,11<sup>4</sup>).

De manera lógica, este motivo se encuentra en la parte final del hilo narrativo de los poemas en los que aparece, de manera que es razonable pensar que el *carmen* no excedería en mucho los 26 versos arriba descritos.

Por su parte, las secuencias de la columna a) resultan en todo interesantes, en tanto que escapan de la lengua habitual de los *CLE*, que, a grandes rasgos, responde a las convenciones del epigrama funerario griego (cf. LIER, 1903: esp. 446).

Se trata de una larga composición, y esto la hace por fuerza detallada; una de las razones que bien puede propiciar el alejamiento del léxico y los motivos recurrentes de la poesía epigráfica funeraria es que se nos esté relatando un episodio particular, unas circunstancias mortales precisas, lo que venimos a denominar una *mors singularis*. Una sesuda reflexión en torno a estos retazos de versos nos ha llevado a identificar en ellos algunos puntos en común con el tema del naufragio en la literatura clásica.

No es ni mucho menos frecuente encontrar una mención pormenorizada de las causas de la muerte entre los epitafios romanos, ya sean éstos inscripciones sepulcrales en verso o en concisa prosa. Aún mucho menos referencias explícitas sobre naufragio: conservamos un pequeño grupo de inscripciones que se hacen eco de la ruina de una embarcación como causa del fallecimiento dispersas por todo el Imperio (cf. García *et alii*, 1999:

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Cf. vade, age, nunc hospes, qua te via ducit euntem (CLE 1310,5); ite mei sine me, ad meos ite. / dic, rogo, praeteriens hospes: / sit t(ibi) t(erra) / levis et moliter ossa quiesc(a)nt (CLE 479,7-9); vos ite placidi, tu levis ossa tegas (CLE 1043,3).

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Sobre esta inscripción véanse los trabajos más recientes de D'ENCARNAÇÃO (*IRCP* 270) y de PENA-CARBONELL (2006).

480-481; DI STEFANO MANZELLA, 1999: 102). Resulta complejo saber si se tratan de cenotafios o no: es probable que el epitafio lionés de *Aufidius Militaris* (*CIL* XIII, 2070), *per amnem Arar subito casus abreptus*, atestigüe bajo la fórmula *hunc tumulum posuit*, que hacen constar sus cuñados *Lucius Ignius Charito* y *Claudianus Dulcitius*, que su cuerpo pudo ser recuperado de la Saona; se trata, claro está de un naufragio en el mismo puerto urbano o cerca de éste. Igualmente es posible que *Scema Liccanus* muriera cerca de tierra, y que el *flumen* que de manera genérica se menciona en su epitafio (*CIL* III 3224) sea el Danubio, que baña la ciudad de *Bassianae*, donde se encontró la pieza. Más extraño sería que *Lucius Maecius Tertius* hubiera sido repatriado desde las bocas del Tíber, donde falleció ahogado, hasta Saint-Thomas-en-Royans (Drôme), lugar del hallazgo de su inscripción (*CIL* XII, 2211 = *ILN* V, 2,337).

La narración detallada de un naufragio tampoco es habitual en la literatura epigráfica, y los testimonios son poco explícitos al respecto. Tal es el caso de Marcus Allius Firminus, naufragio obitus... cuius membra consumsit maris per se (CIL III, 1899 = CLE 826)<sup>5</sup>. En el puerto de *Odessus* (Varna, Bulgaria) un comitente, cuyo nombre no ha llegado a nosotros, relata en verso un naufragio en el mismo puerto a orillas del Mar Negro (DI STEFANO MANZELLA, 1999: 79-92). Sin embargo, aunque parece haberse hecho cargo de los marineros muertos durante la tragedia ([con]doluit miseris, lín. 8), lo que busca mediante esta inscripción es glorificarse a sí mismo por la retirada del farallón que ocasionó el desastre (obiectaque scrup[ea dempsit], ibíd.), y la restauración integral del embarcadero, que quedó, en sus propias palabras, seriamente dañado<sup>6</sup>. De vuelta a las Galias, en Lyon, un epitafio fragmentario nos ha legado el testimonio de un naufragio que acabó con la vida de varias personas: [pe]r mare Romam p[et|i]t albeus insontis | plures in Tartaro | misit (CIL XIII, 2315 = CLE 645 $^{7}$ ). Sin salir de la región de Lyon, es

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Le sigue un hexámetro casi correcto, *quot nomen praestat suisq(ue) dolorem*. La línea anterior, aunque en prosa, se encuentra lejos de la lengua formular de la epigrafía funeraria y debe situarse en el ámbito de una "prosa afectiva" (cf. MASSARO, 2012), con cierta pretensión literaria.

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Lín. 9-12: [rettu]lit in melius hanc, Eusebi, cura r[uinam]: / [sarsit li]men amissum et reddidit usu[i navium]. / [Munera pos]teritas ne haec oblivisc[atur, stet] / [hic lapis aeternu]m mansurus i[n aecum inscriptus].

 $<sup>^{7}</sup>$  El texto y su interpretación como tal procede, no obstante, de la lectura de Rougé, 1982 (= AE 1982,710).

posible que los fragmentos de un poema epigráfico encontrados en Anse (Rhône), que se asienta a los pies de un meandro del Ródano, puedan hacer referencia a que el *geminatum funus* que allí se describe se produjera a causa de un naufragio (BERARD, 1992 = *AE* 1992,1237)<sup>8</sup>.

Seguramente bajo las menciones genéricas a la muerte en un lugar extranjero<sup>9</sup>, que aparecen a menudo en los textos epigráficos, subvacen fallecimientos producidos en estas circunstancias. En este sentido MAYER (2014: 158-166) analiza diversas inscripciones de la ciudad costera de Dertosa (Tortosa) que bajo la construcción peregre defuncto/a esconderían muertes en el mar. El caso más seguro es el de Aulus Caecilius Cubicularius (CIL II, 4065 = CIL II<sup>2</sup> 14,800) en cuya estela aparece el relieve de un bajel (Fig. 4). Se trata probablemente de un liberto, de cuyas funciones como esclavo podría proceder su cognomen, casado con otra liberta, Porcia Euphrosyne, que le dedica el monumento. Aunque no se puede descartar una función mágica de la barca asociada a la idea del tránsito hacia el más allá – como el propio MAYER recuerda –, no se trata de una decoración frecuente en la región, v. quizá esté dando cuenta de la profesión del difunto. Ahora bien, es imposible saber si más allá de haber muerto lejos de su casa lo hizo en el mar o tras haber tocado tierra.

Por el contrario, el tema goza de una larga tradición en la épica clásica: todo héroe que se precie ha sobrevivido a las calamidades de los viajes marítimos: Odiseo los contó por tres los naufragios (Hom. *Od.* ε 291-332; μ 407-425; ξ 301-314); también Eneas sus penalidades contra los elementos en el mar (VERG. *Aen.* 1,81-122; 3,192-204; 5,8-11). En las *Metamorfosis* de OVIDIO son protagonistas de naufragios Ceice (11,477-572), y, aunque forzosamente, los piratas compañeros de Acetes (3,582-691). El César de LUCANO es también víctima de serios problemas contra los elementos en medio del mar (5,560-672). HERESCU encontró en algunos de estos episodios motivos que eran una constante en ellos (1932: esp. 120-121). Se trata de la sucesión de hechos que de manera lógica conducen a la ruina de una embarcación en mar abierto. No en todos los pasajes citados aparecen en su totalidad, y, claro está,

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> Las tres primeras líneas de texto conservado parecen presentarnos una contraposición entre una situación ocurrida en un medio acuático con la realidad del monumento funerario, quizá dejando entrever que se trata de un cenotafio: [---] nav[is fe]lices procindens [---] | liquores hic igitur tumulus | geminato funere consta[t].

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> Sobre este motivo en los *CLE* cf. LATTIMORE, 1962: 199-202.

tampoco cabría esperar que así sucediera en un *carmen* epigráfico, cuya extensión está siempre limitada por el soporte. No obstante, a partir de las pocas palabras conservadas en nuestra inscripción nos parece poder observar la misma cadena de acontecimientos.

a) La concatenación de circunstancias que sigue el tema del naufragio en la literatura antigua se inicia con el enrarecimiento del tiempo, en el que el envite de los vientos juega la primera mano. El Auster es una corriente de aire que sopla desde el suroeste, también llamado Africus por su procedencia geográfica, que muy a menudo aparece de manera genérica en lugar del *Notus* – propiamente el viento del sur – y a veces en su compañía. Actúa fundamentalmente al final de la estación estival y es tenido proverbialmente como portador de las lluvias otoñales y del descenso de las temperaturas asociado a esta época. He aquí que, además de umidus, recibe multitud de epítetos de acuerdo con estas cualidades: nigerrimus (VERG. georg. 3,278), nubilus (Stat. Theb. 11,520 y silv. 3,3,96, Prop. 2,16,56), hibernus (Tib. 1,1,47, Tac. ann. 6,33,3), imbricus (Plaut. Merc. 876), etc. Por ello, se le considera un mal presagio para la navegación<sup>10</sup>, y aparece en compañía de la personificación de otros vientos de manera habitual en escenas de naufragio<sup>11</sup>.

En la Península Ibérica es conocido como el ábrego (< Africus), una corriente de aire llovediza que se forma en la región atlántica, entre el archipiélago canario y las Azores, también conocido como airín de les castañes en asturleonés, que denota la época del año en el que registra mayor actividad. Al igual que su ancestro latino, su mala fama entre la marinería le precede<sup>12</sup>.

 $<sup>^{10}</sup>$  Μηδὲ μένειν οἶνόν τε νέον καὶ ὀπωρινὸν ὄμβρον / καὶ χειμῶν' ἐπιόντα Νότοιό τε δεινὰς ἀήτας, / ὅστ' ὥρινε θάλασσαν ὁμαρτήσας Διὸς ὅμβρ $\phi$  / πολλ $\phi$  ὀπωριν $\phi$ , χαλεπὸν δέ τε πόντον ἔθηκεν (Hes. *Op.* 674-677).

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> ... Oronten, / quos simul ab Troia ventosa per aequora vectos / obruit Auster, aqua involvens navemque virosque (Verg. Aen. 6,334-336); quantumque rapit violentia ponti, / et Notus et Boreas et inexorabilis Auster / cum mergunt plenas tumefacta sub aequora classes (Sil. 16,96-98); sic ubi diversis maria evertere procellis ... / illinc niger imbribus Auster, / pulsa dies regnantque hiemes (Stat. Theb. 5,704-706).

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> Agora vedes bem que, cometendo / o duvidoso mar num lenho leve, / por vias nunca usadas, não temendo / de Áfrico e Noto a força, a mais se atreve, escribía Luis de Camões en Os Luisiadas (1,27), todavía utilizando su nombre latino.

Desde el punto de vista interpretativo es irrelevante si se debe leer A[uster] o a[er] en la cláusula de este verso, en tanto que éste segundo bien se puede referir a la misma realidad: vacat imbribus Arctos et Notos, in solam Calpen fluit umidus aer<sup>13</sup> (Luc. 4,70-71).

Con arreglo a esta línea, se podría restituir para el primer verso *c.* [ventos] (cf. Aetna 311), o *c. fluctus*<sup>14</sup>.

- b) El adjetivo *triste* del tercer verso bien podría estar relacionado con el motivo de la "desesperanza del náufrago", que HERESCU identifica en diversas escenas de siniestros.
- c) El acercamiento a unos farallones (*cautibus hae[ret]*) preconiza en tanto "la ruina de la embarcación"<sup>15</sup>. Podría ser que el hundimiento se hubiera producido durante unas labores de pesca, de lo contrario sería difícil explicar el significado de *saeta* en esta composición. En este sentido aparece otro sedal trémulo en MARCIAL<sup>16</sup>. Si bien nos hemos dejado guiar por el verso del poeta hispano y hemos preferido entender que lo que temblaba era el bramante, el estado tan fragmentario del texto impide que se descarten otras posibilidades, y que *tremens* se refiera al/a los tripulante/es de la embarcación naufragada<sup>17</sup>.
- d) Por último, "la lucha del náufrago contra los elementos" está representada en el verso 8, para nuestro protagonista, que a dife-

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> Esto es, un Noto que excepcionalmente no trae lluvia, pues deja el cielo despejado de manera que se puede ver la constelación de la Osa Mayor (*Arctos*), no por ello pierde una de las principales características, la humedad.

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> incubuere mari, totumque a sedibus imis / una Eurusque Notusque ruunt creberque procellis / Africus, et vastos volvont ad litora fluctus (VERG. Aen. 1,84-86).

<sup>15 ...</sup> sed tertia moles / haesit et ad cautes adducto fune secuta est ... / huc fractas Aquilone rates summersaque pontus / corpora saepe tulit caecisque abscondit in antris, (Luc. 4,452-453 y 456-458). El pasaje no trata exactamente un naufragio, sino el intento de fuga en unas raquíticas barcazas de las tropas cesarianas acorraladas en la costa iliria. Una de estas embarcaciones sucumbió a la artimaña urdida por los cilicios que acompañaban a las tropas de Pompeyo, que acorraló a una de las balsas de los soldados de César en un lugar cavernoso descrito como el autor de muchos naufragios.

 $<sup>^{16}</sup>$  ... plenas explicuisse plagas / et piscem tremula salientem ducere saeta (1,55,8-9).

 $<sup>^{17}</sup>$  ... tantum nautae videre trementes / fluctibus e summis praeceps mare (Luc. 5,639-640).

rencia de los héroes de la poesía épica parece no haber encontrado un feliz desenlace. En el ambiente que describe el poema no parece descabellado incluir el paralelo de OVIDIO, [repan]dus in undas, que procede de la narración del mito de Baco, Acetes y los piratas tirrenos (met. 3,582-691).

No cabe extrañarse de un texto de la naturaleza descrita hallado en un emplazamiento apenas a 8 km del litoral atlántico, menos aún si tenemos en cuenta que las aguas del mar bañaban la colina de Parreitas en la Antigüedad a través de la albufera de la Pederneira (cf. Bernardes, 2008: esp. 38-39). Este accidente geográfico servió de sustento a la población local hasta su definitiva desecación, y, claro está, también lo hizo en época romana, para la que se ha podido documentar la actividad pesquera mediante el hallazgo de pesas para redes y anzuelos (cf. Barbosa, 2008: 14).

Si estamos en lo cierto, nos encontramos ante el *carmen* funerario de un náufrago – quizá un cenotafio – procedente de la región de Alcobaça, que estimamos de mediados del siglo III. Se trataría del poema epigráfico más extenso de Hispania encontrado a día de hoy, si el tiempo, siempre celoso, no nos lo hubiera arrebatado en su mayor parte, y si es que no se produce el hallazgo de nuevos fragmentos.

### BIBLIOGRAFÍA

- Barbosa, Pedro Gomes (ed.) (2008) A região de Alcobaça na época romana. A estação arqueológica de Parreitas (Bárrio), Alcobaça.
- Barbosa, Pedro Gomes (2008) A estação arqueológica de Parreitas (Bárrio, Alcobaça), in P. G. Barbosa (ed.), pp. 14-19.
- Berard, François (1992) Une nouvelle inscription métrique d'Anse, in F. Berard, Y. Le Bohec, *Inscriptions latines de Gaule Lyonnaise*, Lyon, pp. 59-80.
- Bernardes, João Pedro (2008) A lagoa da Pederneira. Porto natural de Parreitas, in P. G. Barbosa (ed.), pp. 34-43.
- Brelich, Angelo (1937) Aspetti della morte nelle iscrizioni sepolcrali dell'Impero Romano, Budapest.
- CLE: F. Bücheler Anthologia Latina, pars posterior, II,1-3, II,2: Carmina Latina Epigraphica, Stuttgart, 1982 (= Leipzig, 1895-1897). E. Lommatzsch II,3: Supplementum, Stuttgart, 1982 (= Leipzig, 1926).
- CLEB: C. Fernández Martínez (ed.) (2007) Carmina Latina Epigraphica de la Bética romana. Las primeras piedras de nuestra poesía, Sevilla.
- Colafrancesco, Pasqua (1985-1986) Un problema di convivenza: Epigrafia e poesía, *Invigilata lucernis* 7-8, pp. 281-299.

- DEL HOYO CALLEJA, Javier (2002) La ordinatio en los CLE Hispaniae, in J. del Hoyo Calleja, J. Gómez Pallarès (ed.), Asta ac Pellege: 50 Años de la Publicación de Inscripciones Hispanas en Verso de S. Mariner, Madrid, pp. 143-162.
- DI STEFANO MANZELLA, Stefano (1999) *Avidum mare nautis*. Un naufragio nel porto di Odessus e altre iscrizioni, *MEFRA* 111/1, pp. 76-106.
- GARCÍA MARTÍNEZ, Mª Remedios, GARCÍA DE CASTRO, Francisco Javier, GALLEGO FRANCO, Henar (1999) *Mortes singulares*: testimonios epigráficos en el occidente romano, in A. Alonso Ávila (ed.), *Homenaje al profesor Montenegro: estudios de historia antigua*, Valladolid, pp. 473-488.
- GUERRA, Amílcar (2008) Um original documento epigráfico, proveniente de Parreitas (Bárrio, Alcobaça), in P. G. BARBOSA (ed.), pp. 46-51.
- Hep = Hispania Epigraphica, Madrid, 1995-.
- HERESCU, Nicolai Ion (1932) Un thème traditionel de la poésie latine : le naufrage, *Revista clasică Orpheus Favonius* 4-5, pp. 119-137.
- HERNÁNDEZ PÉREZ, Ricardo (2001) Poesía latina sepulcral de la Hispania romana: estudio de los tópicos y sus formulaciones, Valencia.
- ILN V/2 = F. Bertrandy et alii (2004) Inscriptions Latines de Narbonnaise. V.2. Vienne, Paris.
- IRCP = D'ÉNCARNAÇAO, Jose (1984) Inscrições Romanas do Conuentus Pacensis, Coimbra.
- LATTIMORE, Richmond (1962) Themes in Greek and Latin epitaphs, Urbana.
- Lier, Bruno (1904) Topica carminum sepulchralium Latinorum, Philologus 62 1903 445-477 y 563-603 / 63, pp. 54-64.
- LIMÓN BELÉN, María (2014) La compaginación de las inscripciones latinas en verso. Roma e Hispania, Roma.
- MASSARO, Matteo Fra poesia e prosa affetiva in iscrizioni sepolcrali (a proposito di nuove raccolte territoriali Iberiche di "CLE"), *Epigraphica* 74 2012 277-308.
- MAYER I OLIVÉ, M. (2014) *Peregre defunctus*. Los cenotafios de *Dertosa* y su *ager*: un indicio para estudiar los desplazamientos de población en una ciudad portuaria, *Sylloge Epigraphica Barcinonensis* 12, pp. 155-170.
- OLD: A. Souter et alii (ed.) (1968) Oxford Latin Dictionary, Oxford.
- Pena Gimeno, María José, Carbonell Manils, Joan (2006) Un interesante *carmen epigraphicum* de *Pax Iulia* (Portugal), *Humanitas* 58, pp. 157-173.
- Rougé, Jean (1982) Sur une inscription lyonnaise : CIL XIII,2315 au Musée de la civilisation gallo-romaine, Bulletin des Musées et des Monuments lyonnais 7, pp. 1-7.



Fig. 1 – Dos fragmentos de carmen epigraphicum encontrados en Parreitas (HEp 2008, 249). Actualmente en paradero desconocido. Fuente: A. Guerra.



Fig. 2 – Epitafio de Allia Potestas (CIL VI, 37965 = CLE 1988), Museo Nazionale Romano, Terme di Diocleziano. Fuente: A. Bolaños-Herrera.



Fig. 3 – Epitafio de Fabius Fortunatus (CIL II² 5,1210 = CLEB SE19).

Actualmente en paradero desconocido.

Fuente: http://cle.us.es/clehispaniae (disponible a 4/12/2019).

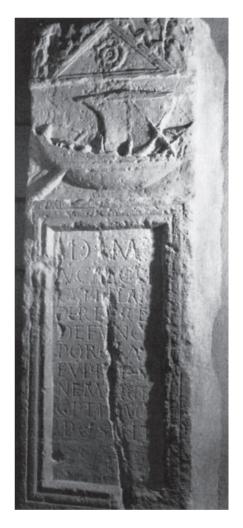
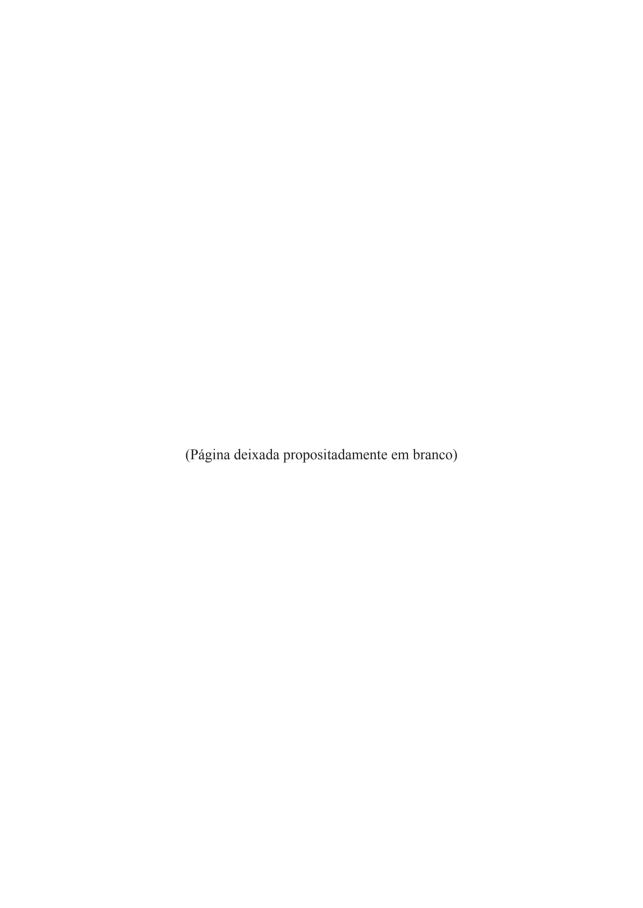


Fig. 4 – *Epitafio de* Aulus Caecilius Cubicularius (CIL *II 4065* = CIL *II<sup>2</sup> 14, 800*).

Fuente: Centro CIL II-Universidad de Alcalá (www3.uah.es/imagines\_cilii, disponible a 4/12/2019).



RAÚL GONZÁLEZ SALINERO *Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED, Madrid)* rgsalinero@geo.uned.es http://orcid.org/0000-0003-4252-6273

# NOTICIA Y ANÁLISIS DE UN FRAGMENTO MARMÓREO CON SIMBOLOGÍA JUDÍA PROCEDENTE DE MÉRIDA

NEWS AND ANALYSIS OF A MARBLE FRAGMENT WITH JEWISH SYMBOLS FROM MÉRIDA "Conimbriga" LIX (2020) p. 133-158 https://doi.org/10.14195/1647-8657 59 5

Texto recebido em / Text submitted on: 15/04/2019

Texto aprovado em / Text approved on: 20/12/2020

RESUMEN: En el presente artículo se da a conocer la existencia de un nuevo vestigio material de época tardoantigua perteneciente a la comunidad judía emeritense. La singularidad de la *menorá* que, flanqueada por un *sofar* y un *lulaḥ*, se sitúa en el centro del fragmento marmóreo, no sólo avala su carácter genuino, sino que, en combinación con otros argumentos verificables, permite a su vez aventurar una plausible cronología de la pieza (de finales del siglo IV o pleno siglo V E.C.). Partiendo de algunos de los rasgos intrínsecos que presentan los motivos decorativos, es posible también defender la hipótesis de que el fragmento conservado formase parte integrante de una inscripción funeraria desafortunadamente perdida.

Palabras Clave: *Emerita Augusta* tardoantigua; *menorá*; *sofar*; *lulaḥ*; comunidad judía.

Conimbriga, 59 (2020) 133-158

ABSTRACT: This article makes known the existence of a new material evidence from the Jewish community of Merida during the Late Antiquity. The singularity of the *menorah*, accompanied by a *shofar* and a *lulav* and located in the middle of a marble fragment, not only endorses its genuine character, but also, in combination with other verifiable arguments, allows us to speculate on a plausible chronology of the piece (late fourth or fifth century c.e.). Starting from some of the intrinsic features presented by the decorative motifs, it is also possible to support the hypothesis that the preserved fragment was part of an unfortunately lost funerary inscription.

KEYWORDS: Late Antique *Emerita Augusta*; *menorah*; *shofar*; *lulav*; Jewish community.

# NOTICIA Y ANÁLISIS DE UN FRAGMENTO MARMÓREO CON SIMBOLOGÍA JUDÍA PROCEDENTE DE MÉRIDA<sup>1</sup>

### Introducción

Intuyendo el interés que pueda despertar en la comunidad científica el estudio, no realizado hasta ahora, de un pequeño fragmento marmóreo con simbología judía, perteneciente a la colección privada de D. Manuel León Gil, a quien agradezco encarecidamente que me confiara la pieza para examinarla de cerca y poder fotografiarla, considero oportuno iniciar el presente artículo con unas breves noticias sobre las circunstancias de su curioso descubrimiento. Según la información proporcionada por el citado coleccionista, el fragmento fue recuperado en 1977 de una escombrera situada entonces al lado del actual colegio público Octavio Augusto, justo por donde se trazaría posteriormente la calle San Pedro de Alcántara (Fig. 1). Aunque se desconoce el lugar exacto de su procedencia, no cabe duda de que los materiales que formaron aquella escombrera fueron extraídos de excavaciones realizadas con el fin de asentar los cimientos de diversas construcciones llevadas a cabo en aquella época en la propia ciudad de Mérida.

A pesar de que acusa ciertos signos de oxidación, el mármol blanco ligeramente veteado del fragmento en cuestión es de aceptable calidad. A juzgar por el grosor de la pieza y la forma perceptible de una moldura en su reverso, podría tratarse, según opinión del Dr. D. José Luís de la Barrera, de la parte inferior de un tablero moldurado en

¹ Deseo expresar mi más sincero agradecimiento a José Luís de la Barrera, conservador del Museo Nacional de Arte Romano de Mérida, por responder con presteza y generosidad a mi solicitud de su cualificada opinión, y a Juan Altieri Sánchez, restaurador del mismo Museo, por el calco que desinteresadamente realizó a petición mía de las figuras grabadas en el fragmento marmóreo.

sus cuatro caras reaprovechado posteriormente. El fragmento, cuyas medidas son 16 x 11 x 2 cm, aparece grabado de manera esquemática con una *menorá* (candelabro judío de siete brazos) flanqueada por otros dos objetos rituales propios del ámbito sinagogal, un *sofar* (cuerno de carnero ceremonial) y un *lulab* (palma que, junto con las hojas de mirto, sauce y el 'etrog o cidra, formaba parte del ramo ritual usado en la fiesta de *Sukkot*) (Figs. 2a y 2b). La *menorá* mide 5,4 cm de anchura y 7,3 cm de altura; la figura del *sofar* no supera los 2,0 cm de longitud y el *lulab* tiene 4,5 cm de largo (Fig. 3).

### La menorá

A pesar de que la literatura rabínica de los siglos II-III E.C. no se mostraba proclive a aceptar de buen grado la representación de la *menorá* a imitación del candelabro de siete brazos existente originariamente en el Templo de Jerusalén como símbolo iconográfico del judaísmo², lo cierto es que precisamente a partir de los inicios de la época amoraíta (ca. 200-400 E.C.) esta figura se convirtió en el signo distintivo identitario de las comunidades judías greco-romanas asentadas tanto en la tierra de Israel como en la Diáspora mediterránea³. De hecho, acompañada con frecuencia de la representación combinada de otros objetos rituales (tebah o arca de la Torá, 'etrog, lulaḥ, sofar, sovel, etc.), la menorá era un motivo de decoración muy habitual en el ámbito sinagogal⁴. Como ya ha sido señalado, en nuestra

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Talmud de Babilonia, *Menaḥot*, 28b; *Rosh Hashanah*, 24a; 'Avodah Zarah, 43a; Midrás Hagadol, Éxodo, 20, 20. Vid. Levine, 2012: 58. En este sentido, es muy posible que, tal y como apunta Levine (2011: 90), los rabinos posteriores a los siglos II-III e.c. ignorasen deliberadamente las prohibiciones anteriores (ciertamente marginales) de la representación de la *menorá* en el ámbito sinagogal. *Cfr*. Goodenough, 1950-1951: 450 y 477.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> GOODENOUGH, 1950-1951: 457. *Cfr*. RUTGERS, 1995: 94; HACHLILI, 2001: 111, 168 y 280; LEVINE, 2012: 163 y 341ss. (referido a la Antigüedad tardía). Según Rachel HACHLILI, «The seven-armed menorah became a prominent symbol after the destruction of the Temple, when the need for a concrete visual image became strongly felt; only then did its image change from that of a limited official emblem into a clearly recognized symbol of Jewish identity» (HACHLILI, 2016: 207).

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> GOODENOUGH, 1950-1951: 454-455; GOODENOUGH, 1965: 79-80; HACHLILI, 2001: 169; LEVINE, 2012: 167. En el caso de Roma, donde contamos con abundantes

pieza aparece flanqueda concretamente por un sofar y un lulap.

Aunque no disponemos del contexto arqueológico original de nuestro fragmento marmóreo, la «singularidad» de algunos rasgos que presenta concretamente la figura grabada de la menorá avalaría de forma inequívoca su «autenticidad», toda vez que permitiría advertir ciertos indicios que, comparativamente, podrían apuntar hacia una determinada tipología ya verificada y, por tanto, a una admisible aproximación a su cronología. Su esquemática base plana, extremadamente infrecuente en las diversas representaciones de la menorá que han llegado hasta nosotros, y la línea o barra horizontal que cruza la parte superior de sus siete brazos sin llegar a rematarlos, concediendo así a este trazo un significado claramente intencionado, indicarían que nos encontramos ante una pieza «genuina» susceptible de un análisis que supla, en la medida de lo posible, la ausencia del mencionado contexto original del que procedería. Precisamente estos rasgos peculiares del grabado del símbolo judío por antonomasia podrían permitir contextualizar esta pieza de forma plausible.

Por regla general, la base o pie de las *menorot* tomaba en las representaciones antiguas de este motivo decorativo la forma de trípode (Fig. 4) (Hachlil, 2001: 131-146), aunque también, si bien en menor medida, adoptaba otras formas como la escalonada (Fig. 5), cuadrangular (Fig. 6), cónica (Fig. 7) o triangular (Fig. 8). De manera muy excepcional podemos encontrar bases planas, simplificadas normalmente con una pequeña raya horizontal (Figs. 9, 10, 11 y 12)<sup>5</sup>, las cuales probablemente derivaban de una esquematización excesiva de la base triangular<sup>6</sup>. Éste

testimonios epigráficos e iconográficos en las catacumbas judías, la presencia de otros objetos rituales asociados a la *menorá* era muy profusa, reflejo quizás de la influencia ejercida por la costumbre pagana de representar en las tumbas objetos rituales como la *patera* o el *urceus* (Williams, 2013a: 196; Noy, 2018: 238). Según Harry H. Leon, en Roma la *menorá* aparece representada en 144 ocasiones, una cantidad muy superior a los 34 *lulaþim*, 27 'etrogim, 14 sofarot y 6 arcas de la Torá (Leon, 1995: 196). Leonard Victor Rutgers presenta, por su parte, diferentes porcentajes de la presencia de la *menorá* en las inscripciones griegas y latinas procedentes de las catacumbas judías de Roma (Rutgers, 1995: 182).

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Por ejemplo, en las sinagogas de Susydia y Ma'on en Palestina aparecen *menorot* con la base plana (Hachlili, 2001: 52-55 y 133).

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Según Rachel Hachlili, «[...] It seems reasonable to conclude that these variations in the form of the bases are due to unfamiliarity with the exact shape of the menorah rather than the creation of new forms» (HACHLILI, 2001: 139).

sería precisamente el caso de la base esbozada linealmente de la *menorá* grabada en nuestro fragmento marmóreo (Figs. 13a y 13b). Si consideramos, como sostuvo en su día con buenos argumentos Rachel Hachlili (2001: 140, 185-186, 190 y 199), que la representación de este motivo decorativo solía reproducir o imitar aparentemente la forma real que tenían los candelabros rituales de la sinagoga local con la que se relacionaba, podríamos legítimamente suponer que la base de las *menorot* pertenecientes a la comunidad judía emeritense adoptaba concretamente la forma triangular. De hecho, así se verificaría en la inscripción del exarconte emeritense Aniano Peregrino, donde aparecen afrontadas dos *menorot* con una base precisamente de este tipo (Fig. 14) (García Iglesias, 2010; González Salinero, 2017: 127-128).

Partiendo de su origen etimológico y de sus referentes bíblicos (especialmente, Ex 25, 31 y 37, 17-24), puede asumirse que la figura de la menorá (měnorah, nombre derivado de nur, «luz») estaba implícita v simbólicamente relacionada con las ideas abstractas del fuego y de la luz (HACHLILI, 2001: 7-8, 32 v 39; cfr. ISRAELI, 1998; LEVINE, 2012: 269ss.). Influido por el platonismo, Filón de Alejandría (a quien siguió en cierto sentido Flavio Josefo)<sup>7</sup> superpuso a esta interpretación primigenia la idea cósmica de la luz divina representada en la propia menorá (GOODE-NOUGH, 1950-1951: 470-474; GOODENOUGH, 1965: 81-82). En la literatura rabínica, especialmente en el Midrás (GOODENOUGH, 1950-1951: 478), la luz que desprende el candelabro ritual encendido derivaría del fuego divino que ilumina al hombre y que, durante el culto sinagogal, volvía de nuevo a la divinidad<sup>8</sup>. Según puso de manifiesto E. R. Goodenough, estas mismas ideas pueden rastrearse en la epigrafía judía a la que frecuentemente se asociaba la figura simbólica de la menorá9. En el ámbito funerario, ésta expresaba la esperanza de la luz prometida a los

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Filón de Alejandría, *De vita Moysis*, II, 102-105 (cfr. Quis divinarum rerum heres sit, 216-229); Flavio Josefo, *De bello Iudaico*, V, 217 (cfr. Antiquitates Iudaicae, III, 99, 144-145, 182).

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> GOODENOUGH, 1950-1951: 475: «The menorah as representing this light of the world, or Logos, was God's mercy revealed to the Jew in at ones a cosmic, and a Jewish sense [...]»; *cfr*. GOODENOUGH, 1965: 82.

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> En palabras de este autor, «so inscriptions us to believe that the menorah was the symbol of God, and that it was so by virtue of its lights, with recollection that the lights are those which 'look upon' the earth and man» (GOODENOUGH, 1950-1951: 467). *Cfr.* WILLIAMS 2013b.

justos en el mundo futuro. Esa misma creencia aparece claramente reflejada, por ejemplo, en el epitafio de Regina, una judía romana llorada amargamente por su esposo: "[...] una vez más vivirá, volverá a la luz de nuevo, pues puede tener la esperanza de resucitar en la eternidad prometida verdaderamente a los dignos y a los piadosos [...]".10.

En algunas ocasiones los brazos de la menorá aparecen encendidos con la representación en su parte superior de llamas perfectamente perceptibles (Figs. 15 y 16) (HACHLILI, 2001: 157ss.). En otras, los extremos de dichos brazos se remataban directamente con figuras de lámparas o lucernas (como en el caso de las que aparecen en la inscripción del excarconte de Mérida Aniano Peregrino: Fig. 14), e incluso recipientes de vidrio (Fig. 17), que supuestamente contenían el aceite con el que se prendían durante el culto sinagogal. Es frecuente que en estos casos se incluya en la representación de la menorá una barra horizontal que pudo tener la función de servir como estructura de apoyo para sujetar especialmente los recipientes de vidrio<sup>11</sup>. Cuando dicha barra o línea horizontal aparece remantando la menorá, cabe deducir que ésta se encontraba apagada (Figs. 18 y 19)12, mientras que cuando en sus versiones simplificadas dicha línea corta horizontalmente los brazos por debajo del remate superior del candelabro, puede suponerse perfectamente que nos hallamos ante una menorá encendida, cuyas llamas se representan esquemáticamente mediante una corta prolongación de las líneas verticales de los brazos por encima de la barra o línea horizontal (Figs. 20 y 21)13. Éste sería el caso de la menorá grabada en nuestro fragmento marmóreo: la línea transversal presente en la parte

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> JIWE II, 103 = CIJ I, 476: [...] rursum victura reditura ad lumina rursum, nam sperare potest ideo quod surgat in aevom promissum, quae vera fides, dignisque piisque [...]. Sobre el particular, vid. CAPPILLETTI, 2006: 185-187; RODRIGUES, 2007: 177-179; HADAS-LEBEL, 2009: 210.

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> Según Rachel Hachlili, «[...] The horizontal crossbar, appearing for the first time, connected the arms and served as a base for the light fittings. It had a functional purpose, probably to hold the glass containers for oil. The function of such a horizontal bar is indicated by the top of the free-standing stone menorah from Ḥammath Tiberias A (IS2.1; pl. II-3); glass containers were probably placed inside the seven depressions. Their shape clearly matches that of glass conteiners» (HACHLILI, 2001: 165).

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> *Vid.* además, por ejemplo, *CIJ II*, 801 (p. 53); 935 (pp. 138-139); 956 (p. 147); HACHLILI, 2011: 71, 81, 85-86, 92; 160; etc.

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> *Vid.* además, por ejemplo, *CIJ II*, 771 (p. 32); 787 (43); 792 (p. 46); 794 (p. 47); 873 (p. 108); 910 (p. 128); 918 (p. 131); 961 (p. 149); HACHLILI, 2001: 345, 433.

superior de la misma indicaría el límite de la largura de los brazos del candelabro, plasmando a continuación de forma muy esquemática las llamas con líneas cortas (Fig. 22).

# Cronología

Según la tipología establecida por Rachel Hachlili a partir del exhaustivo análisis de la profusa representación de este motivo decorativo en el mundo antiguo, las características específicas que presenta la figura de la menorá en nuestro fragmento marmóreo encajarían con un alto grado de fiabilidad en el Tipo IV, cuyo desarrollo cronológico abarcaría aproximadamente desde finales del siglo IV hasta el siglo VI E.C. De hecho, la barra transversal superior comenzó a aparecer con el Tipo IV a finales del siglo IV y consolidó su presencia a lo largo del siglo V (HACHLILI, 2001: 166-167). En contra del predominio todavía en época tardoantigua del trípode en las representaciones constatadas en Israel, la forma de la base de las *menorot* comenzó a diversificarse en la Diáspora precisamente durante el período de desarrollo del Tipo IV. Además, raramente las *menorot* pertenecientes a los Tipos I-III aparecían acompañadas de otros objetos rituales, mientras que su asociación con los candelabros que respondían al Tipo IV era muy frecuente<sup>14</sup>. Por tanto, existen sobradas razones para datar nuestro fragmento marmóreo a finales del siglo IV o, más probablemente, ya en el siglo V. Sería coetáneo, así pues, de la inscripción anteriormente mencionada del exarconte emeritense Aniano Peregrino (GARCÍA IGLESIAS, 2010: 20).

# Posible ámbito de procedencia

Sabemos que la *menorá* podía aparecer representada en inscripciones, *graffiti*, mosaicos, relieves, capiteles, dinteles, canceles y

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> HACHLILI, 2001: 167-168. Llama la atención el hecho de que, precisamente a partir de esta época, el símbolo de la *menorá* prolifere de manera espectacular en el ámbito sinagogal de la Diáspora occidental. Algunos investigadores lo han atribuido a una especie de reacción judía frente a la cada vez mayor presencia de la simbología cristiana en la sociedad tardoantigua. *Vid.* NOGA-BANAI, 2008; LEVINE, 2016: 59, 64-65 y 71.

diversos objetos móviles como lucernas (tanto de arcilla como de bronce), recipientes de vidrio, baldosas, teias, gemas, sellos y toda clase de amuletos (HACHLILI, 2001: 72-120; LEVINE, 2012: 226ss. y 234-240). No existía norma alguna que restringiese el soporte sobre el que podía plasmarse<sup>15</sup>. Sin duda hubo diferencias en su tipología y en la propia ejecución de la figura que afectaban sobre todo a su calidad artística. Las menorot ornamentales que aparecían pintadas sobre frescos o en pavimentos de mosaicos estaban mucho más elaboradas; la variedad de colores y el nivel de detallismo eran sin duda mucho mayores en estos casos que en aquellos otros en los que tenían como soporte lucernas o lápidas. De hecho, las menorot que aparecen apenas garabateadas en graffiti o acompañando al texto epigráfico en las inscripciones funerarias suelen grabarse de forma muy estilizada y esquemática (HACHLILI, 2001: 168.). Éste sería el caso, en mi opinión, del fragmento marmóreo que nos ocupa, el cual se habría desgajado accidentalmente del resto de la inscripción de la que formaría parte.

Aunque también existe la posibilidad de considerarlo, por ejemplo, como un fragmento de un cancel o de cualquier otro elemento arquitectónico perteneciente a un edificio sinagogal (*cfr.* HACHLILI, 2001: 66-69), debe tenerse presente que tanto el *sofar* como el *lulab* (que acompañan en nuestro fragmento a la *menorá*) solían estar asociados en la Diáspora occidental al ámbito funerario (GOODENOUGH, 1965: 86 y 89). De hecho, según el *Midrás Rabbah*, el *lulab* estaba vinculado a la esperanza mesiánica y a la promesa de la vida después de la muerte, así como al completo perdón y a la bendición en la fiesta de Año Nuevo (*Roš ha-šanah*) y del Día de la Expiación (*Yom Kippur*); simbolizaba, en definitiva, la aspiración de la unión mística con la divinidad en el mundo futuro (GOODENOUGH, 1965: 88). El *sofar* era usado también en el *Roš ha-šanah* como recuerdo, según la tradición rabínica, de la *Akedá* ('*Aqedah*, el sacrificio de Isaac ordenado a Abrahán) y simbolizaba el perdón de los pecados de Israel<sup>16</sup>.

Si bien es cierto que, como sostiene Rachel Hachlili, la presencia de la barra transversal en la parte superior de la *menorá* no es habi-

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup> HACHLILI, 2001: 58. Según Karen B. Stern, «the ubiquitous and visible menorahs, placed throughout the public spaces of the city, seem to exhibit "a great deal of self-confidence" among inscribers» (STERN, 2018: 161).

<sup>&</sup>lt;sup>16</sup> Talmud de Babilionia, *Rosh Hashaná*, 16a; *Bereshit Rabbah*, 56, 10; *Tanhuma Wa-Yera*, 46. GUTMANN, 1984: 1336.

tual en contextos funerarios<sup>17</sup>, no faltan ejemplos significativos<sup>18</sup> que avalarían la hipótesis de que la *menorá* con barra horizontal superior de nuestro fragmento marmóreo pudiera formar parte de una inscripción funeraria cuyo texto epigráfico se ha perdido irremisiblemente.

### **Breves Conclusiones**

A pesar de no contar con los restos de la inscripción de la que, supuestamente, formaría parte el fragmento marmóreo aquí analizado, la singularidad de la simbología judía que éste contiene ofrece un nuevo, genuino y valioso testimonio de la ineludible presencia judía en Mérida durante la época tardoantigua<sup>19</sup>. De hecho, junto con la inscripción de Aniano Peregrino, un exarconte que ejerció su cargo en al menos dos sinagogas emeritenses, nuestro fragmento, perteneciente muy probablemente a la misma época (finales del siglo IV o pleno siglo V), supone el afloramiento de un nuevo vestigio material que contribuye, aunque sólo sea de una manera limitada, a desvelar una vez más la relevancia de la comunidad judía en la Mérida tardorromana.

### Siglas

CIJ = FREY, J.-B. (1936-1952), Corpus Inscriptionum Judaicarum. Recueil des iscriptions juives qui vont du III<sup>e</sup> siècle avant Jésus-Christ au VII<sup>e</sup> siècle de notre ère, Roma (2 vols.).

*IJO I* = NOY, D., PANAYOTOV, A. y BLOEDHORN, H. (2004), *Inscriptiones Judaicae Orientis, I. Eastern Europe*, Tübingen.

 $<sup>^{17}</sup>$  HACHLILI, 2001: 162: «[...] The crossbar is not frequently depicted on menorot in the burial context».

<sup>&</sup>lt;sup>18</sup> *JIWE I*, 11 = *CIJ I*, 27; *JIWE I*, 13 = *CIJ I*, 86; *JIWE I*, 16 = *CIJ I*, 107; *JIWE I*, 17 = *CIJ I*, 109; *JIWE I*, 23 = *CIJ I*, 170; *JIWE I*, 32 = *CIJ I*, 191; etc.; *IJO I*, Mac6 (pp. 76-77), Ach24 (pp. 141-142), Ach30 (pp. 151-153), BS16 (pp. 292-295), etc. También puede apreciarse la barra superior en algunas *menorot* grabadas sobre lápidas en la necrópolis perteneciente a la sinagoga de Beth She'arim (Palestina): HACHLILI, 2001: 85-86 y 329.

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> Sobre los testimonios epigráficos de la presencia judía en la Mérida tardoantigua, vid. Franco Moreno, 2002: 7-8; Rodrigues, 2013: 24-26 y 28, n. 61; González Salinero, 2017: 127 y 131.

- JIWE I = NOY, D. (1993), Jewish Inscriptions of Western Europe, 1. Italy (Excluding the City of Rome), Spain and Gaul, Cambridge.
- JIWE II = NOY, D. (1995), Jewish Inscriptions of Western Europe, 2. The City of Rome, Cambridge.

#### BIBLIOGRAFÍA

- CAPPILLETTI, S. (2006) The Jewish Community of Rome. From the Second Century B.C. to the Third Century C.E., Leiden.
- Franco Moreno, B. (2002) La presencia judía en la Mérida tardo-antigua y altomedieval, *Foro*, 29, pp. 8-9.
- GARCÍA IGLESIAS, L. (2010) Nueva inscripción judía del Museo Nacional de Arte Romano de Mérida, *Anas*, 23, pp. 11-26.
- González Salinero, R. (2017) Fuentes arqueológicas y documentales para el estudio de los judíos en la *Hispania* romana y visigoda, en J. Castaño (ed.), ¿Una Sefarad inventada? Los problemas de interpretación de los restos materiales de los judíos en España, Barcelona, pp. 123-160.
- GOODENOUGH, E. R. (1950-1951) The Menorah among Jews of the Roman World, Hebrew Union College Annual, 23 (2), pp. 449-492.
- GOODENOUGH, E. R. (1953) Jewish Symbols in the Greco-Roman Period, III. Illustrations, New York.
- GOODENOUGH, E. R. (1965) Jewish Symbols in the Greco-Roman Period, XII. Summary and Conclusions, New York.
- GUTMANN, J. (1984) Early Synagogue and Jewish Catacomb Art and Its Relation to Christian Art, en W. Haase (ed.), *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt. Principat*, II.2, Berlin/New York, pp. 1313-1342.
- HADAS-LEBEL, M. (2009) Rome, la Judée et les juifs, Paris.
- Hachlil, R. (2001) The Menorah. The Ancient Seven-Armed Candelabrum. Origin, Form, and Significance. Leiden/Boston/Köln.
- HACHLILI, R. (2016) Why Did the Menorah and Not the Showbread Table Evolve Into the Most Important Symbol of Judaism?, en U. Leibner y C. Hezser (eds.), *Jewish Art in Its Late Antique Context*, Tübingen, pp. 189-211.
- ISRAELI, Y. (ed.) (1998) By the Light of the Menorah: The Evolution of a Symbol (Israel Museum Catalogue), Jerusalem.
- Laurenzi, E. (2011) Le catacombe ebraiche. La comunità ebraica dell'antica Roma e le sue tradizioni funerarie, Roma.
- LEON, H. J. (1995) *The Jews of Ancient Rome* (ed. e introd. C. A. Osiek), Peabody (Massachusetts) (orig. Philadelphia 1960).
- LEVINE, L. I. (2011) Synagogue Art and the Rabbis in Late Antiquity, *Journal of Ancient Judaism*, 2, pp. 79-114.
- Levine, L. I. (2012) Visual Judaism in Late Antiquity. Historical Contexts of Jewish Art, New Haven.

- Levine, L. I. (2016) Why Did Jewish Art Flourish in Late Antiquity?, en U. Leibner y C. Hezser (eds.), *Jewish Art in Its Late Antique Context*, Tübingen, pp. 47-74.
- Noga-Banai, G. (2008) Between the Menorot: New Light on a Fourth-Century Jewish Representative Composition, *Viator*, 39 (2), pp. 21-48.
- Noy, D. (2018) Jews and Christians in the City of Rome: Epigraphic Evidence, en P. Lanfranchi y J. Verheyden (eds.), *Jews and Christians in Antiquity*. *A Regional Perspective*, Leuven/Paris/Bristol, pp. 229-241.
- RODRIGUES, N. S. (2007) Iudei in Vrbe. Os Judeus em Roma de Pompeio aos Flávios, Lisboa
- Rodrigues, N. S. (2013) Nos primórdios da presença judaica na Península Ibérica: um estado da questão, en C. Guardado da Silva (coord.), *Judiarias, Judeus e Judaismo*, Torres Vedras/Lisboa, pp. 19-32.
- RUTGERS, L. V. (1995) The Jews in Late Ancient Rome. Evidence of Cultural Interaction in the Roman Diaspora, Leiden (reed. 2000).
- STERN, K. B. (2018) Writing on the Wall. Graffiti and the Forgotten Jews of Antiquity, Princeton.
- WILLIAMS, M. H. (2013a) Jews in a Graeco-Roman Environment, Tübingen.
- WILLIAMS, M. H. (2013b) The Menorah in a Sepulchral Context: A Protective, Apotropaic Symbol?, en S. Pearce (ed.), *The Image and Its Prohibition in Jewish Antiquity*, Oxford, pp. 77-88.



Fig. 1 – Fotografía aérea del entorno del colegio público Octavio Augusto de Mérida en 1977.



Fig. 2a – Fragmento marmóreo con simbología judía.



Fig. 2b – Reverso del fragmento marmóreo.



Fig. 3 – Dibujo del fragmento basado en el calco realizado a petición mía por Juan Altieri Sánchez (MNAR).

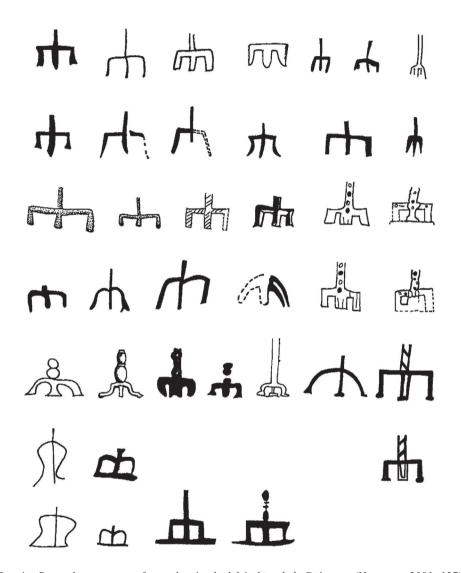


Fig. 4 – Bases de menorot en forma de trípode del ámbito de la Diáspora (HACHLILI, 2001: 137).

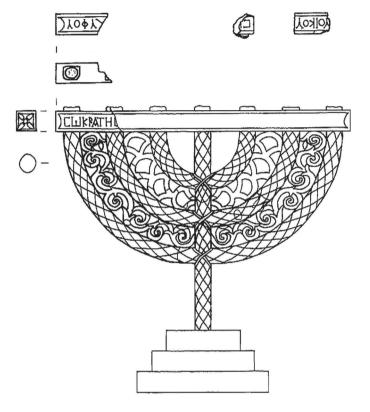


Fig. 5 – Dibujo de una menorá de la sinagoga de Sardes con base escalonada (HACHLIL, 2001: 57).



Fig. 6 – Ejemplos de bases cuadrangulares de menorot procedentes de la catacumba judía de Beth She'arim, en Israel (Hachlil, 2001: 84).

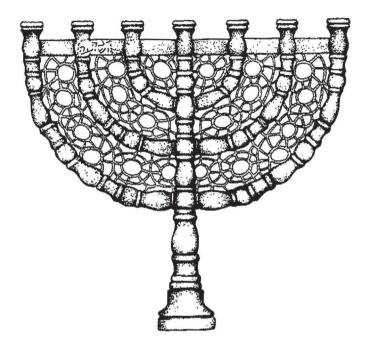


Fig. 7 – Menorá de mármol con base cónica de la sinagoga de Susiya, en Israel (HACHLILI, 2001: 53).



Fig. 8 – Menorá con base triangular de la catacumba judía de Vigna Randanini (Roma). "Cubículo de la menorá" en la región F. Fotografía del autor.

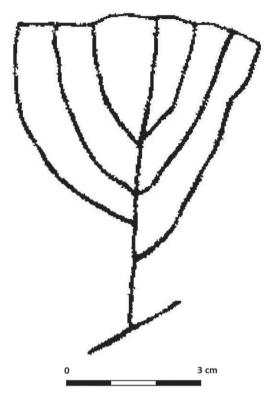


Fig. 9 – Menorá con base plana en un relieve de la fachada de la sinagoga de Summaqa, en Israel (HACHLILI, 2001: 338).

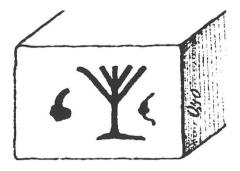


Fig. 10 – Menorá esquemática de cinco brazos con base plana en un bloque de piedra procedente de la sinagoga de Jebata, en Palestina (GOODENOUGH, 1953, III: nº 582).



Fig. 11 – Menorá con base plana procedente de la sinagoga de Eshtemoa, en Palestina (Goodenough, 1953, III: nº 615).

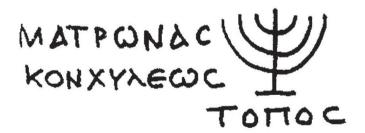


Fig. 12 – Dibujo pintado de una menorá con inscripción procedente del hipódromo de Tiro (STERN, 2018: 163).



Fig. 13a – Fotografía del fragmento marmóreo. Detalle de la base de la menorah.

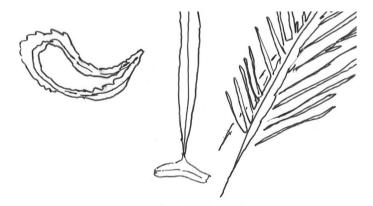


Fig. 13b – Dibujo del fragmento marmóreo. Detalle de la base de la menorá.



Fig. 14 – Inscripción del exarconte Annianus Peregrinus. Mérida (MNAR). Fotografía del autor.



Fig. 15 – Menorá encendida con llamas perteneciente a la catacumba judía de Villa Torlonia (Roma), cubículo Aa (LAURENZI, 2011: 39).



Fig. 16 – Detalle de la menorá encendida con llamas perteneciente a la catacumba judía de Villa Torlonia (Roma), región A, arcosolio IV (Laurenzi, 2011: cubierta).

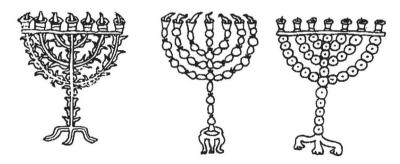


Fig. 17 – Ejemplos de menorot con recipientes de vidrio encendidos en los extremos de sus brazos (Hachlil, 2001: 122).



Fig. 18 – Menorá con sofar y lulab en un epitafio procedente del cementerio judio de Gammarth, Cartago (GOODENOUGH, 1953, III: nº 869).

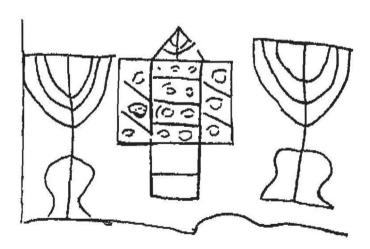


Fig. 19 – Menorot con arca de la Torá en la catacumba de Villa Torlonia, Roma (HACHLILI, 2001: 195).

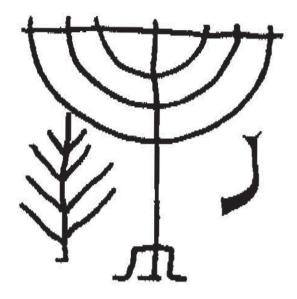


Fig. 20 – Menorá sobre mosaico procedente de la catacumba judía de Villa Torlonia, Roma (Hachlili, 2001: 62 y 212).

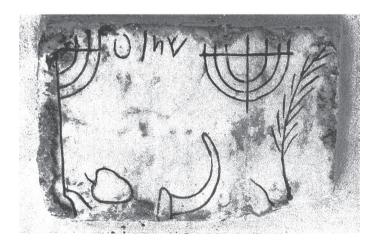


Fig. 21 — Lápida funeraria con menorot, 'etrog, sofar y lulab procedente de Cartago (Goodenough, 1953, III: 872).



Fig. 22a – Fotografía del fragmento marmóreo. Detalle de la parte superior de la menorá.

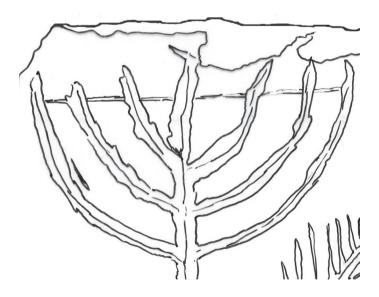


Fig. 22b – Dibujo del fragmento marmóreo. Detalle de la parte superior de la menorá.

VIRGÍLIO HIPÓLITO CORREIA

Museu Monográfico de Conimbriga
vrglcorreia@gmail.com
https://orcid.org/0000-0003-4051-7111

UM AMULETO ROMANO NO MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

A ROMAN AMULET IN THE NATIONAL MUSEUM OF ARCHAEOLOGY "Conimbriga" LIX (2020) p. 159-168 https://doi.org/10.14195/1647-8657 59 6

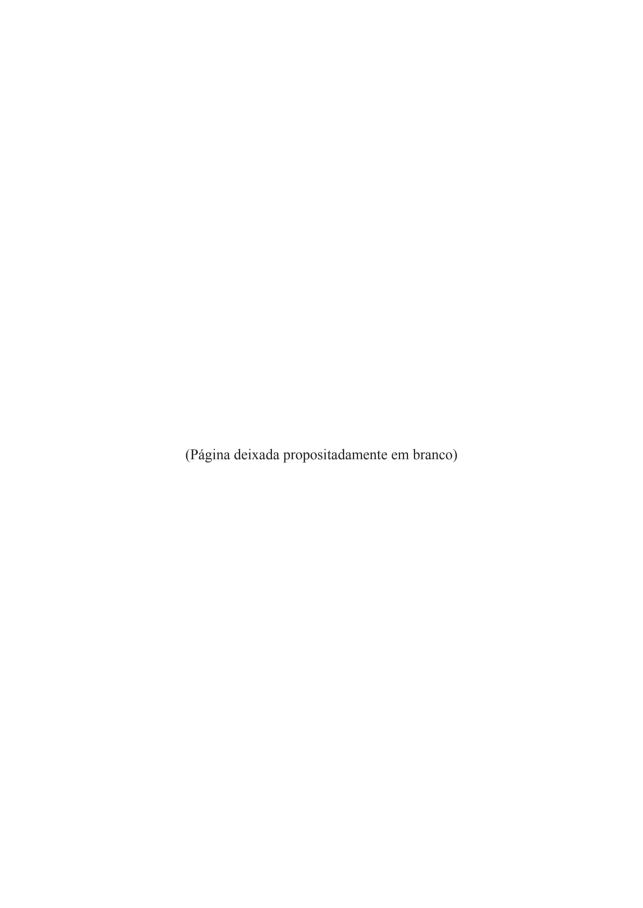
Texto recebido em / Text submitted on: 16/05/2019 Texto aprovado em / Text approved on: 14/02/2020

RESUMO: Publica-se um amuleto romano do tipo "pedra mágica", da coleção de Vergílio Correia, que se conserva no Museu Nacional de Arqueologia, sendo provavelmente proveniente de Conimbriga.

PALAVRAS-CHAVE: Conimbriga; Glíptica; Magia; Romano.

ABSTRACT: A Roman amulet of the "magic gemstone" kind is published. It belonged to the collection of Vergílio Correia, now kept in the National Museum of Archaeology, and probably comes from Conimbriga.

KEYWORDS: Conimbriga; Glyptic; Magic; Roman.



# UM AMULETO ROMANO NO MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

#### 1. Contexto

Em 1955 o Museu Nacional de Arqueologia adquiriu, à família, a coleção do Prof. Doutor Vergílio Correia, que tinha falecido em 1944.

O arqueólogo, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, dirigiu desde 1930 as escavações arqueológicas que a Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais promoviam em Conimbriga (Correia, 1935), sítio onde tinha escavado pela primeira vez em 1912, já por mandato do Museu Etnológico Português (Correia, 1916: 252-253). Os materiais das escavações da DGEMN eram destinados ao Museu Nacional Machado de Castro, em Coimbra (DGEMN, 1948: 31), que tinha incorporado os materiais das escavações do Instituto de Coimbra em 1899, mas pode retrospetivamente concluir-se que Vergílio Correia conservava em sua casa algumas peças, designadamente epigrafía (GARCIA, 1987: 46-48), provavelmente por, tratando-se de peças requerendo atenção mais demorada para a sua publicação, ser mais conveniente tê-las em local mais acessível do que os depósitos do Museu.

A maioria desses materiais, bem como os de mais antiga incorporação no Museu Nacional, provenientes das escavações de 1912, foram transferidos para o Museu Monográfico de Conimbriga em 1969, sete anos depois da criação deste (e da transferência dos materiais do MNMC), no cumprimento do desiderato de manter reunidos, dentro da medida do possível, todos os materiais provenientes da cidade romana, como compete a um Museu Monográfico.

Algumas exceções a esta primeira transferência têm sido verificadas ao longo do tempo. O avanço da inventariação e digitalização das coleções do MNA permitiu agora localizar a peça que aqui se noticia, que se pode considerar como muito possivelmente proveniente de

Conimbriga, a cuja coleção de glíptica (CRAVINHO, 2001: 141-198) se deve adicionar.

#### 2. A peça

A peça em análise é um amuleto circular fabricado em lápis-lazúli, pedra semi-preciosa comummente usada na glíptica a partir do período romano (RICHTER, 1968: 13).

Tem de diâmetro 24mm e de espessura 3mm. O talhe do bordo é em bisel, o que dá ao reverso uma superfície de menor diâmetro, apenas 21mm.

No anverso mostra uma figura de execução bastante grosseira e mal conservada, que é de difícil identificação.

Trata-se certamente de uma figura humana de pé, de braços levantados. Os paralelos (cf. *infra*) indicam dever tratar-se de Afrodite Anadiómena, representada nua, de pé, arranjando o cabelo.

A figura é rodeada pela cartela da inscrição que acompanha o bordo da peça, que desenha um círculo com 17mm de diâmetro.

No reverso mostra uma única palavra, ADWNAI (adônai; cf. Betz, 1986: 331) enquadrada por quatro pequenas estrelas de 6 pontas. Sobre esta leitura, em especial a paleografía escolhida para a letra transcrita por  $\hat{o}$ , pormenoriza-se a análise mais abaixo.

A inscrição do anverso apresenta-se em *scripta continua*, pelo que, apenas convencionalmente, toma-se o topo da figura como o seu início. A transcrição é a seguinte:

$$VP[...]\Lambda OOVPIH\Lambda \Gamma \Lambda KIIN[...]WO$$

A primeira lacuna pode ter compreendido 2 ou 3 letras, a segunda 3 ou 4. A transliteração possível é:

A inscrição foi traçada entre cartelas e as letras têm cerca de 3mm. Do ponto de vista paleográfico são de assinalar algumas particularidades: o *alpha*, grafado com a haste transversal em ângulo com a haste direita; o *nu* reverso; o *omicron* como W (algo que se conhece em outras pedras da mesma classe [cf. Faraone, 2011: 54, cit. *infra*]).

Salvo melhor opinião, a inscrição não é completamente legível, e não parece fazer parte dos *logoi* mágicos recenseados (MASTROCINQUE, 2003a: 107-112).

Todavia ... ouriel ... surge nos papiros mágicos gregos, em PGM

XC, 5 (PGM = Preisendanz e Heinrichs, 2001; Betz, 1986: 302) e corruptelas de vocábulos de origem hebraica, como nomes de anios (MICHL, 1962: 102-105 e sobre Uriel em concreto, 254-258), acontecem em PGM III. 149-150, onde também surge o *adônai* do reverso da peca (BETZ, op. laud. 22) e em PGM IV, 86-87 (op. laud. 38) onde fazem parte de uma filactera. Há outras ocorrências esporádicas, que não serão aqui recenseadas, mas PGM IV, 1812-1816 tem de ser mencionado, com a invocação sucessiva de ... thouriel, michael, gabriel, ouriel, misael, irrael, istrael ... (op. laud. 70-71) e, talvez mais significativamente, considerando as possíveis intenções eróticas do amuleto, documentadas na presença de Afrodite Anadiómena (cf. infra), em PGM XXXVI, 295-311 (um feitico de atração amorosa) invocam-se [310-311] ... michael, zouriel, gabriel, ... istrael... (op. laud. 276).

A presença de inscrições classifica a peça como "talismã", "objecto gnóstico" ou "pedra mágica" (MIDDLETON, 1969: 94-96). Pode seguir-se G. Senna Chiesa (1966, 418-419, esp. n. 1) em que estas pedras têm, por vezes, inscrições que nada significam – como um pastiche – ou pensar-se que se está perante a variante de um palíndromo, ou apenas um seu segmento (por todas as infinitas possibilidades: PGM IV, 409-420 e PGM XIXa, 1-54; BETZ, op. laud, 45 e 256-257), ou ainda um qualquer anagrama que, por ser secreto (o que é parte da magia do objeto: Annequin, 1973: 28), não pode já ser decifrado. Mais recentemente que estas abordagens clássicas, a investigação tem aprofundado o significado da conceção, produção e uso destes objetos (cf. DASEN e NAGY, 2018: 139-178), mas uma inscrição como esta colocará sempre problemas porventura insolúveis.

#### 3. Paralelos

Duas peças de Aquileia são significativas para a interpretação deste amuleto: uma cornalina Inv. R.C. 1212, mostrando uma Afrodite-Hathor Anadiómena rodeada por estrelas e pseudo-letras gregas (CHIESA, 1966: 423, nº 1548; MASTROCINQUE, 2003b: 18 nº Aq 17), e um jaspe negro Inv. R.C. 1219, mostrando Mercúrio, também ele rodeado de estrelas e com uma inscrição no reverso (op.laud., nº 1550; ibid., 19 nº Aq 18); neste caso a inscrição é de abrasax, também muito comum nos papiros mágicos gregos (BETZ, 1986: 331, s.v.). Está-se, portanto, perante várias combinações possíveis de elementos comuns.

Mas os paralelos mais evidentes para esta peça, no que ao seu material e ao seu trabalho de gravação diz respeito, são as gemas com Afrodite Anadiómena e inscrição *arôriphrasis* no reverso, apresentadas por C. Faraone (2011: 54-55), como as peças do British Museum PE G 194 e PE 1986,0501.141, entre as cerca de cinco dezenas de peças comparáveis existentes (cf. Dasen e Nagy, 2018: 163, esp. n. 138; MICHEL, 2004, *passim*).

A sua datação pode talvez centrar-se no séc. III da nossa era.

#### 4. Significado

A presença de Afrodite Anadiómena sugere que este amuleto teve uma intenção erótica qualquer (Dasen e Nagy, 2018: 163), ainda que a sua inscrição não corresponda exatamente às que amuletos semelhantes normalmente portam. A possível semelhança de parte da inscrição (invocação de Ouriel?) com o feitiço de atração amorosa de PGM XXXVI, 295-311 (cit. *supra*), se não comprova essa intenção, certamente que não a desmente.

A palavra inscrita no reverso – *adônai* – é uma *vox magica*, fórmula evocativa e encantatória, correspondente a uma figura angélica importante na magia e no gnosticismo (ANNEQUIN, 1973: 72, n. 80), ou é um teónimo propriamente dito (MASTROCINQUE, 2003a: 68-70), mas em qualquer caso provém do Antigo Testamento; o seu significado original estaria provavelmente perdido para os seus utilizadores em época romana (BETZ, 1986: 331) e a sua utilização, como mostram alguns paralelos, é intermutável com outras invocações.

Estes amuletos destinavam-se a ser usados pelos seus portadores junto ao corpo, numa bolsa ou filactera que incorporaria outras matérias, ritualmente escolhidas e manipuladas de forma a produzir os efeitos desejados (Dasen e Nagy, 2018: 165). Não se tratava de um objeto destinado a ser exposto como elemento de joalharia e a papirologia mágico-esotérica está recheada de instruções para a produção destes dispositivos, variando as prescrições rituais de acordo com os efeitos desejados (Betz, 1986, passim).

Plínio (*Nat. Hist.*, XXXVII.124, *apud* MIDDLETON, 1969: 94) critica a superstição ligada ao uso destes objetos, o que significa indubitavelmente a generalização dessas crenças. A difusão da magia helenístico-romana, de tradição oriental (designadamente de remota origem

caldaica) no extremo ocidental do Império é mais um sinal da fusão cultural entre essas regiões (do ponto de vista religioso cf. GARCÍA y Bellido, 1967: Mithra, 26-37; Cybele, 48-53, Isis, 111-124 e Serápis, 137-139; para o caso específico do culto de Mâ-Bellona em Turgalium. id. 64-70. Para Conimbriga: Mithra, Fouilles II nº 7; Magna Mater (?), id. nº 22; cf. Etienne et al 1976), ocorrendo, na Lusitânia, a vários níveis sociais e de erudição (QUET, 1981: 204-209), que a integração no Império não só permite, mas fomenta.

A peça em apreço deve ser colocada em contraste com outros elementos profilático-apotropaicos de uso pessoal, aliás mais comuns, como são os pendentes com falos (ALARCÃO 1994: 64 e 167, nº 561) associados à precaução contra o fascinum (LAFAYE, 1892: 983-987; Annequin, 1973: 23-24).

Outros amuletos ainda, de forma antropomórfica feminina (PONTE, 1994: 313-319), constituem um outro exemplo de amuleto (segundo ALARCÃO et al., 1979: 192), mas de uso quase restrito à Lusitânia, para o qual não se conhecem representações ou referências clássicas, o que indica o seu caráter propriamente indígena, não havendo, portanto, forma de reconstituir o seu uso em concreto.

Ao fenómeno da interpretação transcendente da realidade associa-se também a presença em Conimbriga do quadrado mágico com o palíndromo inspirado na frase de inspiração estóica Sator omnia continet (Cicero, De Nat. Deorum, II.86; Etienne, 1978; 32).

Como se articulam e interpenetram estes vários elementos?

É provável que os objetos arqueologicamente conhecidos, aqui sumariamente indicados, não sejam todos contemporâneos, mas não é crível que as superstições, crenças e fenómenos ideológicos a eles associados e que lhes deram origem não tenham, em larga medida, convivido em simultaneidade, mesmo se apartados em distintos estratos sociais e esferas de atividade, dentro de uma cidade provincial como Conimbriga.

O fenómeno de romanização pode descrever-se (CORREIA, 2013: 367) como um processo de enculturação, pelo qual "se adquire compreensão, orientação e competência no reino ideal que constitui a cultura: esquemas, roteiros, modelos, quadros e outras imagens da organização e contextualização do conhecimento; que são culturalmente constituídos, socialmente distribuídos e pessoalmente construídos" (Poole, 1994: 833-834).

Estes objetos são, vistos desta forma, testemunhos de modelos

culturais e de formas de contextualização do conhecimento de distintas origens, indígenas umas, outras romanas, helenístico-orientais, outras ainda, que coexistem e contribuem, em conjunto, para a formação de uma cultura "globalizada" que se torna própria do "multilinguismo" do mundo romano (WALLACE-HADRILL, 2008: 3-37).

A adoção destas práticas, da magia ao jogo espirituoso do palíndromo, o seu aspeto de novidade e a sua relação com as práticas (e crenças) tradicionais, são elementos desse processo de renovação do entendimento da realidade a um nível muito pessoal e íntimo, em suma, um sintoma profundo de romanização.

#### BIBLIOGRAFÍA

- ALARCÃO, Adília (1994) Conimbriga. Coleções (2ª ed.), Lisboa: IPM.
- ALARCÃO, Jorge; ETIENNE, Robert; ALARCÃO, Adília Moutinho; PONTE, Salete da (1979) Fouilles de Conimbriga VII. Trouvailles diverses, conclusions générales, Paris: De Boccard.
- Annequin, Jacques (1973) Recherches sur l'action magique et ses représentations, Paris: Les Belles Lettres (Annales littéraires de l'université de Besançon 146).
- Betz, Hans Dieter (1986) The Greek Magical Papyri in translation, Chicago: Un. Press.
- CHIESA, Gemma Sena (1966) Gemme del Museo Nazionale di Aquileia; Assoziazione Nazionale.
- CORREIA, Vergílio (1916) Conimbriga. A camada pré-romana da cidade (Notas de uma exploração de dez dias em Condeixa-a-Velha), *O Arqueólogo Português* 21, pp. 252-264.
- Correia, Vergílio (1935) Conimbriga. Notícia do oppidum e das escavações nele realizadas, Coimbra: Ed. Autor.
- CORREIA, Virgílio Hipólito (2013) A arquitectura doméstica de Conimbriga e as estruturas económicas e sociais da cidade romana, Coimbra: Instituto de Arqueologia (Conimbriga Anexos 6).
- CRAVINHO, Graça (2001) Peças glípticas de Conimbriga, Conimbriga 40, pp. 141-198.
- Dasen, Véronique; Nagy, Arpad M. (2018) Gemas mágicas antiguas. Estado de la cuestión, in Perea Yébenes, Sabino; Tomás García, Jorge (eds.), *Glyptós. Gemas y camafeos greco-romanos: arte, mitologias, creencias,* Madrid/Salamanca: Signifer Libros (Thema Mundi 10), pp. 139-178.
- DGEMN Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (1948) Oppidum romano de Conimbriga, Lisboa: DGEMN (Boletim DGEMN 52-53).
- ETIENNE, Robert (1978) Le "carré magique" a Conimbriga (Portugal), *Conimbriga* 17, pp. 15-34.

- ETIENNE, Robert; Fabre, Georges; Leveque, Pierre e Monique (1976) Fouilles de Conimbriga II. Epigraphie et sculpture, Paris: De Boccard.
- Faraone, Christopher A. (2011) Text, image and medium. The evolution of Grae-co-Roman magical gemstones, in Entwistle, Chris e Adams, Noel (eds.), "Gems of Heaven". Recent research on engraved gemstones in Late Antiquity, c. AD 200-600, Londres: Trustees of the British Museum, pp. 50-61.
- GARCIA, José Manuel (1987) Da epigrafia votiva de Conimbriga. Observações e novos monumentos, Conimbriga 26, pp. 39-59.
- GARCIA Y BELLIDO, Antonio (1967) Les religions orientales dans l'Espagne romaine, Leiden: E. J. Brill.
- LAFAYE, G. (1892) Fascinum, in *Dictionnaire des Antiquités Grecques et Romaines*, fasc. 17, Paris: Lib. Hachette.
- MASTROCINQUE, Attilio (2003a) Le gemme gnostiche, in MASTROCINQUE, Attilio (cur.) *Sylloge gemmarum gnosticarum*, Roma: Libreria dello Stato (Bollettino di Numismatica. Monografia 8.2.1), vol. I, pp. 49-112.
- MASTROCINQUE, Attilio (2003b) Aquileia: Museo Archeologico Nazionale, in Mastrocinque, Attilio (cur.), *Sylloge gemmarum gnosticarum*, Roma: Libreria dello Stato (Bollettino di Numismatica. Monografia 8.2.1), vol. II, pp. 12-23.
- MICHEL, Simone (2004) Die Magischen Gemmen. Zu Bildern und Zauberformeln auf geschnittenen Steinen der Antike und Neuzeit, Berlim: Akademie verlag (Studien aus dem Warburg-Haus 7).
- MICHL, Johann (1962) Engelnamen, in Klauser, Theodor (ed.), Reallexikon für Antike und Christentum, bd. 5, Estugarda: Anton Hierseman.
- MIDDLETON, J. Henry (1969) Ancient gems (2<sup>a</sup> ed. [anast. 1891]), Chicago Ill.: Argonaut Inc.
- Ponte, Salete da (1994) Figurinhas femininas de osso, inéditas, de Conimbriga, *Conimbriga* 32-33 (1993-1994), pp. 313-319.
- POOLE, Fitz John Porter (1994) Socialization, enculturation and the development of personal identity, in INGOLD, Tim (ed.), *Companion encyclopedia of anthropology. Humanity, culture and social life*, Londres: Routledge, pp. 831-860.
- Preisendanz, Karl; Heinrichs, Albert (2001) *Papyri Graecae Magicae. Die Griechischen Zauberpapyri* (3<sup>a</sup> ed.), Berlim: De Gruyter (Bibliotheca Scriptorum Graecorum et Romanorum Teubneriana).
- QUET, Marie-Henriette (1981) La mosaïque cosmologique de Mérida. Propositions de lecture, Paris: De Boccard (Publications du Centre Pierre Paris 6).
- RICHTER, Gisela A. M. (1968) Engraved gems of the Greeks and the Etruscans, Londres: Phaidon.
- RICHTER, Gisela A. M. (1971) Engraved gems of the Romans, Londres: Phaidon.
- WALLACE-HADRILL, Andrre (2008) Rome's cultural revolution, Cambridge: Un. Press.



a



b

Fig. 1 – Pedra mágica da coleção Vergílio Correia. a) Anverso, b) Reverso.

### RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

BARATTA, Giulia – Benest, malest: *Archeologia di un Gioco Tardo-Repubblicano*, Edicions de la Universitat de Barcelona, Barcelona, 2019. Nº 67 da Col.lecció Instrumenta. ISBN 978-84-9168-317-9. 290 páginas, ilustradas.

https://doi.org/10.14195/1647-8657 59 7

Louve-se, em primeiro lugar, a regularidade com que a Universidade de Barcelona tem sabido dar à estampa, em papel, na Colecção Instrumenta, sabiamente dirigida pelo Professor José Remesal Rodríguez, volumes que tratam os mais diversos aspetos da História Antiga, em todos os domínios de investigação, sendo, a princípio, a cerâmica, nomeadamente as ânforas, um dos temas privilegiados. Desde logo, porém, esse plano se alargou, inclusive para mostrar que, em Arqueologia, o objeto interessa em si e na sua circunstância, ou seja, como testemunho de uma sociedade. Desta sorte se poderá ver que percorrem os mais diversos campos os 67 livros até agora dados à estampa nesta coleção. É obra de muito louvar, um exemplo a seguir!

Antes de abrirmos o volume, somos surpreendidos pela ilustração da capa: o célebre quadro de Murillo, «Niños jugando a los dados», datável de entre 1665 e 1675. Imagem, pois, do século XVII. A declarar de imediato a perenidade do jogo no seio das comunidades. Declaração óbvia, dir-se-á; mas, no contexto, ponte de ligação entre o Passado de que se vai tratar e as épocas posteriores.

A segunda surpresa advirá do título, a lembrar a entretenha infantil que tira, pela Primavera, uma a uma, as pétalas do malmequer, no intuito de saber se é, ou não, correspondido o amor que se acalenta: *benest*, está bem; *malest*, está mal.

E já que falamos de épocas, vai interessar-nos saber por que razão a autora optou pela República Tardia, um período de tamanhas convulsões e lutas intestinas. ¿Será que, por isso, devido à situação de crise, o jogo assumiu também — como amiúde acontece — uma tonalidade mágica, um jogo secreto? ¿Ou será, ao invés, como igualmente se observa em épocas de crise, em que há os muito ricos e os muito pobres, que estes tentam a sua sorte e aqueles acabam por se arruinar?

Um terceiro aspeto se torna, quiçá, aliciante: a autora propõe-se tratar da «arqueologia de um jogo». «Arqueologia»? Arqueologia como procura de contexto em que os achados ocorreram ou Arqueologia em sentido figurado, como vontade de ir ao fundo da questão, interpretando o jogo numa escala sociológica?

Explicita-se logo no começo da introdução qual o tema de estudo: objetos de osso, retangulares, com terminação circular numa das pontas; têm geralmente um número numa face e uma palavra ou expressão verbal na outra. ¿O que, em linguagem científica, se designa por *tessera lusoria* – uma ficha, uma pedra de jogo?...

Procurou Giulia Baratta elaborar um *corpus* exaustivo do que se conhecia, no que teve amplo apoio por parte de instituições e de colegas, cujo extenso rol indica na pág. 12. E o objetivo da investigação levada a cabo era simples de formular: determinar os contextos arqueológicos dos achados, apurar a cronologia, estabelecer variantes tipológicas, de forma a detetar semelhanças e diferenças suscetíveis de poderem trazer mais luz sobre o uso dessas *tesserae*.

Tal *corpus* de 239 peças constitui o capítulo 8 do volume (pp. 115-222). As tésseras são agrupadas em quatro categorias: aquelas de que se conhece o lugar de achado; aquelas de que apenas se conhece o paradeiro; aquelas de que alguma vez se ouviu falar, mas das quais não se sabe nem local de achamento nem paradeiro; finalmente, as peças sobre cuja classificação como *tesserae lusoriae* impendem sérias dúvidas.

Trata-se de um mui pormenorizado ficheiro, ilustrado, sempre que possível, pela fotografia e/ou desenho do objeto em análise. Inclui cada ficha a bibliografia, a leitura e breve comentário paleográfico, não sem se apontar também uma proposta de datação. As fotografias e os desenhos – umas e outros da autoria de Giulia Baratta, na sua quase totalidade – poderiam ter requerido maior atenção na impressão, porque abundam os tons de cinzento e falta o contraste, que outro vigor lhes daria. A seguir ao *corpus* uma tabela que graficamente lhes sintetiza o conteúdo.

Comecei pelo catálogo, pois parti do pressuposto de que seria ele a base das reflexões e conclusões gerais explanadas nos capítulos anteriores. E é que, se atentarmos nos temas neles versados: as características físicas das tésseras (capítulo 3°); os dados epigráficos (c. 4°); no capítulo 5°, a geografia, isto é, os contextos dos achados, as coleções e os colecionadores, a difusão e – aspeto deveras aliciante para historiador e arqueólogo! – os lugares de produção e as oficinas! E, afinal, para que serviam as tésseras? – essa, a resposta que se procura dar no capítulo 6°.

Já lá vamos, às duas páginas das conclusões (pp. 111-112), porque achei de menos uma alusão, mínima que fosse, ao significado das palavras ou expressões consignadas numa das faces. Matava-me logo a curiosidade! Assim, temos de ir ao rol das 72 palavras e expressões apresentado da p. 45 à 62, a que se seguem mui oportunas reflexões de âmbito morfológico, sintático e semântico. Chamaram-me a atenção NVGATOR, que aparece quatro

vezes, sempre associado ao nº I e que poderá traduzir-se por «fala-barato», «gabarolas» ou «viciado»; MVLA, documentado três vezes e a que não desdenharia atribuir o sentido figurado que o vocábulo ainda hoje tem na linguagem quotidiana, «fulano é mula», 'fingido', 'morde pela calada'... Por seu turno, FACETE é passível de interpretar-se como o vocativo de *facetus*, 'faceto', 'chistoso', ou, se for advérbio, algo como «argutamente»...

Do que atrás se exemplifica – e confesso que a escolha dos testemunhos foi totalmente aleatória – se poderá deduzir que, para além dos números, com função certamente idêntica à que hoje lhes damos, havia todo um ambiente de 'jogo', encarando esta palavra no sentido de divertimento, de mui jocosa partilha ...

Outro não fora o objetivo alcançado por Giulia Baratta ao proporcionar-nos esta singular e oportuna panorâmica, já tal aspeto – que nos permite penetrar na vivência romana e dar-nos do Romano uma faceta imprevista, tanto mais imprevista quanto nos é veiculada por simples 'tabuinhas' de osso inscritas... – mereceria farto encómio.

Sai daqui reforçado o contributo ímpar dos estudos epigráficos para a História dos Costumes e das Mentalidades. E que me seja permitida uma reflexão que reputo plena de atualidade: só quem nunca passou pouco tempo que fosse na sala de jogo dum casino é que poderá retratar os jogadores mergulhados em profunda tensão psicológica! Do jogo se não pode dissociar a auréola do prazer de estar juntos, do ganhar e do perder, da facécia que não se reprime...

Os termos latinos atrás citados, inclusive pela sua ambiguidade, fazem-nos mergulhar precisamente nesse ambiente em que nem tudo se resume ao benest / malest. Aliás, é curioso verificar que Giulia Baratta explicita bem que estas tésseras se destinavam a jogos mui semelhantes aos dos casinos ou tômbolas de hoje:

«Le caratteristiche formali di queste tessere e il loro peculiare corredo epigrafico sembrano piuttosto adattarsi ad un gioco strutturato in maniera simile ad una moderna tombola» (p. 104).

Se fica bem claro que as tésseras estudadas não seriam usadas em jogos de tabuleiro, levanta-se uma outra hipótese de utilização nada despicienda, até porque encontra fundamento numa passagem da Ceia de Trimalquião descrita no *Satyricon* de Petrónio (56, 7-10), de que transcrevo o início:

«E já estava a ponto de reduzir as filosofias ao desemprego quando começaram a circular bilhetes de lotaria numa urna e o pequeno escravo que estava encarregado desta função leu em voz alta os prémios: «Dinheiro criminoso!». Trouxeram um presunto, no qual se via um galheteiro. «Travesseiro!» Trouxeram um medalhão para pôr ao pescoço»¹.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Petrónio, *Satíricon*. Publicações Europa-América, nº 68 da colecção Livros de Bolso, 1973, p. 60. Tradução de Jorge de Sampaio.

O paralelismo é, de facto, bem evidente. E não se me afigura, por isso, ser essa uma possibilidade «remota», como afirma Giulia Baratta quando sugere tratar-se dos «rótulos relacionados com as extrações à sorte de divertidos brindes, por ocasião de luxuosos banquetes, de acordo com uma praxe que perdura no tempo» (p. 108).

Viu-se que o título do volume aponta um estudo arqueológico. Na verdade, a Autora conclui que se trata de «tésseras feitas de osso, um material pobre e de fácil obtenção, de dimensões estandardizadas e com características morfológicas constantes» (p. 111). Foi-lhe possível, inclusive, subdividi-las em quatro grandes grupos tipológicos.

No âmbito da linguagem, concluiu-se que boa parte das palavras e locuções são suscetíveis de se enquadrar na esfera sexual, «geralmente com uma conotação vulgar», havendo também outras referentes aos excessos no comer e no beber, predominantemente «vinculadas ao mundo dos homens» (p. 111).

Atribui-se-lhes uma cronologia situada nos últimos dois séculos da República, dadas as circunstâncias dos achamentos em ambientes urbanos (contextos habitacionais, lojas, espaços sagrados) assim como em áreas funerárias, sempre, porém, com manifesta ligação a estratos sociais médio-altos. Verificou-se, por outro lado, que «os dados arqueológicos associados aos paleográficos e linguísticos demonstram, claramente, que as tésseras tiveram uma vida limitada [como se disse] aos últimos dois séculos a. C.» (p. 112).

A bibliografia (exaustiva) ocupa as pp. 245-268. Há tábuas de concordância com outras publicações epigráficas. Os índices analíticos comportam: os lugares de achado; os paradeiros atuais; a menção das coleções e museus, colecionadores, antiquários e estudiosos que têm (ou tiveram) tésseras; as palavras e os números presentes nas tésseras.

Serviu a pintura de Murillo, a ilustrar a capa do volume, para nos introduzir no mundo perene do jogo. Concluiu-se, afinal, que as tésseras não serviriam para jogos desses, em jeito de dados. Tinham números, de facto, mas os dizeres jocosos da outra face acrescentam ao jogo uma conotação lúdica não menosprezável. Mais uma vez, portanto, a Epigrafía e a Arqueologia a darem-se as mãos para nos fazerem penetrar num mundo inesperado e deveras singular.

> José d'Encarnação Universidade de Coimbra, CEAACP, Faculdade de Letras jde@fl.uc.pt https://orcid.org/0000-0002-9090-557X

RANILLA GARCÍA, Melquiades (coord.) – Historia de una excavación horizontal: el hallazgo y la extracción de material lapidario en la Muralla de León, León, 2016. ISBN: 978-84-941234-7-4.

https://doi.org/10.14195/1647-8657 59 8

A transferência de conhecimento é etapa fundamental dos processos de investigação científica, independentemente da área disciplinar em causa. Daí a importância da obra coletiva coordenada por Melquiades Ranilla García, com a participação de outros seis especialistas que dão corpo a 331 páginas de superior qualidade gráfica com a assinatura editorial de Menoslobos e o apoio de diversas instituições, entre as quais o Ayuntamiento e a Universidad de León. A equipa pluridisciplinar que participa no volume é maioritariamente a que integrou um projeto, executado em 2010, que visou o resgate, conservação e restauro de material lapidário integrado nas muralhas de León, concretamente no sector da Avenida de los Cubos, sendo a publicação em apreço corolário desses trabalhos.

A obra, com prefácio do Alcalde do Ayuntamiento de León, Antonio Silván Rodríguez, consta de cinco capítulos, sendo os dois primeiros dedicados às muralhas no seu todo, visando-se a sua história e importância patrimonial, bem como a sua titularidade jurídica, dos quais se encarregam, respetivamente, Luis Grau Lobo e Gema Vallejo Pérez. O terceiro aborda analiticamente os paramentos do cubo n.º 2 e do lanço B do circuito amuralhado, precisamente os correspondentes aos contextos arqueológicos em que se desenvolveu a intervenção, sendo elaborado por Ángel Palomino Lázaro e Enrique Santamaría González e, ainda, por Melquiades Ranilla García, responsáveis pelas componentes arqueológica e arquitetónica, respetivamente. O quarto, aquele que se revela o mais extenso da obra, é dedicado aos achados epigráficos, sendo assinado por Jorge Sánchez-Lafuente Pérez. No último, aborda-se o tema das litologias associadas à muralha, pela mão de Luis Valdeón Menéndez.

O capítulo inicial ("Defensa de la ciudad: la muralla de León y los reaprovechamientos lapidarios", pp. 15-27), começando por abordar a ritualização fundacional romana, centra-se, todavia, numa leitura histórica e patrimonial, em que se reflete sobre a importância (simbólica e artística) da imagem da muralha na cidade ao longo das épocas e se perspetiva esse faseamento em termos de presença/ausência da mesma. O autor resume em três estádios vitais essa perspetiva diacrónica de longa duração, os quais,

de certo modo, também se refletem na generalidade dos ambientes urbanos amuralhados do Ocidente europeu. Assim, identifica o primeiro como sendo o construtivo, distendido entre a original construção romana e a Idade Média, quando se lhe adossa uma cerca tardia. O intermédio associa-se ao processo de progressiva destruição das muralhas, em face da perda de funcionalidade e da crescente obstaculização do crescimento demográfico, urbano e viário, manifestado por sequência de derrubes e amputações entre finais do século XIX e inícios do XX. Posteriormente à Segunda Guerra Mundial. sobrevém o terceiro, num contexto em que as muralhas passam a encarar-se do ponto de vista patrimonial, resultando daí a emergência da salvaguarda, sendo certo que, apenas na década de 80, se iniciam dinâmicas de restauro do recinto amuralhado leonês. É neste que se enquadra a apresentação de resultados realizada no volume, mormente no respeitante ao resgate epigráfico de suportes que foram amortizados na muralha, em processo de utilitarismo primário, mas relativamente ao qual outras leituras são passíveis de realizar, mormente de recorte simbólico no confronto com a profundidade cronológica e ideologias de antanho.

Um projeto de intervenção como o realizado em León convoca necessariamente questões jurídicas importantes quanto à titularidade do bem, tendo em conta que este se viu ao longo dos tempos, mas particularmente nos dois últimos séculos, objeto de diversas intervenções, quer por parte das administrações, quer por iniciativa de particulares. É matéria explorada no capítulo seguinte ("La titularidad estatal de la muralla y cercas de la ciudad de León", pp. 29-39), no qual se sublinha a ideia de serem as muralhas e cercas leonesas bens públicos de titularidade estatal, inicialmente por se encontrarem vinculados à defesa territorial e presentemente por se constituírem como valores histórico-artísticos de natureza patrimonial, transição que se entenderá no ordenamento jurídico espanhol como uma "mutação de domínio público" por se alterar o fim público a que estão afetos os bens.

A análise dos resultados da intervenção arqueológica obtidos no projeto de extração, conservação e restauro do material lapidário das muralhas de León, executado no trecho que abarca o lanço B e o cubo n.º 2, situado na Avenida de los Cubos, enquadra a apresentação de resultados propriamente dita, desenvolvendo-se ao longo do terceiro capítulo ("Lectura de paramentos del cubo n.º 2 y del lienzo B de la muralla de León", pp. 41-78). Esta atuação arqueológica cingiu-se basicamente à leitura dos paramentos exteriores previamente às ações de limpeza e de substituição de materiais de restauros modernos, durante as quais se descobriu a existência de elementos pétreos epigrafados. Descrevem-se as diferentes unidades estratigráficas dos panos de muralha em causa, que, segundo os autores, formam parte do quarto e último recinto amuralhado de época romana (correspondente ao Baixo Império), informação que remetem, surpreendentemente, para uma nota de rodapé. É também abordado o sistema construtivo da muralha tardo-romana em cujo *opus incertum* do paramento exterior se reempregaram elementos construtivos e epigráficos

que se associam a uma área de necrópole vinculada a um dos acessos do núcleo populacional romano.

O estudo das epígrafes resgatadas, num total de 53 inscrições funerárias e duas marcas impressas sobre material de construção, é realizado no quarto capítulo ("Los hallazgos epigráficos", pp. 81-320), organizado em três apartados distintos referentes às características das inscrições, à edição individual de cada uma e à apresentação das abreviaturas, bibliografia e índices. É neste capítulo que se concentram as maiores novidades do volume, pela publicação de material inédito que incrementa grandemente o *corpus* epigráfico leonês de época romana, o qual permanecia mais ou menos estável desde os anos 80 do derradeiro século.

A edição individual das epígrafes, realizada no subcapítulo intermédio ("Edición de las inscripciones", pp. 162-303), segue o formato de ficha, da qual constam a descrição sumária do suporte, a transcrição, desdobramento e tradução do texto epigráfico e o comentário aos aspetos considerados mais salientes. Em campos separados ditados pelo grafismo escolhido, formando uma coluna à esquerda do texto principal, iniciada pelo número de catálogo e título, indicam-se o número atribuído à peça no processo de extração da muralha, a cronologia, as medidas totais e as dos campos epigráficos, o tamanho e tipo da letra e a identificação petrológica do suporte. Cada ficha é acompanhada de uma foto de um pormenor integrada nesta coluna e de, pelo menos, uma outra geral, maioritariamente de página inteira, cuja qualidade deve ser ressaltada. As fichas, com numeração sequencial, são precedidas de indispensável nota explicativa (pp. 163-167), na qual se apresentam os signos diacríticos utilizados e um cuidadoso registo das localizações das peças na muralha.

No subcapítulo final ("Abreviaturas, bibliografía e índices", pp. 304-320), os índices, que sobrevêm a um nutrido elenco bibliográfico, são exclusivamente onomásticos, remetendo-se para um quadro, inserido nas páginas atinentes à caracterização das epígrafes (pp. 148-150), os róis referentes a idades de falecimento, relações de parentesco, formulários, elogios fúnebres e dedicatórias.

A caracterização das epígrafes é realizada no primeiro subcapítulo ("Características de las inscripciones", pp. 82-161), antecedendo o catálogo. Articula a análise dos suportes, incidente nos tipos, iconografia, oficinas lapidárias e cronologia (pp. 84-121), com um estudo dito populacional, abarcando demografia, onomástica e sociedade (pp. 122-150), e outro textual, visando as estruturas dos epitáfios, os formulários e as características do latim empregue (pp. 150-157), concluindo com breves anotações sobre a paisagem funerária e a população (pp. 158-161).

Os suportes funerários (pp. 84-88) são dominados pelas estelas e pelas placas, tipos que terão tido ambientes diferenciados no contexto cemiterial, divididos entre a utilização em espaços abertos e em estruturas arquitetónicas cerradas, a que se vinculam preferencialmente as placas. A incompletude é

sempre um obstáculo sério a um trabalho de elaboração tipológica. No respeitante às estelas, concordamos com a exposta dificuldade em circunscrever um grupo definido pelo remate plano, pois mesmo na peça em que há maior probabilidade de essa solução acontecer (n.º 2) tal não se apresenta claro. Afigura-se, porém, particularmente interessante a identificação de um pequeno grupo de estelas com perfil de altar ou estelas-altar (cf. E. Schlüter, *Hispanische Grabstelen der Kaiserzeit*, Hamburg, 1998) — o autor cunha uma designação mais arrevesada de "estelas de cabeceira tipo aras" — que representam, conforme a sua designação aponta, uma plasmação do modelo do altar num tipo de suporte distinto, em que se destaca o remate em frontão e a representação de *puluini*.

Ressalta também o elevado número de pecas nas quais se conservam restos de pintura original, com predomínio dos tons avermelhados, ocre e mínio, sendo exemplarmente elucidativa a peça n.º 10, em que o primeiro tom surge aplicado à decoração e o segundo às letras, sendo a moldura do campo epigráfico destacada em tom azul ou esverdeado, sobre base amarelada, da qual se publica, inclusive, proposta restituição cromática. Esta abordagem das questões pictóricas abre o ponto dedicado à iconografia (pp. 89-99), embora, em nossa opinião, melhor ficaria a encerrá-lo, após se apresentarem os diversos grupos iconográficos, referentes a representações astrais, humanas, zoomórficas e fitomórficas, de elementos arquitetónicos e de objetos diversos. Deste último, devemos destacar pela sua excecionalidade e novidade, a representação da ascia em algumas pecas (n.ºs 16, 20 e 45), frequente em território gaulês, mas com contida presença hispânica (ENCARNAÇÃO, J., Leite de Vasconcelos e as inscrições romanas: flagrantes de um quotidiano vivido, O Araueólogo Português, Série IV, 26, 2008, pp. 385-406; Mayer, M., Prae textibus imagines in titulis Latinis: la imagen antes del texto; nuevas consideraciones sobre el símbolo del *ascia*, *SEBarc*, 11, 2013, pp. 15-40). Reforcamos que a identificação de uma ascia no final do texto da epígrafe n.º 16 nos parece mais acertada do que a opção que o autor acaba por tomar na apresentação da peça na respetiva ficha (p. 204), considerando aí tratar-se de um "S" interpretado como possível abreviatura de situs, sendo também improvável o desdobramento ann(norum) pii(ssimi) da linha anterior, que efetivamente contem a idade do terceiro defunto: ann(orum) III (trium), como se assume na tradução.

Nos apontamentos sobre *officinae* lapidárias (pp. 99-110), onde as diferenças tipológicas e de matéria assumem preponderância na opção de definição de 8 grupos de oficinas/círculos oficinais relativamente a outros aspetos de importância relacionados com os textos (estrutura, formulários, onomástica) e iconografia, há a destacar o predomínio de utilização de pedras de procedência local e regional, mas também interessantes casos de reaproveitamentos para finalidade epigráfica, incluindo de mármores, como ilustram os casos das peças n.º 51 e 39, que se afiguram elaboradas sobre matéria reutilizada a partir da mesma fonte, seja um edificio, seja outro tipo de estrutura arquitetónica.

O conjunto epigráfico publicado é apresentado como datável entre a época flaviana e o século III avançado ou, inclusive, os inícios do seguinte,

sem óbvia marca de paleocristianismo, tendo em conta, sobretudo, aspetos tipológicos (pp. 110-121), paleográficos e iconográficos, ainda que preferentemente se devessem aduzir critérios associados à análise interna das inscrições, como os onomásticos ou a estrutura textual, para além dos formulares realçados. Um destes aspetos refere-se à invulgar expressão *suptus supra* que oferecerá um *terminus post quem* de meados do século III (pp. 115-116), parecendo-nos dever existir, todavia, maior precaução quanto a uma generalização da alusão ao suporte como critério cronológico (p. 117).

Daqui também decorre que algumas opções de organização do capítulo talvez tenham resultado menos convincentes. Veja-se, por exemplo, que, no subcapítulo concernente à população, após se apresentarem algumas pertinentes observações demográficas (pp. 122-130) centradas nas idades de falecimento registadas, se vem a tratar a análise do caso em que aparece referido o nome dos defuntos no ponto atinente à onomástica, quando faria mais sentido avaliar esta questão no âmbito da análise interna dos textos e da cronologia.

Nesse ponto dedicado à onomástica (pp. 130-146) é estabelecida a separação linguística de cognomes e nomes únicos (embora se refiram sempre como cognomina, sendo que também há variados casos em que não é possível fazer a distinção funcional), destacando-se um acréscimo substancial da antroponímia de origem grega em Legio, contrastando com a escassez da indígena. No entanto, não parece razoável assumir a influência militar num restringimento forçado da utilização de antroponímia autóctone (p. 139), quando, por exemplo, se observa a identificação de militares integrados em forças auxiliares, que a mantêm mesmo depois de alcançar a naturalização como cidadãos romanos (cf. Roux, P. Le, L'armée romaine et l'organisation des provinces ibériques d'Auguste à l'invasion de 409, Paris, 1982, pp. 335-340). Outras observações e opções neste campo da onomástica perpassam como igualmente questionáveis ou, no mínimo, indevidamente ponderadas. Vejam-se, a título de exemplo, a integração de uma nomenclatura interpretada como duplo cognomen, Aliomus Munychius (n.º 10), no rol de efetivos duo nomina das estruturas quiritárias ou a integração do antropónimo Abinnesia (n.º 36) entre os de origem grega, quando se tratará verosimilmente de hápax indígena, considerando as formas Abinus (HEp 12, 585) e Abinicus (HEp 13, 478) no contexto do Noroeste peninsular (a primeira entre os Zoelae) ou Abiner (HEp 18, 197) e o gentilicio de plural Abinicum (HEp 13, 478), em contextos mesetenhos. Ou ainda, pela sua inverosimilhança, a proposta de aproximação feita entre o gentilício latino Minicius, com inegável representação hispânica, e o cognome grego Munychius (pp. 141-142), em que se considera a possibilidade de vinculação familiar entre uma Minicia Atta (CIL II 2684) e Aliomus Munychius, antes referido, tanto por estarmos perante antropónimos funcional e linguisticamente distintos, como por se sustentar numa convicção de procedência comum na necrópole, simplesmente pelo facto de as peças terem aparecido em pontos próximos da muralha.

A pertinência da organização deste subcapítulo dedicado à popu-

lação revela-se também débil, quando o tratamento da composição social (pp. 146-150) se reduz praticamente à apresentação de um quadro que elenca relações de parentesco e fórmulas epigráficas, remetendo-se, quanto a dados mais circunstanciados, para o ponto referente à onomástica, no qual algumas observações se elaboram entremeadas com aspetos antroponímicos. Uma destas merece reparo, pois, a propósito da epígrafe n.º 17, na qual se identificam Fuscinus Cadugeni filius e Ambata Lecirni filia, respetivamente defunto e dedicante, se refere que o nome do defunto inicialmente indicaria condição servil (pertencente a Fuscus) e que é acompanhado do patronímico indígena Cadugenus. Se esta última aceção é correta, a associação de Fuscinus ou, mais propriamente, do antropónimo a uma origem servil afigura-se exorbitante em termos interpretativos, pois ao sufixo -inus é reconhecida a sua conotação patronímica no âmbito da onomástica latina (KAJANTO, I., The Latin Cognomina, Helsinki, 1965).

A estrutura dos textos e os formulários (pp. 150-152) são detalhadamente discriminados, havendo a precisar que a idade dos defuntos não deve equiparar-se a uma fórmula de clausura, pois naturalmente a sua natureza não é formular. Refira-se também, ainda a propósito de idades, que a análise da sua formulação faria mais sentido a propósito da estrutura dos textos e não do latim epigráfico (pp. 152-157), como se realiza. Não obstante, o realce vai, nesta matéria, para o facto de as grafias registadas refletirem grandemente o uso coloquial da língua plasmado em ortografias não normativizadas.

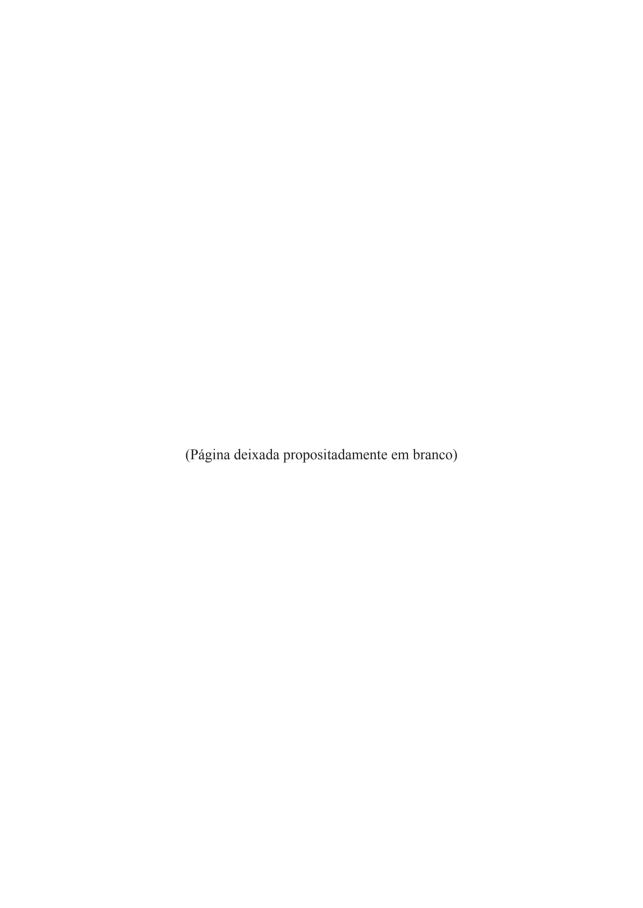
Apesar das observações de pormenor criticamente expostas, esta nova contribuição para o estudo do hábito epigráfico e da história de *Legio* é louvável e incontornável, sendo de realçar o meritório e minucioso trabalho de edição de um conjunto de inscrições que muito enriquece as fontes locais para a época romana, visando exclusivamente o corpo civil da sociedade, sendo, no decurso das últimas quatro décadas, o primeiro grande acréscimo documental para o conhecimento da população. A presença militar apenas assoma em marcas estampadas num ladrilho e num fragmento de telha cerâmicos (n.ºs 54 e 55), ambos datáveis da terceira centúria, o segundo recuperado num tramo distinto da muralha associado à Calle Carreras.

O capítulo final ("Las litologías de la muralla: tipos, origen, usos y material lapidario", pp. 323-331) corresponde, sem mais, a um conjunto de onze fichas referentes ao material lapídeo da muralha, contendo cada uma, para além da identificação e de uma foto ilustrativa, a descrição abreviada do tipo pétreo, a indicação do seu emprego na muralha, em determinados casos alguma observação suplementar, nomeadamente sobre outros usos, e – releve-se – a indicação relativamente à sua identificação nos espécimes epigráficos reutilizados, reportando a respetiva numeração.

A obra em causa é também um produto gráfico de grande impacto, para o qual contribuem o *design* atraente e o forte cromatismo, em boa parte associado às imagens fotográficas a cores de qualidade, como as relativas às epígrafes, malgrado algumas gralhas detetáveis ao longo dos capítulos, incluindo em

transcrições de textos epigráficos. Não obstante, estas pequenas imperfeições, releváveis, não diminuem a importância do volume dado à estampa, incontornável enquanto memória dos trabalhos realizados em 2010 num troço de muralha da Avenida de los Cubos e repositório de um elevado número de novidades epigráficas que permitiram um real incremento, sem precedentes, do património epigráfico romano leonês. Indispensável a todos quantos se dedicam ao estudo da Antiguidade na Hispânia romana e a outros eruditos, será também passível de suscitar interesse num público não especializado que revele interesse na história da sua cidade ou província.

Armando Redentor Universidade de Coimbra, CEAACP, FLUC – DHEEAA aredentor@gmail.com https://orcid.org/0000-0002-6459-3285



### NORMAS DE REDAÇÃO

- 1. O texto em formato *word* deve ser enviado via *email*, não se aceitando artigos em formato *pdf*.
- A Conimbriga publica originais em português, castelhano, inglês, francês e italiano.
- 3. Deverão ser tidas em consideração as normas ortográficas e gramaticais vigentes em cada língua, nomeadamente no que concerne: ao emprego de maiúsculas; existência de um espaço após qualquer sinal de pontuação; ao início do parágrafo recolhido, sem deixar espaço interlinear duplo em relação ao parágrafo anterior; ao uso do itálico para as palavras escritas em língua diversa da do texto.
- 4. O texto propriamente dito deve ser precedido por uma página de rosto com o nome do autor, filiação institucional, *email*, título do artigo, resumo (máximo dez linhas) e palavras-chave (entre três e cinco) no idioma do texto e em inglês (ou em português e inglês quando estes não são os idiomas do texto).
- 5. Generaliza-se a tendência, que se preconiza, de limitar o número de notas infra-paginais. Caso, porém, se tornem indispensáveis, use-se numeração contínua, apondo o número da nota em *superscript*, deixando um espaço a seguir à palavra a que diz respeito.
- 6. Preconiza-se a apresentação, no final do texto, da bibliografia citada, por ordem alfabética dos apelidos (em maiúsculas) dos autores e, em cada autor, por ordem cronológica dos seus trabalhos. Se houver dois textos dum autor com a mesma data, a distinção, se necessária, far-se-á pela aposição de uma letra minúscula (1984, 1984a, 1984b...).
- 7. Recorde-se que todos os autores devem ser citados pelo último apelido (José Leite de Vasconcelos em Vasconcelos) e que só os autores espanhóis se arrolam pelo penúltimo (ex.: BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, José María).
- 8. Os títulos de obras e os nomes de revistas figurarão em itálico; o volume, em numeração árabe seguido do ano de edição e das páginas correspondentes, sem vírgulas: *Conimbriga* 36 1997 15-22.
- 9. As revistas podem ser identificadas pelas siglas consignadas no *Année Philologique*. Por isso, sempre que se revelar útil, poderá a bibliografia ser

- precedida de uma tábua de abreviaturas. O local de edição (prescindível no caso das revistas) deve ser traduzido (se possível) na língua em que o artigo vier redigido. Dum modo geral, não se vê interesse em indicar também a identificação da editora.
- 10. As obras gerais vêm enumeradas pelo apelido do seu editor ou coordenador.
- 11. Reconhece-se, ainda, a vantagem de indicar por extenso e não em sigla o primeiro nome do autor, para maior facilidade da sua identificação.
- 12. Sugere-se que à citação feita no corpo do texto seja aposto entre parêntesis apenas o apelido do autor, a data do texto em apreço e a(s) página(s) respeitante(s) (se for caso disso).
- 13. As ilustrações, enviadas em formato *jpg* ou *tiff*, com definição nunca inferior a 400 dpi, figurarão no final do texto, identificadas como Est(ampa) I, II..., ou Fig(ura) 1, 2..., com as seguintes dimensões possíveis: 11 x 7,5 ou 11 x 17 ou 17 x 24. Os elementos de cada estampa distinguem-se por numeração árabe. As fotografias serão também identificadas por numeração árabe (Foto 1, 2, 3 ...). A dimensão ideal para as fotos a publicar é de 11 x 7,5 ou 11 x 17, obedecendo à mancha da publicação.
- 14. Ainda que eventualmente referenciada no interior do texto, a aposição duma legenda tornará o conteúdo da estampa mais compreensível.
- 15. O formato da revista é de 17 x 24, sendo a mancha útil de 11 x 17. Quando não puderem ser impressas em tamanho natural, as ilustrações são habitualmente reduzidas. A presença de uma escala gráfica é, por isso, indispensável, assim como a indicação do N(orte) em plantas e fotografias.
- 16. A *Conimbriga* publica imagens a preto e branco ou em escala de cinzas.
- 17. O Conselho de Redação poderá solicitar a redução do número de estampas.
- 18. Parte-se do princípio de que o Autor reviu cuidadosamente o que escreveu. À Redação competirá verificar apenas se a formatação foi feita corretamente.
- 19. A revisão das primeiras provas é da responsabilidade do Autor, que terá um prazo de dez dias úteis para o fazer.
- 20. Apenas se aceitam correções de gralhas tipográficas. Só em circunstâncias verdadeiramente excecionais se poderão introduzir alterações significativas.
- 21. A colaboração não é remunerada. A Direção compromete-se a entregar, como contrapartida, um exemplar impresso da revista e *pdf* do artigo.
- 22. A Direção reserva-se o direito de recusar a publicação de trabalhos ou por falta de qualidade científica do texto ou por falta de qualidade das ilustrações, justificando-o sempre, e excetuando os casos de direito de resposta previstos na Lei de Imprensa.
- 23. Todos os artigos serão submetidos à avaliação por pares (*peer review*).
- 24. Não serão aceites artigos que não cumpram as presentes Normas.

# ÍNDICE GERAL

Francisco B. Gomes	
Um Conjunto de Instrumental Têxtil da Necrópole da I Idade do Ferro da Herdade do Pêgo (Ourique, Portugal)	5
André Gadanho Os aglomerados secundários no interior da Lusitania, e o caso do sítio da Quinta do Ervedal (Castelo Novo, Fundão)	45
Tony Silvino, Antonio do Nascimento Sá Coixão, Pedro Pereira Rumansil I (Murça-do-Douro): um complexo artesanal antigo no Vale do Douro	73
Alberto Bolaños-Herrera El carmen epigráfico de Parreitas o los pecios de un naufragio en la Albufeira de la Pederneira	113
Raúl González Salineiro Noticia y análisis de un fragmento marmóreo con simbologia judía procedente de Mérida	133
Virgílio Hipólito Correia Amuleto romano no Museu Nacional de Arqueologia	159
José d'Encarnação <i>Baratta, Giulia – Benest, malest:</i> Archeologia di un Gioco Tardo-Republicano	169
Armando Redentor  Ranilla García, Melquíades (coord.) – História de una excavación horizontal: el hallazgo y la extracción de material lapidario en la Muralla de León	173



## UNIVERSIDADE D COIMBRA

REVISTA DO INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA



